

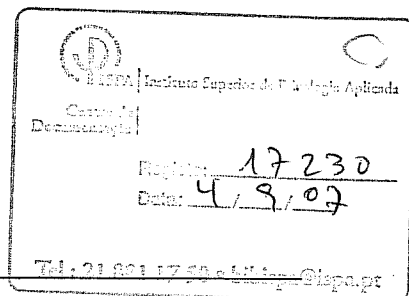
Tese de Mestrado

Estudo Preliminar do *Parental Bonding Instrument*:
Adaptação de um Instrumento de Medida

Vera Santos Ramos – N.º 12944



ORIENTADOR DE DISSERTACÇÃO: Professora Doutora Isabel Leal
Instituto Superior de Psicologia Aplicada



Portaria Nº 842 / 2005 de 19 de Setembro.

Dissertação de Mestrado realizado sob orientação da Professora Doutora Isabel Leal e apresentado no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção do grau de mestre, na especialidade de Psicologia da Gravidez e da Parentalidade conforme a Portaria Nº 842 / 2005 de 19 de Setembro para dar satisfação ao ponto “b” do Nº 2 do Art.º 5 do Decreto – Lei Nº 216 / 92 de 13 de Outubro.

RESUMO

O conceito de *Ligação* entendido como um conjunto específico de estados mentais e recursos comportamentais direccionados para o cuidado da criança terá a função de garantir a manutenção da proximidade física e psicológica, possibilitando assim a sua sobrevivência e desenvolvimento. Deste modo, a Vinculação que se desenvolve durante os primeiros anos de imaturidade – infância, latência e adolescência – está profundamente correlacionado com o tipo de *Ligação (Bonding)* parental que é estabelecido pelo prestador de cuidados. Quer isto dizer que, a maneira como os prestadores de cuidados se ligam aos filhos e o modo como os tratam, no que respeita ao cuidado e à protecção prestada, não só condiciona o desenvolvimento social como também o desenvolvimento psicológico constituindo um aspecto caracterizador do funcionamento psíquico ao longo da vida

Tomando como referencia de base a teoria da vinculação, procura-se na presente investigação desenvolver um estudo preliminar de adaptação do *Parental Bonding Instrument* (PBI), construído por Parker, Tupling e Brown (1979), por recurso à análise factorial exploratória, que tem por objectivo descrever a correlação observada entre as variáveis originais para estimar quais as características comuns que ligam os factores latentes às variáveis, ou seja, explorar quais os factores emergentes e o modo como se correlacionam na amostra em estudo.

Pretende-se também descrever e explorar qual a percepção da maioria dos inquiridos relativamente ao estilo de ligação emocional estabelecido no decurso dos primeiros 16 anos de vida, com ambas as figuras parentais e deste modo verificar qual o padrão de ligação parental dominante na amostra em estudo.

Para tal efeito, foi constituída uma amostra por conveniência de 151 participantes de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 18 e os 67 anos, sendo a média de idade de 39 anos.

Este questionário, desenhado com o propósito de criar uma pequena escala auto – administrada aplicada a participantes com idade superior ou igual a 16 anos, está organizado segundo duas dimensões de avaliação das características parentais, sendo estas: o Cuidar [«Care»] e a Hiper-Protecção [«Overprotection»], que determinam a

qualidade da ligação afectiva entre pais e filhos. Esta avaliação é feita separadamente para cada uma das figuras parentais através da sub-escala materna e paterna da qual fazem parte 25 itens cada.

A recolha dos dados empíricos efectuou-se nas infra-estruturas de instituições e empresas públicas e privadas que, após o consentimento inicial, autorizaram o contacto com os respectivos participantes, que ocorreu durante os meses de Janeiro a Novembro de 2006. As sessões de aplicação tinham uma duração média de 12 minutos e ficaram ao cuidado de um mesmo técnico.

Em resposta ao primeiro objectivo, verifica-se que os resultados obtidos a partir da análise factorial exploratória (com rotação varimax) efectuada ao *Parental Bonding Instrument*, permitiram-nos construir uma escala cuja característica de validade aponta para um coeficiente elevado, indicador de pertinência do instrumento (o Alfa de Cronbach para a totalidade da escala foi de 0.81). De acordo com as possibilidades apresentadas, a partir da análise da variância explicada foi possível extrair cinco factores ou dimensões para a sub-escala referente à mãe e três factores ou dimensões para a sub-escala relativa ao pai.

No que respeita ao segundo objectivo, observa-se que maioria dos inquiridos percebe, quer a mãe quer o pai, como tendo sido afectivos e empáticos nos cuidados prestados, ao mesmo tempo que incentivavam os seus comportamentos de autonomia. Seguida de uma percentagem significativa de inquiridos, que percepcionava a ligação estabelecida, com ambas os pais, como tendo sido afectuosa e próxima, embora associada a uma elevada hiper-protecção, entendida esta última pela assunção de uma menor autonomia nos primeiros dezasseis anos de vida.

Em conclusão, podemos dizer que o modo como a maioria dos participantes percebe as duas dimensões – *Cuidar e Protecção* – que caracterizam o tipo de ligação afectiva, segundo definido por Parker, Tupling, e Brown (1979), estabelecida com as figuras materna e paterna parece inscrever-se num mesmo quadrante denominado de «*Parentalidade Óptima*», seguido de um estilo de parentalidade do tipo «*Constrangimento Afectivo*».

Por último, dada a escassez de instrumentos psicológicos adaptados, percebemos que esta escala poderá constituir uma mais valia, não só ao nível da investigação empírica mas também no contexto da avaliação psicológica.

O processo de constituição do ser humano acontece na Ligação com Outro, no espaço intersubjectivo comumente partilhado, onde se fundam pensamentos, conhecimentos e desejos e através da qual é possível o desenvolvimento mental. Assim, as experiências emocionais que decorrem da relação com o Outro incentivam-nos a uma actividade de ligação e de transformação, que advém de um diálogo e da comunicação partilhada, essencial ao processo de criatividade.

Deste modo, gostaria de começar por agradecer às pessoas que se disponibilizarem a partilhar os seus conhecimentos, ideias e pensamentos contribuindo para a concretização deste trabalho e para o enriquecimento do meu percurso académico.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à minha orientadora de dissertação, a Professora Doutora Isabel Pereira Leal pelas sugestões concedidas quer a nível conceptual quer a nível metodológico e principalmente pelo apoio e incentivo que depositou em mim e no meu trabalho, encorajando assim a sua progressão.

Ao Professor Doutor João Maroco pela sua preciosa ajuda, no tratamento estatístico dos dados, sem qual não teria sido possível a concretização deste trabalho.

Aos meus pais pela compreensão e pela motivação que me foram concedendo ao longo do processo de elaboração deste trabalho.

Ao meu marido, Guilherme, que me ajudou na reflexão de várias questões relativas ao tema e que se disponibilizou a rever cuidadosamente o trabalho, lançando críticas sinceras e construtivas que de certo enriqueceram o presente estudo. E principalmente pela compreensão, coragem e dedicação conferida nos momentos altos e baixos deste percurso.

Por último, e porque provavelmente são as pessoas a quem este trabalho mais deve, aos que aceitaram participar neste estudo, sem recear partilhar as suas experiências emocionais, vividas na relação precoce com as figuras parentais.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
Cuidado Parental à Luz da Teoria da Vinculação.....	17
A Ligação (Bonding) e a Vinculação (Attachment).....	21
A Importância da Ligação para o Desenvolvimento da Vinculação.....	28
Perturbação da Ligação e Perturbação da Vinculação.....	38
Ligação e Parentalidade: O Olhar do Adulto sobre o Estilo de Ligação Parental.....	45
MÉTODO.....	61
Participantes e Design.....	61
Instrumento.....	63
As Regras de Cotação do Questionário.....	66
Procedimentos.....	69
RESULTADOS.....	72
Resultados obtidos através da Análise Factorial.....	72
A Consistência Interna do PBI.....	77
Análise Descritiva: Resultados obtidos na Escala sobre Atitudes e Comportamentos Paternos.....	77
Análise da Dimensão I – Cuidar.....	77
Análise da Dimensão II – Autonomia Instrumental.....	79
Análise da Dimensão III – Negação da Autonomia Psicológica.....	82
Análise Descritiva: Resultados obtidos na Escala sobre Atitudes e Comportamentos Maternos.....	83
Análise da Dimensão I – Cuidar Contingente.....	83
Análise da Dimensão II – Negação da Autonomia Psicológica.....	85
Análise da Dimensão III – Autonomia Instrumental.....	87
Análise da Dimensão IV – Cuidar Negligente.....	89
Análise da Dimensão V – Comunicação Negativa ou Disfuncional.....	91
Comparação entre os Scores relativos às Dimensões referentes à Escala Paterna e as Variáveis Sócio – Demográficas.....	93
Análise de Regressão Linear: Variável Idade.....	93
Análise Inferencial: Variável Sexo.....	94
Análise Inferencial: Variável Estado Civil.....	94
Análise Inferencial: Variável Profissão.....	95
Análise Inferencial: Variável Habilitações Literárias.....	96
Comparação entre os Scores relativos às Dimensões referentes à Escala Materna e as Variáveis Sócio – Demográficas.....	97
Análise de Regressão Linear: Variável Idade.....	97
Análise Inferencial: Variável Sexo.....	98

Análise Inferencial: Variável Estado Civil.....	99
Análise Inferencial: Variável Profissão.....	100
Análise Inferencial: Variável Habilitações Literárias.....	100
Análise por Clusters a partir dos Scores relativos às Dimensões referentes à Escala Materna e Paterna.....	102
DISCUSSÃO e CONCLUSÃO.....	106
Referências.....	133
ANEXOS.....	142
Anexo A – Carta de Consentimento Informado.....	143
Anexo B – Questionário PBI.....	144

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Lista dos Itens com carga factorial por factor resultante da análise em componentes principais com Rotação Varimax.....	73
TABELA 2: Lista dos Itens com carga factorial por factor resultante da análise em componentes principais com Rotação Varimax.....	76
TABELA 3: Análise da Dimensão I. «Cuidar».....	78
TABELA 4: Análise da Dimensão II. «Autonomia Instrumental».....	79
TABELA 5: Análise da Dimensão III. «Negação da Autonomia Psicológica»..	82
TABELA 6: Análise da Dimensão I. «Cuidar Contingente».....	83
TABELA 7: Análise da Dimensão II. «Negação da Autonomia Psicológica»..	85
TABELA 8: Análise da Dimensão III. «Autonomia Instrumental».....	87
TABELA 9: Análise da Dimensão IV. «Cuidar Negligente».....	90
TABELA 10: Análise da Dimensão V. «Comunicação Negativa ou Disfuncional».....	91
TABELA 11: Regressão Linear.....	93
TABELA 12: Regressão Linear.....	97

INTRODUÇÃO

O sistema de interacção recíproco que cada um de nós empreende precocemente na relação com o meio envolvente, designadamente na relação afectiva com as figuras parentais ou prestador(es) de cuidados, favorece a manutenção activa da proximidade relacional essencial para o crescimento psicofísico e mental e para o desenvolvimento da intersubjectividade que subsiste ao longo do ciclo de vida.

Parafraseando Coimbra de Matos (2004), as trocas afectivas que estabelecemos na relação dual com o Outro – primeiramente entendida com a figura materna, garante do conforto, segurança e suporte, e com a figura paterna, protectora e simultaneamente responsável pelos primeiros movimentos de exploração, secundariamente nas actividades ensaiadas com o par lúdico, com o par de amigos, o par de trabalho e mais tarde na relação amorosa adulta – constitui a nossa *unidade psicológica*. Com efeito, o primeiro e essencial processo de constituição do ser humano acontece na relação com Outro; do impacto estético inicial, diz Meltzer, surge o encanto pela novidade, o enamoramento recíproco que fomenta a *Ligação (Bonding)* naquele que presta o cuidado e a necessidade em responder ao apelo de protecção, segurança e reconhecimento apreendido pelos comportamentos de *Vinculação (Attachment)* daquele que é cuidado (Bowlby, 1998), sublinhando assim a importância da “*precessão e primazia do Bonding*” (Coimbra de Matos, 2004, p. 27).

De outro modo, a construção dos elos de vinculação vai tecer-se na interacção com as figuras parentais, como referido anteriormente, não obstante, para que tal suceda tem de acontecer, não só, o nascimento físico, no útero da mãe, mas também a germinação psíquica no «espaço mental» dos objectos de relação, o que exige a

preexistência de uma *Ligação* mental que vai condicionar a qualidade do *Attachment*. Por outras palavras, o investimento emocional pelas figuras parentais antecede o momento da concretização do projecto de parentalidade, ensaia-se precocemente nos jogos infantis *do faz de conta* que reforçam a identificação inconsciente às funções parentais, na satisfação das necessidades narcísicas, na tentativa de recriar vínculos passados e na efectivação, através da relação amorosa adulta e na existência de um filho, do desejo edipiano infantil, de onde surgem as fantasias parentais originais que, serviram de mote para a construção posterior da “*constância do sujeito no interior do objecto*” (Coimbra de Matos, 2004, p. 28). As motivações, biológicas, relacionais e sociais, que levam homens e mulheres a desejarem ter um filho e as construções fantasmáticas que derivam dessa vontade constituem aquilo que, Brazelton e Cramer, (2004), denominaram de “*pré-história da vinculação*”.

Ora, as representações mentais construídas pelas figuras de vinculação primárias ao longo do processo de elaboração da parentalidade, assumem a função de espelho, que no entender de Lacan (1966) irá reflectir a nossa imagem; deste modo o olhar valorizante, identificador e unificador do Outro (*locus de regulação externa*) será fundamental para a formação do Eu e para o desenvolvimento da capacidade de autovalorização e coesão narcísica (*locus de regulação interna*) (Coimbra de Matos, 2003/2004). Ao fornecer um *Continente*, o seu próprio espaço mental, as figuras parentais estão a conceder uma segurança de base *suficientemente boa* para a ocorrência das primeiras experiências corporais e afectivas que, através da *Capacidade de Reverie* (Bion, 1962, Grotstein, 1999), são contidas e transformadas em emoções e sensações toleráveis para o individuo, que sente a sua existência no interior do outro de uma forma permanente e essencial para poder organizar a constância do seu objecto interno. A valorização narcísica continuada, pelos pais, permite à criança, por identificação ao modelo – mãe/pai –, ir progressivamente reconhecendo o seu *self* diferenciado do objecto e construindo o seu próprio aparelho

psíquico – condição essencial para o crescimento mental (Dias & Fleming, 1998; Fleming, 2003; Zimerman, 2004).

De acordo com a teoria da vinculação, actualmente é impressionante e claramente evidente que o padrão de vinculação que cada um de nós desenvolve durante os primeiros anos de imaturidade – infância, latência e adolescência – está profundamente correlacionado com o tipo de *Ligação (Bonding)* parental que é estabelecido pelo prestador de cuidados. Quer isto dizer que, a maneira como os pais ou figuras substitutivas se ligam aos filhos e o modo como os tratam, no que respeita ao cuidado e à protecção prestada, não só condiciona o desenvolvimento social – uma vez que o estilo de ligação experimentado na relação precoce persiste, influenciando o padrão de vinculação a estabelecer em relações futuras – como também o desenvolvimento psicológico constituindo um aspecto caracterizador do funcionamento psíquico ao longo da vida (Bowlby, 1998).

Ao reforçar a primazia da *Ligação* emocional, Bowlby (1998) refere: “(...) the capacity to make intimate emotional bonds with other individuals, sometimes in the careseeking role and sometimes in the caregiving one, is regarded as principal feature of effective personality functioning and mental health.” (p. 121).

Sublinhada a relevância do estilo de *Ligação* e por consequência do padrão de *Vinculação* constituído com as primeiras figuras relacionais numa fase charneira da vida, entende-se o motivo pelo qual os temas em torno da relação de vinculação parental (ou com respectivas figuras substitutivas) assumiram uma dominância, no campo das investigações, um pouco por todo o mundo. Motivo que se prende não só com as mudanças estruturais que se têm vindo a notar ao nível da Parentalidade nas sociedades da actualidade, como pela maior importância atribuída ao desenvolvimento infantil no início do século XX mas, sobretudo, pela percepção das repercussões que o tipo de vinculação estabelecido, na ligação com os prestadores de cuidados, trará tanto para a organização da *psique* como para o desenvolvimento social. Deste modo tem vindo a notar-se uma maior sensibilização para o facto da

Promoção da Saúde Mental passar inequivocamente por uma sinalização, compreensão e se possível intervenção ao nível da representação interna que, cada um de nós, detém da relação com cada uma das figuras de vinculação precoces.

Deste modo, conhecer a percepção, dos adultos portugueses, face ao estilo de *Ligação Parental* que estabeleceram, separadamente, com as figuras materna e paterna nos primeiros anos de vida, constitui em si um motivo pertinente para a realização de um estudo, que se funda como objectivo principal desta investigação.

Os poucos recursos que subsistem no que respeita à adaptação de instrumentos de medida em psicologia, nomeadamente na área da gravidez e da parentalidade, para a população portuguesa, fez-nos também constituir como objectivo principal desta investigação, a adaptação para a nossa amostra da escala *Parental Bonding Instrument (PBI)* construída por Parker, Tupling e Brown (1979). Esta escala, para além de ter sido amplamente utilizada em investigações destinadas ao estudo das atitudes e comportamentos parentais e da relação pais – filhos (na população adulta) surgindo como instrumento de referência, avalia duas dimensões do conceito *Ligação (Bonding)* – o *Cuidar* e a *Protecção* – fortemente exploradas por Bowlby (1998/2000) nas suas concepções sobre a teoria da vinculação.

Por esta razão, decidimos explorar a estrutura factorial (realizar uma análise factorial exploratória) do *PBI* entre os adultos portugueses que compõem a amostra, identificando as diferenças face ao modelo originalmente definido e se possível explorar novas dimensões de percepção do conceito de *Ligação (Bonding)*.

O sistema parental, entendido pelo conjunto de atitudes e comportamentos apreendidos pelos prestadores de cuidados, têm objectivos específicos que passam pela formação prévia de uma *Ligação (Bonding)* para atender à função adaptativa de cuidado e protecção, sendo por isso recíproco e complementar ao sistema de *Vinculação (Attachment)*, e fundamental para o evoluir da função reflexiva e consequentemente do crescimento mental de cada indivíduo.

De seguida, será essencial debruçarmo-nos sobre determinados conceitos e perspectivas teóricas que atribuem sentido à problemática em investigação e, sem querermos ser exaustivos, procuramos começar por falar das fontes, ou seja, daqueles que através das suas concepções teóricas contribuíram directa ou indirectamente para uma melhor compreensão da importância da ligação parental precoce no desenvolvimento das relações de vinculação futuras.

O Cuidado Parental à luz da Teoria da Vinculação

A Teoria da Vinculação, fortemente influenciada pela postura de Bowlby (1969, 1973, 1979, 1980, 1988) – psicanalista inglês, que demonstrou elevado interesse pelas teorias biológicas (em especial pela Etologia e os trabalhos de Konrad Lorenz sobre o *imprinting*) e pelos então emergentes conhecimentos ao nível do desenvolvimento infantil, das teorias Cognitivas, bem como das teorias da Cibernética –, indica uma solução coerente para a observação de um problema complexo, ou seja, como o psicológico e o biológico se relacionam no desenvolvimento do ser humano, dentro de uma rede de relações sempre actualizadas interna e externamente.

Estudos recentes que recorreram a um método de observação naturalista confirmaram que a *Vinculação* é desde cedo o garante biologicamente determinado da sobrevivência da criança, que procura protecção, segurança e conforto, junto de uma figura parental capaz de assegurar a adequada e constante prestação de cuidados necessários ao desenrolar do seu processo desenvolvimental – diríamos melhor, através da *Ligação*, no início auxilia em simultâneo à sobrevivência e ao desenvolvimento emocional e psicofísico, sendo que gradualmente, ao longo dos

primeiros anos de vida, vai cada vez mais auxiliando o desenvolvimento emocional (Golse, 2001; Soares, 1996).

Deste modo, a relação com a mãe e a qualidade dos cuidados que esta presta são fundamentais desde o início da vida da criança e no decurso do seu desenvolvimento, não só para o desenvolvimento físico e psicológico, mas também para o desenvolvimento de mecanismos de interação e auto-regulação como salientaram outros autores (Schoore, 1994) – estes modernos estudos sobre o desenvolvimento salientam a importância da Vinculação para a maturação dos sistemas de auto-regulação do organismo, bem como para o desenvolvimento dos sistemas relacionais, ou seja, é na relação (de acordo com a terminologia de Bowlby, da articulação Vinculação [*Attachment*] – Ligação [*Bonding*]) entre criança e prestador de cuidados que o organismo se desenvolve e sincronicamente potencia a sua capacidade relacional.

A criança procura segurança e os comportamentos de vinculação que empreende (de aproximação [apego] ou afastamento [autonomia] da figura parental) são no sentido de gradualmente obter esse sentimento, internalizando-o e assimilando-o, de modo a operar de forma mais autónoma (Bowlby, 1969, 1973, 1980; Figueiredo, 2005; Fonagy, 2000, 2002; Goldberg, Muir & Kerr, 2000; Golse, 2001; Guedeney & Guedeney, 2004).

Deste modo, será a partir das interações repetidas, contínuas e afectivas com o prestador de cuidados e posteriormente com outras figuras de vinculação, que a criança vai construindo *modelos internos de vinculação ou modelos operantes internos*, ou seja, desenvolve um conjunto de conhecimentos sobre *Si* próprio nas experiências com os *Outros* que progressivamente vão sendo internamente organizados como representações diferenciadas sobre o *Si* e sobre as *Outras* figuras de vinculação – este processo permite igualmente a construção de uma função reflexiva ou de mentalização (Fonagy, 2000).

Ao sublinhar o seu carácter dinâmico, Bowlby (1998) considera que o *Internal Working Model* (ou o *Modelo Operante Interno*) construído pela criança, influencia o seu comportamento na relação com as figuras de vinculação, na medida em que lhe permite antecipar as reacções do Outro. Assim, a compreensão e interpretação atempada do comportamento daqueles que são próximos, resulta do modelo que a criança constrói acerca das suas figuras parentais, da maneira como comunicam e se relacionam nas várias sequências interactivas diárias que acontecem no decurso dos seus primeiros anos de vida e, que vão sendo progressivamente assimilados e interiorizados de forma estável, fazendo parte e deste modo influenciando as suas estruturas cognitivas.

Concomitantemente a criança constrói um modelo interno acerca do Outro e um modelo operante interno sobre Si, formando este último, não somente a partir da imagem que os pais têm de si mas também sobre aquilo, que de si é dito, por ambas as figuras parentais. Quer isto dizer que os modelos construídos acerca de Si e do Outro (figuras parentais) funcionam num sistema de interdependência e de influência mútua, por se constituírem no espaço relacional da criança e do seu prestador de cuidados, persistindo de forma tão vincada na mente do sujeito que acabam por operar a um nível inconsciente (Guedeney & Guedeney, 2004).

De acordo com Bowlby (1998) e tal como é descrito por autores nossos contemporâneos, nomeadamente por Fonagy (1989), os *modelos operantes internos* (construídos sobre Si e o Outro) são ajustados às interacções vividas numa fase precoce, transformando-se em esquemas mentais continuamente activados, quando novas experiências são assimiladas aos modelos existentes. Deste modo, os padrões de interacção que estão associados a estes modelos tornam-se progressivamente habituais, generalizados e em grande parte inconscientes, persistindo num estado mais ou menos inalterado, mesmo quando na vida futura se estabelece com outras ligações inteiramente diferentes daquelas que os pais adoptaram com o sujeito na infância.

Na sequência do que foi dito, considera-se pertinente fazer referência ao conceito de *Self Reflexivo* desenvolvido por Fonagy (1989; Fonagy et al. 1991) que, segundo entendemos, assume alguns pontos de convergências, senão pelo menos de alguma proximidade, com o designado conceito de *Internal Working Model* desenvolvido por Bowlby e anteriormente mencionado.

Ao salientarem a importância da compreensão dos estados mentais na constituição de um estilo de vinculação seguro, Fonagy, Steele, Steele, Moran e Higgitt (1991) colocam a ênfase na formação do *Self Reflexivo* e na sua capacidade para reflectir a vida psíquica e a construção de representações mentais associadas a sentimentos, desejos, crenças acerca de nós próprios e dos outros. Todavia, a capacidade para compreendermos o nosso estado subjectivo é deste modo consequência da observação da actividade mental do Outro e da possibilidade que este proporciona de nos conhecermos enquanto sujeitos observados, existindo então uma interdependência no processo de compreensão de Si e do Outro. Quer isto dizer que *Self Reflexivo* é inerentemente interpessoal, isto é, constrói-se no espaço relacional partilhado na interacção com Outro; tendo, por isso, sido primeiramente desenvolvido na relação afectiva com as figuras de vinculação precoces, no decurso do primeiro ano de vida.

Se o desenvolvimento da capacidade, para representar mentalmente o funcionamento psíquico do próprio e do outro está estritamente relacionado com a regulação afectiva, que acontece através dos esquemas comportamentais empreendidos nos jogos de interacção, então facilmente compreendemos a influência da qualidade da vinculação, estabelecida na infância, na adaptação social e no desenvolvimento ou não de perturbações psicológicas na vida adulta.

Deste modo o Outro é simultaneamente figura de vinculação e figura de identificação (fornece um modelo, suporta a exploração, incentiva a descoberta e a auto-descoberta), garante de uma *base segura* e de um ponto de partida para a exploração (Bowlby, 1969, 1988; Fonagy, Steele, Steele, Moran & Higgitt, 1991).

O prestador de cuidados deverá ser esse factor de segurança, a já referida *base segura* ou o *refúgio seguro* de que falava Bowlby. Assim: “O sentimento de segurança decorre, pois, deste processo de regulação mútua entre a figura de vinculação e a criança.” (Soares, 2001, p. 85). Se o movimento da criança é de procura de segurança, o da figura parental deverá ir no sentido de proporcionar segurança e promover a autonomia da criança na relação.

Se a importância da prestação de cuidados fica bem evidente a partir dos diversos estudos referidos, a sua activação, ou seja, a organização de um sistema comportamental complementar ao da Vinculação da criança é um fenómeno que também se desenrola desde o nascimento desta. No entanto, a construção de um modelo mental (para a prestação de cuidados) poderá (diríamos até *deverá*) preceder este mesmo evento, mas a referida activação comportamental apenas surge na sequência do contacto real e efectivo com a criança real (Soares, 2001).

De seguida vamos observar os dois movimentos complementares envolvidos nesta relação de encontro e sincronia (Stern, 1985, 2006), Vinculação e Ligação.

A Ligação (Bonding) e a Vinculação (Attachment)

Quando desenvolveu a sua teoria da Vinculação Bowlby (1969, 1973, 1980, 1988) postulou a existência de um complemento à Vinculação (*Attachment*) – a Ligação, ou *Bonding* no inglês original.

A Ligação seria então um conjunto específico de estados mentais e recursos comportamentais direccionados para o cuidado da criança e manutenção da proximidade física e psicológica, possibilitando assim a sua sobrevivência e desenvolvimento.

O referido autor descreveu um sistema comportamental complexo, que conduz à construção de estruturas psicológicas profundas, tal como nos diz Thomas Ogden (1986), que passamos a citar:

“Bowlby’s focus is not on the psychological organization of meanings along particular lines but, rather, on the interplay of the environment and innate behavioral systems: Attachment behaviour ... is held to have a biological function specific to itself ... Attachment behaviour is regarded as what occurs when certain behavioural systems are activated. The behavioural systems themselves are believed to develop within the infant as a result of his interaction with his environment of evolutionary adaptedness, and especially of his interaction with the principal figure in the environment, namely his mother. (Bowlby, 1969).” (Ogden, 1986, p. 22-23).

A teoria da Vinculação é um modelo sobre a forma como a mãe e o bebé se vão relacionar e sobre a construção dos primeiros laços afectivos, sendo realçada a protecção e cuidado da mãe para com o bebé e a forma como a primeira constrói as condições (biológicas e psicológicas) para o desenvolvimento do segundo.

Bowlby identifica a necessidade de Vinculação como um aspecto primário no ser humano, ou seja, não deriva de outra necessidade, mas é um aspecto constituinte, endógeno e fundamental, sendo que a criança está geneticamente predisposta para responder a sinais e orientar-se para alvos fixados – garantir a proximidade da mãe (Bowlby, 1969, 1988; Goldberg, Muir & Kerr, 2000; Viterbo & Renault, 1985). Esta necessidade de vinculação é tanto mais necessária quanto a criança humana é o animal mais dependente e possuidor da mais elevada necessidade de cuidados por parte do progenitor – é dependente (neoténica, ou seja, precisa de complementar o seu desenvolvimento fora do Útero materno), mas igualmente rápida e com

elevadíssimo potencial de desenvolvimento, sendo deste modo que o homem alcança um nível de sofisticação não acessível às outras espécies animais. Esta elevada imaturidade e dependência também «força» a relação.

O comportamento de vinculação é assim o resultado de necessidades inatas (mandamento biológico) e potenciador de aquisições desenvolvimentais, tendo em primeiro lugar uma função de protecção (a segurança fornecida pela mãe, garantia de alimentação e possibilidade de aprendizagem comportamental) e complementarmente de socialização (a criança está em relação vincular desde o princípio do desenvolvimento e vai expandindo o seu círculo de vinculações).

Deste modo, a noção de comportamento de vinculação distanciam-se da mera descrição comportamental dos esquemas de acção, tendo sido colocada a ênfase na *intencionalidade* que está subjacente ao comportamento de vinculação – que é promover a proximidade, o cuidar e a protecção.

Tal como salienta Gonçalves (2006) a vinculação foi desde logo conceptualizada como comportamento de aproximação do bebé a um adulto significativo (habitualmente a mãe), promotor de segurança e conforto. Este movimento possui uma função biológica de protecção e de sobrevivência, desenvolvendo-se durante a infância e persistindo ao longo da vida. Tendo em vista esse efeito: “Para que esta vinculação se instale, a mãe tem de estar atenta aos sinais do bebé nos diversos comportamentos de apego, como sugar, sorrir, chorar, agarrar e morder, nas formas de chamamento e nos comportamentos de aproximação, seguindo, procurando a mãe, que deve mostrar uma certa preocupação primária. No entanto, esta vinculação vai não só depender da história de vinculação da mãe, dos significados que ela dá às mensagens, mas também da atitude do bebé, pois a vinculação é adaptativa e depende da sintonia entre a mãe e o bebé, e da confiança estabelecida entre eles.” (Bayle, 2006, p. 119).

Seguindo esta linha de ideias, Stern (1986) fala das características específicas da mãe e do bebê, a que designou repertório do bebê e da mãe, para explicar a influência destas no estabelecer da ligação humana, da comunicação e das trocas emocionais durante as interações sociais nos primeiros meses de vida. Podemos então dizer que: “O bebê nasce num mundo para o qual a sua dotação hereditária de pré-concepções inatas o deve preparar, em seguida ele deve ser «apoiado» (ligação – *bonding* – e vinculação – *attachment*) e «desmamado» de modo a prosseguir no processo contínuo de desenvolvimento e maturação (separação e individuação). Assim, a tarefa da mãe (e a do pai) não é apenas a de ser um bom educador no sentido tradicional do termo, mas também a de fornecer sentido pessoal, por um lado, e regulação, por outro.” (Grotstein, 1999, p. 101).

Deste modo, será no contexto da ligação afectiva com as figuras de vinculação primárias, e a partir das sequências interactivas que decorrem deste encontro, que a criança vai adquirir e progressivamente desenvolver o sentido da realidade. Ora, as interações que acontecem na relação da criança com o seu prestador cuidados não estão restritas ao comportamento observável intensamente explorado por Bowlby, ocorrendo também a nível fantasmático e afectivo partilhas resultantes desse encontro e que Lebovici (1980) sublinhou como dimensões observáveis do processo de interação enquanto teórico das relações objectais.

A interação comportamental, entendida como o conjunto de comportamentos empreendidos pela mãe e pela criança, reflecte a interdependência entre aquele que presta cuidados e aquele que se presta a ser cuidado. Embora, como vimos anteriormente, o bebê possua desde o nascimento um aparelho neuro-motor e funções sensoriais relativamente diferenciadas e geneticamente determinadas, o chamado repertório do bebê não garante a sua sobrevivência na ausência de um «ambiente facilitador» de administração de cuidados, de satisfação das necessidades fisiológicas e psíquicas e simultaneamente promotor da qualidade do seu

desenvolvimento psicológico (Winnicott, 1956, 1960). Queremos com isto dizer, que os recursos sensoriais precocemente exibidos pelo bebé funcionam como instrumentos sociais que permitem a entrada em relação a nível emocional (o sorriso, o choro, mais tarde o palrar), activando deste modo o reportório da mãe e a sua capacidade responsiva, fundamental para a existência de uma aproximação contentora (Cortesão, 1985; Winnicott, 1988).

Nas palavras de Winnicott (1988) uma mãe suficientemente boa (entenda-se prestadora de cuidados) será aquela que, através da sua capacidade empática, se mostra sensível às sinalizações da criança preparando uma adaptação activa às suas necessidades, que numa fase precoce, passam pelos cuidados fisiológicos mas também pela procura de colo, do toque, ou seja, do contacto físico próximo.

O diálogo corporal que se ensaia através do *holding* ou, por outras palavras, através do envolvimento afectivo que a mãe proporciona à criança pelo contacto físico é recíproco e permite ao lactente construir uma imagem de si a partir da continuidade e da segurança que lhe é oferecida pela mãe (Winnicott, 1958). Deste modo, a figura materna vai dar a conhecer, através do toque, as diferentes partes do corpo integrando-as; através do seu olhar, a imagem reflectida da criança que se revê no *espelho* materno; através do seu rosto, a expressão dos estados afectivos que, por imitação, o lactente vai assimilar para, num momento posterior, ensaiar nas trocas emocionais (Stern, 1985, Lacan, 1966). A sensibilidade materna vai então permitir a resposta à expressão, através do choro, do grito e da comunicação vocal, de uma necessidade de afecto, levando progressivamente ao diálogo de sintonia (Brazelton & Cramer, 1984/2001; Stern, 1985).

Ao satisfazer as necessidades de *holding* do seu bebé, a mãe não só está a responder à procura de envolvimento corporal mas também a dar-lhe um suporte psíquico suficientemente – o *handling* –, ao atribuir um significado às primeiras experiências angustiantes, transformando-as em realidades toleráveis e assimiláveis para a criança.

O Eu, primeiramente desenvolvido através das experiências corporais, vai progressivamente conduzir à construção do Eu que permite que a criança conquiste a diferenciação/individuação. O estado de egocentrismo que experimenta, quando a mãe sacia prontamente as suas necessidades, advém da *ilusão* de ter criado o objecto que alcançou no mundo real; facto que encoraja o desenvolvimento da confiança básica, da auto-estima e o sentimento de que o mundo e ela própria são reais.

Lebovici (1985) esclarece que a satisfação das necessidades fisiológicas surgem no contexto das interacções afectivas, ou seja, são indissociáveis do afecto prestado pela mãe. Deste modo será através das trocas afectivas variadas com a figura materna e paterna que a criança consegue adaptar-se aos poucos aos seus ritmos cronobiológicos, desenvolver os seus primeiros organizadores sociais e compreender as suas necessidades tolerando progressivamente a frustração.

As interacções que ocorrem a um nível comportamental e afectivo, através das experiências corporais e emocionais, não são únicas nem dissociadas daquelas que acontecem no plano fantasmático, ou seja, no inconsciente materno que consequentemente influenciará a vida psicológica da criança. A vida mental da criança e o seu desenvolvimento acontece, como temos vindo a referir, na relação com a primeira figura de vinculação; à medida que esta responde com prontidão às necessidades daquela, vai favorecer um espaço de ilusão onde a criança se sente única e valorizada pela mãe, conquistando progressivamente um sentimento de constância no interior do objecto essencial para a formação do Self e para o crescimento mental. A fase inicial de enamoramento vai então permitir que mãe e filho estejam em sintonia um com o outro, primeiro de modo muito próximo, e progressivamente, com a introdução de um terceiro na relação dual, numa interdependência encorajadora dos primeiros movimentos de autonomia, uma vez que a criança vai, aos poucos, respondendo as suas próprias necessidades.

Todavia, nesta dinâmica relacional entram em linha de conta não só as emoções associadas a trocas afectivas reais mas também os fantasmas inconscientes que povoam a vida mental da mãe desde a sua infância e que influenciarão a um nível, provavelmente, inconsciente as interacções entre ambos. Ao introduzir a noção de interacções fantasmáticas, Lebovici (1985) quis colocar a ênfase nas projecções fantasmáticas que carregam a vida mental da mãe influenciando o seu encontro com o bebé real. Deste modo, considera que o modo como a mãe se relaciona internamente com os vários bebés que segura nos seus braços: o bebé imaginário, como o próprio nome indica, tem que ver com o bebé desejado, construído na mente da mãe; o bebé fantasmático é aquele que nasce do desejo de maternidade, reactivado por vários motivos que incluem: a identificação, a satisfação de necessidades narcísicas de união, de realização de oportunidades perdidas e de separação da própria mãe, a tentativa de recriar vínculos passados e de resolver conflitos infantis inconscientes com as figuras parentais, e que condicionam o estilo de ligação a estabelecer com o bebé real. Deste modo, o bebé nasce para cumprir um mandato que advém de um legado transmitido transgeracionalmente através dos desejos inconscientes dos pais (Lebovici, 1985).

Ora, do modo como a mãe elabora estas imagens ou, por outras palavras, estas projecções fantasmáticas na sua vida mental resultará o estilo de ligação – *bonding* – que terá uma influência directa no padrão de vinculação – *attachment* – a estabelecer com a criança real, podendo ou não levar a dificuldades de interacção precoces, através de respostas inadequadas.

Em síntese, realçamos alguns dos aspectos já mencionados anteriormente, referindo que os comportamentos de vinculação (sorriso, vocalização, agarrar, gatinhar e a sucção) têm a finalidade de aproximar a criança da mãe, mas também o inverso: “Estes comportamentos parecem ser de natureza inata: têm como função ligar a criança à mãe e provavelmente favorecer a vinculação recíproca da mãe à

criança. Qualquer comportamento que permita à pessoa ficar perto ou manter a proximidade das figuras preferenciais e privilegiadas pode ser considerado como um comportamento de vinculação.” (Guedeney & Guedeney, 2004, p. 34).

A Ligação corresponderia à resposta da mãe (ou de outra figura de vinculação) perante os comportamentos, mecanismos ou estratégias de vinculação por parte do bebé. Desta articulação relacional resultaria a manutenção da proximidade (conduta externalizada) e construção de um sentimento de segurança (representação internalizada), numa relação dialéctica (movimento incessante, portador de contradições entre dois modos de funcionamento [linguagens/dialectos] – mãe e bebé não operam de modo igual –, promotor de evolução e tensão transformadora, desenvolvutiva e envolvente no plano emocional – é um vínculo acima de tudo afectivo e emocional), dialógica (com duas lógicas que se articulam num diálogo próprio e promotor da construção das representações) e complementar, estabelecida de forma recíproca (com intervenção da mãe e do bebé), e regulada dinamicamente (sistema oscilante e aberto à influência do exterior, a outras figuras relacionais – pais, irmãos, outros familiares, ambiente social).

A Importância da Ligação para o Desenvolvimento da Vinculação

Parece-nos importante referir que a Ligação não será uma resposta no sentido de resultar de um pedido, uma vez que a Ligação precederá a Vinculação – será uma resposta puramente no plano comportamental (ou seja, perante os mecanismos e comportamentos de vinculação a mãe desencadeia uma conduta de resposta às solicitações do bebé), mas ocorrerá anteriormente à Vinculação no plano da representação e da fantasia: a Ligação da mãe precede o pedido do bebé e precede o

seu nascimento, será a Ligação imaginada ao bebê imaginário que precede a própria relação e que lança terreno para o desenvolvimento da relação (Lebovici, 1985; Winnicott, 1956, 1960).

Deste modo, a relação começa no desejo da mãe e do seu desejo de se *ligar* ao bebê, o que poderemos inclusive entender como precedente para a construção de uma Vinculação. Nesta sequência a Ligação condiciona a Vinculação e a Ligação é desencadeante da Vinculação – fica evidente a importância do processo de ligação para o desencadear e desenvolver da vinculação: “Por sua vez, à medida que a criança se torna mais clara na escolha que faz da mãe enquanto objecto privilegiado do seu universo relacional, mais fácil é para a generalidade das mães sentir-se vinculada à criança, o que testemunha a interdependência dos sistemas de vinculação da mãe e do bebê (...).” (Figueiredo, 2005).

É a mãe que gera a criança e será a mãe que procura a criança – mesmo no plano biológico, em que Bowlby gostava de pensar, é a mãe que apresenta um nível mais elevado de maturação fisiológica e comportamental, sendo que o lactente está num estado incipiente no plano ontogenético –, é a mãe que se liga à criança para que esta se vincule e deste modo garante a sua sobrevivência e desenvolvimento – a criança nascendo num estado de Desamparo e Dependência muito elevada, necessita de forma extrema dos cuidados e afectos maternos, sendo a vinculação o garante da satisfação dessas necessidades que começam por ser fisiológicas para progressivamente se situarem num plano relacional e psicológico.

Os trabalhos de Spitz (1945, 1946a, 1946b, 1965) demonstraram de forma impressionante como a mãe antes de ser um objecto libidinal (objecto de desejo, no sentido em que adquire uma representação no plano psicológico) é um objecto de necessidade (dependência no plano biológico), pois sem os cuidados prestados pelo outro a criança pode adoecer (Depressão Anaclítica) e morrer (Hospitalismo) – “A

escolha anaclítica do objecto é determinada pela dependência original que a criança tem da pessoa que a alimenta, protege e cuida.” (Spitz, 1965, p. 240).

As crianças que durante os primeiros meses de vida mantinham uma relação com a mãe, que era depois interrompida por volta dos seis meses de vida, apresentavam um acentuado declínio do desenvolvimento e alterações nas funções fisiológicas, com um movimento de desistência relacional e abandono do contacto, com sintomas de Depressão (a Depressão Anaclítica tem manifestações sobretudo fisiológicas), que se agravavam caso a relação não fosse restituída, terminando em catatonia acentuada e morte, o que configura o quadro que se passou a designar de Hospitalismo (Spitz, 1945, 1946a, 1946b, 1965). A perda da mãe não é somente sentida como a perda do objecto de amor, mas como o desabar do mundo, é a perda de equilíbrio e homeostase, a catástrofe desenvolvimental – face ao desamparo e elevada dependência a perda do outro acarreta também a perda do próprio.

Spitz observou também que eram as crianças que possuíam uma mãe boa prestadora de cuidados, com a qual haviam estabelecido uma forte ligação amorosa, que apresentavam uma forma mais severa de reacção patológica – “É evidentemente mais difícil substituir um objecto de amor do que um objecto insatisfatório.” (Spitz, 1965, p. 241). A existência de um vínculo relacional mostrou-se fundamental para a sobrevivência e a sua qualidade importante para o nível de desenvolvimento alcançado, sendo factor determinante na forma como a criança reagia à separação.

Os estudos de Spitz possuem alguma semelhança com as opções que Bowlby viria a tomar, nomeadamente a importância atribuída à observação e à descrição do ambiente de desenvolvimento, o interesse pela constatação empírica de pressupostos psicodinâmicos e o papel dos aspectos biológicos e da metodologia etológica de observação naturalista. No entanto Spitz mantém sempre uma linguagem próxima de Freud, procurando encaixar o que observa nos recursos conceptuais que já possuía, enquanto Bowlby, talvez influenciado pelos seus gostos evolucionistas, procura criar novos modelos de compreensão que rompem com a tradição psicanalítica.

É necessário neste ponto salientar que a teoria de Bowlby e o seu modelo de desenvolvimento e estruturação da personalidade é revolucionário dentro do quadro psicanalítico e será aquele que até então mais se afastava do modelo de Freud (Viterbo & Renault, 1985; Goldberg, Muir & Kerr, 2000).

Devemos salientar que até esse momento o único psicanalista que havia divergido face ao modelo pulsional de Freud tinha sido Fairbairn (1952), que salientou a importância da vinculação precoce e da procura de objecto por parte da Libido, ou seja, o movimento relacional que (pré-)existe no sujeito. O modelo estrutural-pulsional da mente é substituído pelo modelo estrutural-relacional, sendo que o bebé humano busca desde o início a relação com o objecto, estando esta busca inscrita nos recursos adaptativos que possibilitam a sobrevivência biológica. Este domínio relacional *ab initio* foi também preconizado por Bion (1962), que salientou a importância do continente materno, das suas capacidades empáticas (que denominou *Reverie* e Função [α]) e do papel desenvolvutivo da relação primária (Cabral & Fleming, 2001).

Ao desenvolver um modelo explicativo dos primeiros modos de comunicação e de funcionamento psíquico em jogo na interacção precoce entre a mãe e o seu bebé, Bion (1991) recorda que a capacidade de tolerância do bebé em relação às frustrações provocadas por realizações negativas ou experiências emocionais angustiantes depende tanto da sua *capacidade inata para tolerar a frustração* como da *capacidade de Reverie* da mãe real.

Quer isto dizer que a mãe vai fornecer um *Continente*, o seu próprio espaço mental, não só para conter a angústia, como também para atribuir um significado e uma coerência às experiências emocionais intoleráveis, que serão devolvidos à criança de forma manuseável e com um menor nível de angústia para que esta possa reintrojectá-los e pensá-los – promovendo assim o crescimento mental (Dias &

Fleming, 1998). A criança, por identificação ao modelo-mãe vai progressivamente construindo o seu próprio aparelho psíquico, realizando a interiorização de uma boa *Reverie Materna* fundamental para fazer face às experiências angustiantes, tornando assim possível a capacidade de pensar, simbolizar e sonhar.

O sujeito é primeiro e acima de tudo investido pelo objecto (o outro, mãe ou pai), resulta deste investimento a resposta do sujeito e a construção de uma relação (relação sujeito-objecto, que em psicanálise foi chamada de relação de objecto, e que alguns autores procuram agora chamar de relação de sujeito devido à impressão mecanicista causada pela expressão, que no fundo procura retratar a procura de vinculação por parte do sujeito humano), que na realidade já existia – este é o paradoxo que Winnicott (1958) já havia abordado: o sujeito (bebê) cria o objecto (mãe), que no entanto já existia e que criou o sujeito; o sujeito cria a relação, que no entanto já existia e criou o sujeito.

O sujeito criador (no seu pensamento e representação) é o sujeito criado (da fantasia e da relação real), e o objecto criador (mãe prestadora de cuidados) é o objecto criado (a representação interiorizada, o modelo de identificação).

Este paradoxo contém também a ideia da representação mental e da interiorização da representação do objecto de identificação – a ligação-vinculação não só proporciona o ambiente desenvolvimental como proporciona um conjunto de camadas estratificadas de significação da experiência e de transformação de sensações e percepções em emoções e pensamentos (Luzes, 2004).

Winnicott terá sido o primeiro autor a demonstrar elevada sensibilidade perante o papel da mãe no processo de desenvolvimento da criança – a mãe real e relacional, não só a mãe da fantasia (ao contrário dos autores seus contemporâneos, como Melanie Klein e seus colaboradores). Os seus conceitos de «Preocupação Maternal Primária» (*Primary Maternal Preoccupation*) e «Mãe Suficientemente Boa» (*Good*

Enough Mother), «Ambiente de Suporte ou Ambiente Sustinente» (*Holding Environment*) e «Mãe Devotada Comum» (*Ordinary Devoted Mother*), alguns deles já referidos no capítulo anterior.

A *Preocupação Maternal Primária* será a vontade e capacidade da mãe para desviar o interesse de si própria (do seu *Self*) para o bebé, ou seja, uma concentração quase exclusiva no bebé e nos cuidados a prestar a este – Winnicott (1956, 1960, 1988) afirma inclusive que a preocupação é tão elevada que existe um isolamento face à realidade envolvente, sendo este estado, tal como a paixão ou enamoramento, um estado psicótico normal e até adaptativo. É necessário que a mãe quebre com o real – no sentido em que abandona outras preocupações –, e se ligue de forma muito dedicada e investida ao bebé, estabelecendo uma identificação elevada: “(...) confere à mãe uma capacidade especial de fazer a coisa certa. Ela sabe como o bebé pode estar se sentindo. Ninguém mais sabe.” (Winnicott, 1960, p. 21).

Em síntese, a *Preocupação Maternal Primária* será a condição psicológica da mãe nas semanas imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento, de elevada sensibilidade e dedicação (Davis e Wallbridge, 1982), esta preocupação é tão elevada e o nível de dedicação à criança tão assinalável que seria patológica noutra condição, que não perante o nascimento e a necessidade de cuidados, transitória e desaparecendo progressivamente – será a elevada força desta *Ligação* que vai motivar a *Vinculação*.

Embora utilizando outra linguagem, Winnicott refere de forma bem clara a importância da *Ligação* da mãe à criança pequena, e a sua capacidade para criar um *ambiente propiciador*: “O desenvolvimento, em poucas palavras, é uma função da herança de um *processo de maturação*, e da acumulação de experiências de vida; mas esse desenvolvimento só pode ocorrer num *ambiente propiciador*. A importância deste ambiente propiciador é absoluta no início, e a seguir relativa; o

processo de desenvolvimento pode ser descrito em termos de dependência absoluta, dependência relativa e um caminhar rumo à independência.” (Winnicott, 1960, p. 27).

O Suporte (*Holding*) e o Ambiente de Suporte (ou Ambiente Sustinente ou Ambiente de Sustentação) referem-se à capacidade da mãe de se identificar com o bebê e identificar empaticamente as suas necessidades (o conceito de *Reverie Materna* de Wilfred Bion [1962] é semelhante na sua essência, e a sua conceptualização de Relação Contínua-Conteúdo transmite igualmente a ideia de empatia e da capacidade de significação das experiências emocionais da criança tal como referido anteriormente), fornecendo uma sustentação e sentimento de continuidade, o que passa pelos cuidados físicos ao bebê (segurar, conter) e fornecer afecto.

Para Winnicott a mãe suficientemente boa não é a mãe perfeita e sem falhas, mas a mãe atenta e responsiva às necessidades do bebê e que simultaneamente apresenta falhas e defeitos humanos – no fundo é uma pessoa comum fazendo coisas comuns.

Por isso, designava a «mãe devotada comum», como alguém que cuidava do bebê que precisa de um número elevado de cuidados desde o início – vincando a ideia de um estado de dependência. Esta designação procura sobretudo captar a simplicidade e concomitante extrema importância dos cuidados maternos, que assim são comuns e fundamentais (mais uma vez o paradoxo).

Com a sua linguagem simples e próxima da descrição, Winnicott realçou de forma muito significativa a importância da Ligação da mãe ao bebê na criação do adequado ambiente de desenvolvimento e maturação – no fundo outros autores descreveram de forma próxima alguns conceitos que Bowlby organizou de modo mais sistemático.

No entanto, alguns destes autores mostraram elevada resistência aos conceitos propostos por Bowlby, eventualmente porque este procurava uma grande proximidade à Biologia, em especial à Etologia, o que desagradava aos seus colegas psicanalistas da Sociedade Britânica de Psicanálise.

Esta aproximação à biologia, se o afastou da metapsicologia psicanalítica, permitiu-lhe um trabalho experimental e observacional, possibilitando a construção e testagem empírica de hipóteses – o que, pese embora as resistências iniciais, foi um importante avanço em Psicanálise (Fonagy, 2000, 2002; Fonagy et al., 1991; Guedeney & Guedeney, 2004; Grotstein, 1999; Goldberg, Muir & Kerr, 2000).

As concepções teóricas desenvolvidas por Bowlby (1998) para teoria da vinculação iriam então servir de mote para um conjunto de futuras investigações, sendo que uma das mais importantes e inaugurais seria o estudo prospectivo sobre o desenvolvimento sócio-emocional durante os primeiros cinco anos de vida, levado a cabo por Mary Ainsworth (1985, citado por Bowlby 1998) do qual resultou posteriormente a elaboração de um procedimento de avaliação experimental, a *Situação Estranha*. De início, este método de avaliação da vinculação criado por Ainsworth e seus colaboradores procurava, através de um conjunto de procedimentos padronizados, atender apenas modalidades normais da interacção mãe-filho, mas rapidamente se tornou clara a sua utilidade na análise de diferentes díades. A partir da observação concomitantemente do comportamento da criança e da mãe, durante dois episódios de separação e reencontro, perante a presença de um estranho, distinguiram três grupos de crianças de acordo com o estilo do seu padrão de vinculação. Assim, as crianças vinculadas de maneira segura têm tendência a manifestar formas de protesto na ausência da mãe, recebendo-as com prazer quando estas voltam a aproximar-se. O prestador de cuidados, por seu turno, é sensível aos sinais da criança respondendo com afecto as suas necessidades de cuidado e protecção (tipo B – Vinculação Segura).

As crianças com vinculação insegura poderão assumir duas performances diferentes: algumas crianças, aquando da separação, parecem pouco afectadas por esta, desenvolvendo escassos comportamentos que indiquem a procura de uma base segura. No momento do regresso da mãe, estas crianças evitam a proximidade física, pelo facto de já terem experimentado a rejeição no momento em que procuravam o conforto e a protecção (tipo A – Vinculação Insegura – Evitante).

No mesmo sentido, outras crianças vinculadas de modo inseguro mostram-se aflitas face à separação procurando, no momento do reencontro, o contacto e simultaneamente rejeitando a aproximação, sendo difícil para as mães reconfortá-las (tipo C – Vinculação Insegura, Ansiosa – Ambivalente, Resistente). Para Bowlby (1998), este padrão é frequente e provocado: “(...) by a parent being available and helpful on some occasions but not on others, and by separations and, as clinical findings show, by threats of abandonment used as a means of control.” (p. 124). Mais tarde, um outro padrão foi introduzido no grupo das crianças que apresentam uma vinculação insegura para caracterizar os comportamentos cujas intenções não são compreendidas e que parecem desorganizados ou desprovidos de qualquer coerência aquando do reencontro (tipo D – Vinculação Insegura Desorganizada – desorientada) (Main, 2000). Para aquelas crianças que não se situam em nenhum dos padrões foi desenvolvida a categoria «Sem Classificação».

Ao integrar os estudos desenvolvidos em torno da situação estranha, Main (2000) deparou-se com as correspondências entre a classificação atribuída ao padrão de vinculação apresentado pela criança e os relatos dos pais. Na sequência desta descoberta, George, Kaplan e Main (1985) citado por Main (2000), desenvolvem um novo instrumento, a *Adult Attachment Interview (AAI)*, inaugurando assim uma nova fase no estudo das diferenças individuais na organização da vinculação que tem sido descrita como: “(...) a move to the level of representation.” (p. 408). Deste modo, a AAI permite avaliar, ao nível das representações, a vinculação no adulto ou adolescente, questionando-o sobre as suas próprias relações com os seus pais durante

a infância. De correspondência directa com as categorias determinadas na Situação Estranha, os padrões de vinculação definidos pela AAI mostram que a figuras parentais *desapegadas* relativamente às suas experiências de vinculação correspondem crianças com uma vinculação evitante; aos pais *inquietos* correspondem crianças classificadas como ansiosas – ambivalentes; as crianças com vinculação segura têm pais também eles *seguros*, por último as crianças desorganizadas foram associadas a adultos *não resolvidos*. Para os adultos que não integram nenhuma das categorias (seguro/ desapegado/ inquieto / não resolvido) foi também desenvolvida a categoria «*cannot classify*».

Ao debruçarem-se sobre o estudo dos estilos de vinculação e das representações parentais, Levy, Blatt e Shaver (1998) procuravam verificar a Ligação Afectiva entre a criança e o seu prestador de cuidados e o efeito das experiências precoces de vinculação no desenvolvimento da personalidade e da psicopatologia. Os resultados obtidos sublinham a continuidade dos padrões de vinculação estabelecidos precocemente com a figura de vinculação no decurso da adolescência e na vida adulta e o modo como estes condicionam as ligações futuras.

Parafraseando Blatt (2004) “Various forms of psychopathology in adults are determined by differential impairments of the schemas of the representational world that occur as a consequence of serious disruptions of the relationship between child and caregivers.” (p. 129).

No capítulo seguinte, procura-se sublinhar a importância da precessão da *Ligação (Bonding)* para a construção de uma representação segura da vinculação com as figuras parentais e, por outro lado, para a estruturação do funcionamento psicológico, partindo do inverso, ou seja, fazendo referência ao modo como a Perturbação da Ligação e por consequência da Vinculação poderá condicionar o desenvolvimento psíquico.

Perturbação da Ligação e Perturbação da Vinculação

No sentido de realçar a importância da Ligação que a mãe estabelece e da Vinculação resultante, gostaríamos de apresentar breves exemplos de estudos que realçam o modo como a patologia pode transitar entre gerações (resultado da precoce perturbação relacional), existindo uma concordância de padrões patológicos. Desse modo, existe uma considerável continuidade entre perturbação da Ligação, perturbação da Vinculação e perturbação psicopatológica do sujeito (quer seja em criança, adolescente ou adulto), com perturbados modelos de organização e estruturação interna – internalização de modelos patológicos ou patologia dos modelos operantes internos.

De acordo com o referido em capítulos anteriores, Fairbairn (1952), Winnicott (1965) e Bowlby (1998) comungavam da ideia de que os padrões precoces de relação com o primeiro prestador de cuidados viriam a ser internalizados para num momento posterior determinarem os padrões de relação com os outros. Deste modo, Bowlby (1998) propôs que os padrões interactivos construídos na relação com os pais será a matriz a partir da qual as crianças humanas viriam a construir os *Modelos Operantes Internos* do Self e da relação de vinculação com os Outros. Assim, a função deste modelo será interpretar e antecipar o comportamento do outro assim como planear e guiar o nosso próprio comportamento na relação.

No seguimento do exposto, Bretherton (1990) ao levantar a hipótese, num artigo de revisão de literatura de referência, do *Modelo Operante Interno* do Self e do prestador de cuidados desenvolver-se fora dos modelos de transacção diádica (i.e. modelos de comunicação) procura naturalmente sugerir que eles podem ser complementares.

Por outras palavras, Bretherton (1990) explica que as crianças que experimentam uma relação rejeitante com o primeiro prestador de cuidados, irão construir um

modelo operante de rejeição parental provavelmente complementado por um modelo interno de self pouco adorável. Por outro lado, se uma criança experimenta uma relação parental contentora, o modelo operante interno dos pais contentores será provavelmente complementado por um modelo operante de self digno de suporte e de amor.

Assim os modelos operantes internos das crianças seguras constroem-se nas trocas afectivas recíprocas com prestadores de cuidados, sensíveis às suas sinalizações e responsivos às suas necessidades, favorecendo-lhes as bases narcísicas para a formação de uma auto-imagem positiva e para a elaboração de sentimentos positivos e gratificantes da relação com os outros.

Por outro lado, as crianças inseguras desenvolvem o sentimento de não serem cuidadas, protegidas e por consequência amadas pelas suas figuras de vinculação primárias, assim como a ideia de que as relações são fonte de frustração.

Com efeito, numa fase precoce do seu desenvolvimento faltou a estas crianças, aquilo que Coimbra de Matos (2004) define como essencial no processo de constituição do ser humano que é *precessão e primazia do investimento do sujeito pelo objecto* – ou *Primazia do Bonding* – fundamental para a construção do *Self* e para o desenvolvimento da capacidade de mentalização ou função reflexiva, tal como referido anteriormente (Fonagy, 2000). Queremos com isto dizer, que as relações remetem a criança insegura para uma imagem negativa de si, ao mesmo tempo que a confronta com sentimentos dolorosos, para os quais não encontra recursos internos, ficando vulnerável a perturbações psicopatológicas.

Fonagy (2000) sugere, a partir dos estudos por si desenvolvidos, que a capacidade dos pais para empatizarem com os estados mentais dos seus filhos (prestadores de cuidados com capacidade reflexiva), permiti-lhes não só gratificar as necessidades de cuidado e protecção da criança, como progressivamente vem facilitar a compreensão que a criança tem de si e dos outros através da mediação de

uma vinculação segura. Assim, a presença de prestadores de cuidados com adequada capacidade reflexiva aumentam a probabilidade das crianças desenvolverem vinculações seguras, e deste modo vem facilitar o desenvolvimento da sua capacidades de mentalização.

Fonagy (2000) considera que: “(...) a secure attachment relationship provides a congenital context in which the child can explore the mind of the caregiver, and in this way learn about minds. (...) The process is intersubjective: the child gets to know the caregiver’s mind as the caregiver endeavors to understand and contain the mental state of child.” (p. 1132).

De outro modo, na base da construção de uma vinculação segura está a noção de existência e permanência na mente do Outro, facto que permite à criança rever-se através do seu prestador de cuidados que o representa como um *ser desejado e intencional* (Fonagy, 2000).

Numa perspectiva desenvolvimental, o tipo de Padrão de Vinculação interiorizado pela criança – seguro, inseguro/evitante, inseguro/ambivalente e/ou inseguro/desorganizado – depende do processo de regulação mútua entre a figura de vinculação e o lactente (Ligação) que tem por base a formação do sentimento de segurança ou insegurança, de constância ou inconstância que decorre de experiências repetidas, nas quais o medo e a ansiedade foram ou não aliviados pelas intervenções do prestador de cuidados. De tal modo, que a criança ou adolescente poderá ou não ser capaz de activar o seu sistema de exploração do meio essencial para o processo de autonomia (Main, 1985 citada por Guedeney & Guedeney, 2004).

Neste sentido, Bowlby (1998) chamou a atenção para o facto dos modelos operantes internos apresentarem-se propensos para a estabilização ao longo das gerações, algo que viria a ser confirmado em as investigações recentes (Ammaniti, 2000 citado por Guedeney & Guedeney, 2002/2004; Benoit & Parker, 1994; Ribeiro e Sousa, 2002) que têm colocado a ênfase no valor preditivo do Tipo de Vinculação

estabelecido na infância, ou seja, o padrão de vinculação da infância parece assim ser preditivo da autonomia e da qualidade da relação com as figuras parentais que por sua vez também é, ela própria, preditiva da natureza da Vinculação no jovem adulto.

As descobertas recentes das ciências cognitivas vieram deste modo prestar um importante contributo para a compreensão da transmissão interjeccional dos modelos operantes internos, ao explicarem que estes últimos são estruturas de informação hierarquizadas, armazenados na memória a longo termo, que irão integrar a memória autobiográfica de cada um de nós. Deste modo, será fácil compreender as descobertas recentes da transmissão interjeccional dos modelos de vinculação insatisfatórios, se pensarmos na criança insegura que, ao procurar intensivamente defender-se das recordações dolorosas que constituem as memórias autobiográficas, poderá estar a influenciar os esquemas mentais em formação a outros níveis (i.e. esquemas gerais sobre parentalidade), tornando os modelos internalizados inconsistentes e contraditórios (Bretherton, 1990).

Deste modo, Bowlby (1998) sugeriu que os pais «rejeitantes», com modelos operantes internos desorganizados, têm maior probabilidade de ter experimentado relações adversas com os seus próprios pais na infância de tal modo que os padrões de parentalidade tendem a ser transmitidos ao longo das gerações. Ao desenvolverem uma investigação sobre a estabilidade dos modelos operantes internos e a transmissão transgeracional dos padrões de vinculação ao longo das gerações, Benoit & Parker (1994) verificaram que 77% das mães, avaliadas durante a gravidez e 12 meses depois, apresentaram um nível de concordância no que respeita ao padrão de vinculação; nos quatro padrões de classificação da AAI. No mesmo estudo, as mães apresentaram uma elevada concordância com as suas próprias mães no que respeita ao padrão de vinculação exibido, do mesmo modo, 81% das mães mostraram uma elevada correspondência no que respeita aos padrões de vinculação (Benoit &

Parker, 1994). Neste sentido, a qualidade da vinculação que a criança estabelece com aqueles que lhe são próximos constitui um aspecto importante de resiliência (se a vinculação for segura) ou de vulnerabilidade (vinculação insegura) para o desenvolvimento de quadro psicopatológico.

Porventura, se pensarmos na adolescência como uma fase de mudança fundamental entre a infância e a idade adulta poderíamos então pensar que as estratégias de vinculação até agora utilizadas poderiam estar susceptíveis a modificações pelo próprio processo de adolescência. Quer isto dizer que as mudanças registadas, por um lado, pelo desenvolvimento das capacidades cognitivas e por outro pela emergência de uma estratégia integrada de vinculação, irão promover um significativo aumento da diferenciação / autonomia de Si, essencial para a formação de uma distância óptimo, que permitirá a reavaliação da relação de vinculação estabelecida com os pais. No entanto, as necessidades de vinculação não desaparecem pela entrada na adolescência, elas intensificam-se e progressivamente são transferidas para o grupo de pares; sendo que a qualidade da aceitação social está fortemente correlacionada com o padrão de vinculação que adolescente traz consigo e que deste modo influenciará as suas modalidades relacionais.

Ammaniti (2000) citado por Guedeney & Guedeney (2004) vem assim reforçar a estabilidade do sistema de vinculação entre a infância e o início da adolescência, sublinhando que o estilo de ligação que criança estabelece com os seus pais numa fase precoce do desenvolvimento será preditivo da organização da vinculação no jovem adulto.

Do mesmo modo, Fonagy (2000) chama a atenção para o efeito da transgeracionalidade em determinadas perturbações da personalidade nomeadamente na perturbação estado – limite da personalidade (Perturbação Borderline) que, na sua opinião, parece estar correlacionada com a transmissão transgeracional de padrões internos de vinculação distorcidos.

Rosenstein e Horowitz (1996) ao desenvolverem um estudo junto de adolescentes com perturbação psiquiátrica procuraram observar o nível de concordância mãe-filho na *Adult Attachment Interview* (AAI) e a possível correlação entre Tipo de Vinculação e o quadro de psicopatologia desenvolvido. Os resultados obtidos mostram que os sintomas psiquiátricos e os traços de personalidade esperados resultaram de estratégias de vinculação que estão associadas a classificações que dizem respeito a uma vinculação insegura.

A existência, nos antecedentes parentais, de comportamentos patológicos similares, aqueles apresentados pelos seus filhos (tentativa de suicídio, toxicod dependência, alcoolismo, condutas anti-sociais), alertou para o elevado risco de morbilidade em familiares de pacientes borderline – que poderão vir a desenvolver uma perturbação borderline da personalidade –, cuja explicação deriva não somente de factores biológicos mas também de factores sociais que aparecem associados à transmissão dos modelos relacionais. Deste modo, verifica-se uma elevada concordância entre o estilo de vinculação materna, a Ligação estabelecida e a Vinculação na criança e no adolescente.

Com efeito, realçamos a importância do conceito de função reflexiva ou mentalização desenvolvido por Fonagy (2000), para a compreensão do funcionamento psíquico – que será, no essencial, a capacidade para se pensar acerca dos próprios estados mentais e dos estados mentais dos outros. A capacidade reflexiva existente no prestador de cuidados vai permitir uma vinculação segura na criança, o que por sua vez permite uma adequada mentalização por parte desta última.

Uma relação de vinculação segura permite à criança explorar a mente do progenitor, permite diríamos um «encontro de mentes», e desse modo o funcionamento mental da criança desenvolve-se na relação com a mentalização do seu progenitor e da ligação parental que este estabelece. Quando a relação primária está marcada por patologia grave, pode existir uma inibição (ou não

desenvolvimento) da capacidade de mentalização, para evitar pensar sobre o potencial agressivo do outro ou do ambiente (Fonagy, 2000).

Nesta linha de ideias, Benoit e Parker (1994) sugerem que aquilo que nós transmitimos ao longo das gerações poderá ser o nosso estado da mente, que é comunicado à criança através do comportamento manifesto nos vários momentos interactivos que será interiorizado, fazendo parte das suas representações mentais, à qual irá aceder sempre que, em futuras relações, necessite de um modelo relacional de identificação.

Uma ideia final que sintetiza este ponto: são falhas na função parental (materna e paterna) de Ligação que levam a perturbações na função filial de Vinculação.

Neste capítulo procurou-se, ainda que sumariamente, chamar a atenção para a associação entre as perturbações psiquiátricas observadas no adulto e a presença de uma Ligação perturbada na infância, no mesmo sentido as observações que obtêm semelhantes conclusões têm-se multiplicado nos últimos anos e dão lugar a um fértil terreno de exploração. De seguida, iremos atender às representações mentais construídas em torno dos prestadores de cuidados significativos – que serão também avaliadas através do questionário utilizado na presente investigação.

Ligação e Parentalidade: O Olhar do Adulto sobre o Estilo de Ligação Parental

Se no ponto anterior observámos os aspectos patológicos e distorcidos da relação de Ligação-Vinculação, não podemos deixar de realçar a forma como o progenitor (saudável) funciona como guia e intérprete na percepção da criança e na compreensão da percepção da criança. Para além da resposta de cuidado biológico, muito valorizada por Bowlby, os pais investem na criança (amor e conhecimento, como referiu Bion [1962]) que será introjectada/interiorizada pela criança – a relação primária será um modelo (padrão relacional internalizado) para as relações futuras.

Este será o elevado e fundamental peso da relação parental, sendo que o conceito de Ligação, que temos vindo a definir e discutir, será um constituinte da Parentalidade.

Observando as palavras do próprio Bowlby: “(...) a central feature of my concept of parenting – the provision by both parents of a secure base from which a child or an adolescent can make sorties into the outside world and to which he can return knowing for sure that he will be welcomed when he gets there, nourished physically and emotionally, comforted if distressed, reassured if frightened. In essence this role is one of being available, ready to respond when called upon to encourage and perhaps assist, but to intervene actively only when clearly necessary.” (Bowlby, 1988, p. 11).

A tarefa parental será então a de construção de uma *base segura*, mas que elementos serão necessários para chegar a esse estado e quais serão então as características da Parentalidade.

Devemos entender a Parentalidade como um conceito vasto, que procura descrever a organização do papel dos progenitores (mãe e pai) na relação com o novo

ser que necessita dos seus cuidados – “A parentalidade é o processo que vai levar ao estado parental (do latim *parentale*) «dos pais», relativo ao pai ou à mãe que numa perspectiva antropológica designa, segundo Dayan (1999), «os laços de aliança, filiação e de consanguinidade que organizam a estrutura familiar e por extensão a estrutura social» (p. 2). É um processo maturativo que leva a uma reestruturação psicoafectiva permitindo a dois adultos tornarem-se pais, isto é, responderem às necessidades físicas, afectivas e psíquicas do(s) seu(s) filho(s).” (Bayle, 2006, p. 39-40). A transição para a maternidade e para a paternidade confere definitiva e irreversivelmente o estatuto de adulto aos futuros pais que testemunham diariamente esse rápido processo de maturação pela vivência na primeira pessoa de um conjunto de mudanças a nível físico, biológico, psicológico e social que exigem uma adequada adaptação.

As referidas mudanças que se operam nas várias dimensões da vida do homem e da mulher, quer ao nível do contexto interno quer ao nível do contexto externo neste período do ciclo de vida, têm por objectivo a resolução de um conjunto de tarefas desenvolvimentais que preparam a mulher para ser mãe, o homem para ser pai, e o casal para serem pais, ou seja inicia-se um processo de ensaios cognitivos sucessivos de papéis e tarefas parentais através da qual os futuros pais criam um espaço de existência mental para o bebé onde pela imaginação e fantasia ligam-se afectivamente ao seu filho, permitindo assim a continuação da construção progressiva do projecto de parentalidade (Bayle, 2005, 2006).

Procurando fazer uma síntese entre elementos mencionados em pontos anteriores e as ideias mencionadas acerca da Parentalidade, devemos entender que a Ligação e Vinculação são movimentos complementares, mas destacamos a elevada importância da primeira porque no início da relação são os pais que possuem maior responsabilidade – eles deverão ter mais maturidade que o bebé recém-nascido e imaturo, eles já adquiriram um conjunto de recursos psicofisiológicos e capacidades

comportamentais, afectivas e representacionais que o bebé não possui – isto funda o papel da Parentalidade. Deverá ser a relação com os progenitores que vai potenciar o desenvolvimento dessas mesmas capacidades.

Para além destas diferenças entre os protagonistas desta relação, sabemos que a qualidade da Ligação vai ter impacto na Vinculação.

O Objecto (Mãe), através da Ligação, abre a possibilidade de Vinculação por parte do Sujeito (Bebé). É o Amor do Objecto [Vínculo L + de Bion (1962)] que suscita o amor do Sujeito, é o Objecto Empático, Atento e Responsivo [*mãe suficientemente boa* de Winnicott (1958, 1960)] que com afinação ou sincronização afectiva [*attunement* de Stern (1985, 2006)] vai permitir a construção e desenvolvimento do vínculo em sincronia com o desenvolvimento individual – é deste encontro relacional que se faz o sujeito, não se poderá falar de mãe sem o seu bebé, não se poderá falar de bebé/sujeito sem a sua mãe (Davis e Wallbridge, 1982; Winnicott, 1958, 1965, 1988).

Quando se observa a relação é importante observar os dois movimentos (Ligação/Vinculação), pois estes influenciam-se, condicionam-se e transformam-se mutuamente, sendo como duas faixas de circulação paralelas [*Double Track Model* de Grotstein (1999)], que registam a interacção dos dois participantes – mãe/bebé, objecto/sujeito.

Esta teoria mostra bem como no adulto existe e subsiste muito da criança, bem como o adulto influencia aquilo que a criança poderá vir a ser, como pode expressar as suas dotações endógenas na relação com o meio, que no princípio será sobretudo os pais. Esta influência exercida pelos pais terá muito daquilo que eles também viveram enquanto crianças e assim decorre a transmissão dos modelos internos que, deste modo, constituem um factor determinante na relação parental, condicionando a organização dos modelos operantes internos da criança.

Com efeito a criança recebe, através da relação, da comunicação com as figuras parentais, o afecto e simultaneamente os medos, os segredos inconscientes e

transgeracionais que constituem a herança familiar e que influenciam a sua estruturação psíquica e o desenvolvimento da sua personalidade adulta.

A ênfase colocada em torno da representação mental dos padrões de vinculação (modelos operantes internos) – usufruto da ligação construída na relação precoce com as figuras parentais –, e no seu impacto na organização da personalidade motivou o desenvolvimento de metodologias que avaliassem aspectos da representação interna da relação com os prestadores de cuidados, através da percepção dos adultos face às experiências emocionais vividas na relação precoce com os pais.

Das várias metodologias de avaliação disponíveis, as técnicas projectivas tal como Rorschach (1976) e o Thematic Apperception Test (Morgan & Murray, 1943) assumiram durante anos um lugar singular, quer a nível da prática clínica quer da sua aplicação em contexto empírico, e simultaneamente de destaque na avaliação da dinâmica afectiva e emocional e das representações internas das modalidades relacionais dominantes. Não obstante, novas metodologias foram desenvolvidas de modo a fornecer uma resposta alternativa às tradicionais técnicas projectivas, que requerem um setting rígido, um *modus operandis* complexo a ser desenvolvido por um técnico experiente, normalmente familiarizado com a teoria psicanalítica, limitando o seu uso por teóricos de outras áreas conceptuais, e por último exige um procedimento moroso na sua aplicação, cotação e análise, com um elevado gasto temporal por vezes incompatível com ritmos próprios de uma investigação.

Enquadrado no corpo teórico psicanalítico, um outro método de avaliação das representações mentais tem sido desenvolvido por Blatt, Wein, Chevron & Quinlan (2004), o *Object Relations Inventory* (ORI) através da qual os participantes adultos fornecem espontaneamente descrições sobre a percepção da relação com os pais. O ORI avalia o conteúdo e a estrutura das representações mentais que cada um de nós constrói acerca de Si e dos Outros – incluindo de figuras significativas como os pais

– pedindo aos participantes (adultos) para se descreverem a eles próprios e cada uma das suas figuras parentais. Fundado a partir dos conhecimentos provenientes do desenvolvimento cognitivo e das teorias psicanalíticas sobre a evolução das representações, este instrumento contém três métodos para avaliar as descrições dos participantes a vários níveis: (a) o nível de organização cognitiva ou *conceptual level*; (b) as dimensões qualitativas ou temáticas na descrição do outro significativo; (c) o nível de diferenciação de Si, de dependência face ao Outro e de maturidade nas relações interpessoais ou nível de *differentiation – relatedness*. O ORI é composto por questões abertas e fechadas colocadas aos participantes sob a forma de entrevista semi-estruturada, fornecendo deste modo um método de avaliação qualitativa que, muito embora constitua uma mais valia no estudo das representações, a sua aplicação acarreta um custo temporal elevado assim como a cotação e análise dos dados requerem um maior recurso humano (quando comparado com outros instrumentos) limitando desta forma a sua escolha.

No âmbito da teoria da vinculação, os instrumentos de avaliação das representações mentais em torno da relação com as figuras de vinculação primárias são numerosos, tendo sido a já referenciada a Adult Attachment Interview aquela que desde sempre acolheu maior destaque na maioria das investigações. A AAI é uma entrevista semi-estruturada que procura incidir sobre as representações mentais dos adultos (também utilizada com adolescentes) acerca das suas relações de vinculação, respeitando uma ordem de cinco sequências. Primeiro, o participante é questionado sobre a relação com cada um dos pais; num segundo e terceiro momento, interrogamo sobre as suas próprias experiências de separação; num quarto momento é convidado a reflectir sobre a evolução da relação com as suas figuras de vinculação e por último questiona-se sobre as experiências que tem com os seus próprios filhos. A entrevista é transcrita na íntegra para possibilitar a sua cotação de acordo com as quatro categorias ou estilos de vinculação já mencionados anteriormente.

Para os estudos realizados numa população clínica, a AAI permite uma abordagem mais fina por se ocupar através da narração das representações mentais da vinculação, todavia trata-se de um processo de avaliação dispendioso não só a nível de tempo de duração da entrevista (duas horas), mas também pela complexidade da cotação que exige técnicos formados.

Por este motivo, o caminho da pesquisa actual tem seguido o sentido da criação novos instrumentos complementares da AAI, que ao tentarem manter um nível de correlação aceitável em relação a este último, procuram concomitantemente responder a dois requisitos: utilização rápida e manuseamento simples. Muito embora, a aplicação destes instrumentos levante a questão da pertinência dos resultados – poderá a resposta a um questionário captar o funcionamento automático e inconsciente das representações mentais ou dos modelos operantes internos –, a verdade é que o uso de métodos qualitativos poderá ser difícil senão mesmo inviável quando se procura realizar um estudo na população em geral, sobre um grande número de sujeitos.

Dos inúmeros questionários de auto preenchimento, colocamos em destaque o *Parental Bonding Instrument (PBI)* construído por Parker, Tupling & Brown (1979), uma vez que seria impossível senão mesmo despropositado no âmbito em que se insere os objectivos desta investigação descrever os vários instrumentos existentes. Por outro lado a preferência atribuída ao referido instrumento prende-se com facto deste estar orientado para a natureza do estudo empreendido, tendo sido por isso escolhida a sua utilização na presente investigação, constituindo a sua adaptação para a amostra em estudo, o principal objectivo da presente investigação.

O *Parental Bonding Instrument* é uma escala de avaliação das representações mentais construídas pelos adultos acerca das atitudes e comportamentos dos pais, que determinaram a Ligação Afectiva – Bonding – estabelecida numa fase charneira do desenvolvimento. Aos participantes é pedido que avaliem as suas experiências de Ligação vividas com a mãe e o pai, separadamente, durante os primeiros dezasseis

anos de vida (que incluem a infância e o início da adolescência, períodos essenciais para a construção e consolidação dos padrões de vinculação determinados pela qualidade da ligação afectiva) – ver detalhes no capítulo sobre o método, para mais informações acerca do instrumento.

A avaliação separada das atitudes e dos comportamentos parentais desenvolvidos na relação afectiva com filhos, – pela inclusão de uma escala referente à ligação afectiva estabelecida com pai e uma outra destinada à avaliação da ligação com a mãe –, constitui uma mais valia do PBI em relação a outros instrumentos com a mesma finalidade (que por regra avaliam ambos os pais conjuntamente, descurando as diferenças relacionais que advém do contacto com cada uma das figuras parentais), tendo sido um factor determinante para a sua escolha na presente investigação.

Na sua construção tem como pano de fundo a teoria da vinculação, debruçando-se sobre a avaliação duas dimensões específicas – (a) Care e (b) Overprotection – definidas por Bowlby (1998) como as principais componentes para a construção de uma *base segurança* através da qual será possível o desenvolvimento primeiramente fisiológico e progressivamente psicológico, afectivo e relacional do ser humano.

Os itens relativos à dimensão *Caring / Rejection*, sobre a qual os participantes terão de transmitir a sua percepção, avaliam as expressões de “afecto, calor emocional e proximidade” em oposição aos itens que abordam temas de rejeição, tais como “frieza emocional, indiferença e negligência”. A dimensão de Overprotection avalia temas tais como “o controlo, a hiper-protecção, intrusão, proximidade excessiva, infantilização e reforço dos comportamentos de dependência” em contraste com as atitudes e comportamentos que incentivam a independência e autonomia”.

Parker et al. (1979) identificaram quatro estilos possíveis de caracterização da relação pais – filhos: (a) *affectionate constraint* pressupõe um elevado cuidar e uma elevada protecção; (b) *optimal parenting* (elevado cuidar e baixa protecção); (c)

affectionless control (elevada protecção e baixo cuidar); por último (d) *Neglectful parenting* (baixo cuidar e baixa protecção). De acordam com os pressupostos teóricos e a partir destes quatro quadrantes, Parker et al. (1979) concluíram, por exemplo, que os pais com um estilo de parentalidade controlador (*affectionless control*) são emocionalmente frios, indiferentes e negligentes no que respeita ao cuidar, ao mesmo tempo que se mostram hiper-protectores, controladores e intrusivos, impedindo o desenvolvimento da autonomia dos seus filhos.

A validade do PBI, sugerida através da correlação entre avaliação dos adultos acerca das suas mães e a avaliação das mães sobre si próprias, permitiu verificar que, muito embora, as mães se apreciem como sendo mais cuidadoras e menos hiper-protectoras do que a percepção dos filhos, a verdade é que a correlação entre ambas as descrições (da mãe e dos filhos em relação às mães) é altamente significativa. Quer isto dizer que, para o PBI, existe uma concordância entre a realidade (da mãe ou pai) e a percepção da realidade (pelo sujeito). Nas palavras do autor da escala, para a interiorização do modelo relacional é mais importante a parentalidade que foi percebida pela criança do que a parentalidade real, ou seja, a percepção que o sujeito tem do fenómeno vivido será mais importante do que o fenómeno em si (Parker, 2006).

Manassis, Owens, Adam, West e Seldon-Keller (1999), ao avaliarem a validade convergente entre a AAI e o PBI, verificaram que existia uma associação significativa no que respeita à informação recolhida por ambos os instrumentos, facto que veio reforçar o potencial avaliativo do PBI em relação a um instrumento de referência como é a AAI.

Desde que foi desenvolvido, o PBI tem sido amplamente utilizado na avaliação dos estilos de parentalidade recebida e na sua relação com o desenvolvimento psicológico do adulto, nomeadamente pela sua aplicação frequente nos estudos sobre

a perturbação mental, tendo vindo a revelar boas qualidades psicométricas que o tem distinguido e deste modo motivado o aparecimento de várias investigações centradas na análise da estrutura factorial do respectivo instrumento (Cox, Enns, & Clara, 2000; Favaretto, Torresani, & Zimmermann, 2001; Heider, Matschinger, Bernert, Vilagut, Martínez-Alonso, Dietrich & Angermeyer, 2005; Masayo, Tanaka, Shono, & Kitamura, 2006; Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa, & Nestadt, 2002a, 2002b).

Como referido anteriormente, Parker et al. (1979) definiram duas dimensões ou factores – o Cuidar e a Hiper-protecção – aquando da construção do *Parental Bonding Instrument* aplicada a uma amostra de 650 participantes australianos, muito embora tenham já encontrado na versão original a presença de três factores. No entanto, a variância explicada para o terceiro factor era relativamente reduzida e por outro lado as considerações teóricas atendidas levaram à manutenção das duas dimensões ou factores que foram adoptadas no modelo final.

Não obstante, desde o modelo factorial originalmente concebido na construção do PBI, muitos outros modelos que atestam a validade de três factores têm sido nomeados em investigações subsequentes gerando algum desentendimento entre investigadores que, por consciência, adoptam o modelo que melhor se adequa, de acordo com a análise factorial, à sua especificidade cultural.

Dos estudos de maior relevância destaca-se o desenvolvido por, Murphy, Brewin e Silka (1997) que se propuseram analisar a estrutura factorial do PBI numa amostra de 583 estudantes americanos e 236 estudantes ingleses. As conclusões alcançadas nesta investigação identificam a presença de um modelo de três factores considerado com maior poder discriminatório em relação às diferenças entre grupos, maior capacidade para perceber os diferentes significados da dimensão hiper-protecção.

Dos factores propostos por Murphy et al. (1997), manteve-se conforme o original o factor *Care*, todavia o factor *Overprotection* deu origem a dois factores distintos

denominados: *Denial of Psychological Autonomy* e *Encouragement of Behavioural Freedom*. Veja-se que o factor *Denial of Psychological Autonomy* contém os itens negativos (pertencentes ao factor Overprotection da escala original) relativos à hiperprotecção parental e ausência de autonomia, enquanto que do factor *Encouragement of Behavioural Freedom* faz parte os itens positivos (do factor Overprotection da escala original) associados a afirmações que apelam para o encorajamento parental no processo de autonomia dos filhos, respectivamente.

Num período prévio, Cubis, Lewin, e Dawes (1989) já tinham sublinhado a relevância do modelo de três factores ao desenvolverem um estudo junto de 2147 adolescentes australianos. Por recurso à análise factorial identificaram uma primeira dimensão que incluía os itens do factor Care referente à escala original e por outro lado uma segunda e terceira dimensão – vistas como sub-factores do factor Overprotection originalmente definido – denominadas de *Protection–Social Domain* (reflecte um julgamento social restritivo em relação à liberdade) e *Protection–Personal Domain* (diz respeito ao sentimento do adulto em relação ao modo como foi tratado em criança).

No mesmo sentido ao desenvolverem um estudo sobre os determinantes da parentalidade em famílias que detêm filhos gémeos, Kendler, Sham e MacLean (1997) confirmaram a pertinência do modelo de três factores ao identificarem as seguintes dimensões: (1) *Warmth* (equivalente ao factor Care da escala original); (2) *Protectiveness*; (3) *Authoritarianism*. Enquanto que o factor *Protectiveness* reflecte um estilo parental hiper-protector e controlador, o factor *Authoritarianism* avalia as atitudes e os comportamentos parentais que ou encorajam ou desmotivam os movimentos de autonomia e independência dos filhos.

Sato, Narita, Hirano, Kusunoki, Sakado e Uehara (1999) realizaram uma análise confirmatória dos vários modelos factoriais até então propostos numa amostra 418

adultos Japoneses. Neste estudo concluíram que o modelo de três factores proposto por Kendler seria o mais aceitável para a população Japonesa.

Do mesmo modo, Cox, Enns e Clara (2000) procuram, através da realização de uma análise factorial confirmatória confirmar qual o modelo de maior pertinência para ambas as amostras clínicas e não – clínicas de nacionalidade americana. Os resultados obtidos destacaram a superioridade do modelo proposto por Kendler em ambas as amostras.

Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa e Nestadt (2002) confirmaram, a partir da análise factorial, a dominância do modelo de três factores na amostra clínica sobre a qual o estudo se detinha. Não obstante, atribuirão uma nova designação aos dois factores que correspondem à subdivisão do factor Overprotection relativo à escala original – *Behavioral Restrictiveness* e *Denial of Psychological Autonomy* – enquanto que o factor originalmente definido por Cuidar manteve as mesmas características e denominação nesta investigação.

Ao desenvolverem uma investigação em seis países da Europa, Heider, Matschinger, Bernet, Vilagut, Martínez-Alonso, Dietrich e Angermeyer (2005) ressalvaram novamente a pertinência do modelo de três factores (Care, Protection e Authoritarianism) desenvolvido por Kendler (1997) e aperfeiçoado por Cox et al. (2002) na população belga, francesa, alemã, italiana e espanhola.

Numa investigação recente efectuada por Masayo, Tanaka, Shono e Kitamura (2006), que procura explorar a estrutura factorial do Parental Bonding Instrument na população Japonesa, foi possível identificar a presença de modelo de quatro factores, denominados: (1) *Care*; (2) *Indifferent/Rejection*; (3) *Autonomy*; (4) *Protection*. Dos resultados alcançados, o modelo de quatro factores mostrou-se aceitável tanto para a geração adulta como para as crianças, facto que no entender dos autores estará relacionado com factores culturais alertando para as diferenças entre os estilos de parentalidade desenvolvido pelos pais Japoneses e aqueles que são praticados pelos pais Europeus e/ou Americanos.

Para contrariar esta tendência existem alguns estudos que vem reforçar a importância do modelo de dois factores originalmente proposto por Parker et al. (1979) alimentando assim a controvérsia existente em torno da estrutura factorial do Parental Bonding Instrument (Scinto, Marianangeli, Kalyvoka, Daneluzzo & Rossi; Kazarian, Baker, & Helmes, 1987; Arrindell, Hanewald, & Kolk, 1989).

No entanto, em todos estes estudos até então mencionados existe um ponto em comum, que tem ver com facto de avançarem como sugestão para futuras investigação, a adaptação e/ou validação deste instrumento de avaliação das atitudes e comportamentos parentais a amostra de diferentes nacionalidades.

Através dos estudos anteriormente apresentados foi possível verificar que os modelos de dois, três ou até mesmo quatro factores isolados nas várias investigações mencionadas estão fortemente correlacionados com as características sociais, as crenças e os valores que condicionam o desempenho parental, ao mesmo tempo que reforçam a especificidade cultural de cada país. Deste modo é sublinhada a importância, na análise da estrutura factorial dos estilos de ligação parental percebidos ter em consideração que os estilos parentais diferem substancialmente entre diferentes culturas, pelo que será relevante atender à influência das variáveis sócio-demográficas (Heider, Matschinger, Bernet, Vilagut, Martínez-Alonso, Dietrich, & Angermeyer, 2005; Masayo, Tanaka, Shono, & Kitamura, 2006; Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa, & Nestadt, 2002).

No estudo originalmente desenvolvido por Parker et al. (1979) verificou-se que a maioria dos participantes (amostra não clínica) avaliavam as suas mães como tendo sido mais cuidadoras e um tanto mais protectores, no sentido em que mostravam alguma dificuldade em aceitar os seus movimentos de autonomia.

No estudo desenvolvido junto da população australiana, MacKinnon, Henderson, Scott e Duncan-Jones (1989) indicam que a maioria dos participantes

percepcionavam a mãe como tendo sido distintamente mais afectuosa e empática do que a figura paterna. Em contrapartida, as mães são também avaliadas como tendo sido menos controladoras e impeditivas do progresso de autonomia do que os pais. Os pais foram percepcionados pela maioria dos participantes do sexo feminino como tendo sido hiper protectores, desencorajando os seus movimentos de autonomia. O mesmo resultado não foi encontrado nos participantes do sexo masculino que percepcionavam o pai como tendo sido pouco controlador.

O estudo recentemente levado a cabo por Matsuoka, Hiramura, Chen, Shikai, Kishida e Kitamura (2006) conclui que os cuidados prestados pela mãe ou pelo pai influencia de modo distinto o desenvolvimento dos rapazes e das raparigas. Este estudo demonstrou que o cuidar paterno será preditor de uma vinculação segura no jovem adulto de ambos os géneros. Contrariamente ao cuidar materno que apenas determinará a vinculação segura nos jovens do sexo feminino, enquanto que uma baixa protecção materna prediz uma vinculação segura somente nos homens.

Na sua revisão sobre as últimas investigações dedicadas ao estudo dos estilos de ligação, Parker (2006) identificou que a variável sexo do respondente apresentava um efeito estatisticamente significativo, ou seja, influenciava a percepção dos participantes relativamente às várias dimensões de ligação em avaliação na relação estabelecida com a figura materna ou paterna.

Masayo, Tanaka, Shono e Kitamura (2006) ressaltam o efeito significativo das variáveis idade e género no modo como é percebida a ligação precoce com cada uma das figuras parentais. Deste modo verificaram que a maioria dos participantes percebiam as mães como tendo sido mais cuidadoras e afectuosas do que os pais. Para os autores, este resultado poderá ser interpretado como uma manifestação de uma imagem comumente partilhada de que as mães são mais carinhosas e afectuosas na relação com os filhos.

Em estudos posteriores, Parker (2006) verificou que as mulheres mostram uma tendência para percepcionarem os seus pais como tendo sido mais controladores, do que os homens. No entanto, o mesmo não sucede em relação à figura materna.

Num estudo epidemiológico que tinha por objectivo avaliar os determinantes da parentalidade, Kendler, Sham e MacLean (2000) isolaram variáveis com as habilitações literárias e a profissão do respondente destacando assim o seu efeito. As conclusões alcançadas mostram que a dimensão «cuidar» aparece fortemente influenciada pelas características de personalidade do respondente e dos seus respectivos pais. Enquanto que as dimensões «protecção» e «autoritarismo» são influenciadas por factores sociológicos e pelo estatuto educacional.

Embora não tenha sido mencionado em nenhuma das investigações por nós consultadas a influência do estado civil do respondente, decidimos isola-la como uma variável em estudo. Deste modo, pretende-se saber se ser solteira, casada ou divorciada poderá determinar o modo como se percepciona as várias dimensões ou factores que explicam o conceito de ligação.

As várias investigações desenvolvidas com recurso ao *Parental Bonding Instrument* têm sobretudo incidido sobre a avaliação das atitudes e dos comportamentos parentais em amostras clínicas, procurando determinar a qualidade da ligação através da percepção que o adulto (com perturbação psiquiátrica) tem da relação estabelecida com cada uma das figuras parentais nos primeiros dezasseis anos de vida. Deste modo identificaram dois estilos dominantes de caracterização da relação pais – filhos: o Controlo Afectivo (assente na elevada protecção e baixo cuidar) e a Parentalidade Negligente (baixo cuidar e baixa protecção) – nas amostras com perturbação psiquiátrica diagnosticada. O controlo parental percebido no sentido da intrusividade, do excesso de obediência exigida e da hiper-protecção, quando combinado com um baixo afecto e cuidar estará na origem da perturbação da Ligação

e conseqüentemente do desenvolvimento de quadros psicopatológicos; facto que tendencialmente se agrava quando de um parentalidade negligente se trata (Favaretto, Torresani & Zimmermann, 2001; Willinger, Heiden, Meszaros, Formann & Aschauer, 2002).

Quando falamos de uma amostra constituída por participantes adultos sem psicopatologia diagnosticada a realidade esboça uma outra perspectiva, ou seja, nestas situações a assunção de um estilo de Ligação assente num tipo de Parentalidade Óptima é predominante, donde se observa a percepção de pais afectuosos, próximos mas simultaneamente impulsionadores do processo de autonomia, essencial para a construção de uma vinculação segura. Dado que se observa, um número reduzido de investigações realizadas junto de uma população adulto sem diagnóstico clínico a sua concretização vê-se valorizada. Deste modo parece importante começar por definir o estilo de parentalidade dominante numa amostra dita normativa, para num segundo momento dedicar à análise dos casos clínicos tendo por base o estudo inicial que servirá de padrão de referência (Cox, Enns & Clara, 2000; Manassis, Owens, Adam, West & Sheldon-Keller, 1999; Parker et al., 1979; Parker, 2006; Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa & Nestadt, 2002; Scinto, Kalyvoka, Daneluzzo & Rossi, 1999).

Por esta razão fomos referindo a Ligação e a Vinculação em articulação. Por esta razão fomos observando como a Ligação influencia a Vinculação e como no futuro a Vinculação que se teve vai influenciar a Ligação que se irá estabelecer e por ventura a qualidade do funcionamento psicológico.

Aos motivos anteriormente assinalados acresce o facto de haver escassos recursos no que se refere a instrumentos validados ou adaptados para a população portuguesa, pelo que estas razões serviram de mote para o desenvolvimento desta investigação, que sublinha como principal objectivo em estudo: A adaptação do

Parental Bonding Instrument ou *Instrumento de Ligação Parental* para a amostra em estudo.

Por outras palavras, procuramos analisar a estrutura factorial do *Instrumento de Ligação Parental* numa amostra de adultos Portugueses, de modo a verificar se existem diferenças face ao modelo factorial originalmente proposto por Parker et al. (1979).

Um segundo objectivo, não menos importante, a ter em consideração na presente investigação será descrever e explorar qual o estilo de ligação parental dominante na amostra em estudo assim como avaliar a influência das variáveis sócio-demográficas nas várias dimensões de ligação percebidos pelos participantes.

MÉTODOS

A presente investigação tem por objectivo desenvolver um estudo preliminar de adaptação do Parental Bonding Instrument (PBI) construído por Parker, Tupling e Brown (1979). Para verificar o modo como os itens se misturam entre si e, por outro lado, como se correlacionam com os respectivos factores ou dimensões emergentes, destinados a avaliar a percepção dos filhos face ao estilo de ligação afectiva que estabeleceram com os seus pais, procedemos à realização de uma análise factorial exploratória.

Para além da realização de uma análise factorial, com vista a estabelecer diferentes dimensões de ligação parental devidamente adaptados, procura-se avaliar qual a frequência e intensidade das atitudes e comportamentos parentais percebidos na amostra, assim como comparar os resultados obtidos entre escalas, ou seja, analisar e comparar quais serão as atitudes e os comportamentos parentais percebido com maior frequência para o pai e para a mãe.

Por último, pretende-se também verificar em que medida o efeito das variáveis socio-demográficas influenciam significativamente o modo como os participantes percebem as várias dimensões ou factores inerentes ao processo de Ligação.

Participantes e Design

A presente investigação reveste-se de um carácter descritivo, exploratório e correlacional, na medida em que para efectuar a adaptação do referido questionário terá que se proceder à realização de uma análise factorial, que consiste numa técnica

de análise exploratória de dados, que tem por objectivo descrever a correlação observada entre as variáveis originais para estimar os factores (ou dimensões) comuns e as relações estruturais que ligam os factores às variáveis.

Não obstante, o estudo visa também descrever e explorar as atitudes e os comportamentos parentais e comparar quais os mais frequentes no que respeita à mãe e ao pai.

Com o propósito de dar resposta a estes objectivos, foi constituída uma amostra de 151 participantes de ambos os sexos (69 do sexo masculino e 82 do sexo feminino) com idades compreendidas entre os 18 e os 67 anos, sendo a média de idades de 39.07 anos e a moda de 42 anos. A amostra foi recrutada por conveniência da população em geral, a partir da recolha em instituições e empresas públicas e privadas, que autorizaram o contacto com os participantes, ocorrido durante os meses de Janeiro a Novembro de 2006. Foi solicitada a participação voluntária dos participantes, após esclarecimento dos objectivos e procedimentos da investigação em curso.

O limite de idade foi o único critério de exclusão a ter em linha de conta na aplicação do *Parental Bonding Instrument*, uma vez que poderiam integrar no estudo apenas os participantes com idade igual ou superior a 16 anos, pelo facto da consigne do referido instrumento remeter para uma análise retrospectiva do estilo de ligação afectiva com ambas as figuras parentais no decurso dos primeiros dezasseis anos de vida.

Deste modo, o critério de exclusão definido no processo de recolha foi o mesmo utilizado no estudo original por Parker, Tupling e Brown (1979) aquando da construção da escala.

As habilitações literárias dos participantes variam entre o primeiro ciclo e o ensino superior pós graduado, sendo que mais de metade da amostra possui a escolaridade obrigatória (68.2%). A maioria dos participantes distribuem-se pelo

ensino secundário/profissional (F= 60, 39.7%) e ensino superior (F= 60, 39.7%) enquanto que 20.5% possuem o ensino primário/preparatório (F= 31).

De acordo com a Classificação Nacional das Profissões (CNP-94) foi possível agrupar o variado leque de profissões manifestas pelos participantes e integrá-las de forma aproximada aos grupos estruturados pela CNP-94. Acrescentou-se aos grupos definidos da CNP-94, uma outra categoria que releva das situações de desemprego, aposentação e participantes estudantes, que não integram o mercado activo de trabalho (11.9%, F= 18)

A maioria dos participantes integram o grupo que diz respeito a profissões administrativas, de serviços e vendedores (F= 46, 30.5%), enquanto que 26.5% dos inquiridos são especialistas das profissões intelectuais e científicas (F= 40) e 27.2% são técnicos profissionais de nível intermédio (F= 41). Veja-se que 4% são trabalhadores não qualificados (F = 6).

No que diz respeito ao estatuto matrimonial, verifica-se que mais de metade da amostra é casada (67.5%), os restantes participantes são solteiros (26.5%) ou divorciados / viúvos (6%).

Instrumento

Na presente investigação utilizou-se o *Parental Bonding Instrument* (PBI) construído por Parker, Tupling e Brown (1979), com o objectivo de medir as características parentais, a partir da percepção que os filhos tinham das atitudes e dos comportamentos parentais, que no entender dos referidos autores, será determinante para a qualidade da ligação afectiva estabelecida na relação pais – filhos.

O *PBI* foi desenhado com o propósito de criar uma pequena escala auto administrada, a ser aplicada a quem tem idade superior ou igual a 16 anos, que terá a

função de avaliar as atitudes e comportamentos parentais no decurso dos seus primeiros dezasseis anos de vida.

O estudo original (1979) realizado com recurso a uma amostra não clínica de 500 participantes obteve, segundo o alfa de Cronbach, uma validade de 0.88 na dimensão «cuidar» e de 0.74 na dimensão «protecção», sendo que posteriormente muitas outras investigações desenvolvidas, com base no referido instrumento e aplicadas a amostras clínicas e não clínicas, têm vindo a confirmar satisfatoriamente a validade dos constructos (Barrett & Holmes, 2001; Cox, Enns, & Clara, 2000; Parker, Tupling, & Brown, 1979).

Ao referido questionário foi acrescentado, numa primeira parte, um conjunto de indicadores que, de acordo com a natureza da informação pedida aos respondentes, pode-se denominar de variáveis sócio – demográficas.

Deste modo, para a execução da caracterização social e demográfica da amostra foram analisadas 5 variáveis, duas delas relativas às questões colocadas sobre a *idade* e o *sexo* dos participantes.

As respostas à questão sobre as *habilitações literárias* foram condensadas num indicador único referente ao ano de escolaridade dos inquiridos.

A questão relativa à *profissão* foi operacionalizada através de uma pergunta aberta colocada aos inquiridos. Numa fase posterior de análise, agrupou-se as diferentes profissões mencionadas pelos inquiridos em quatro grupos, tendo por base a Classificação Nacional das Profissões e a categoria por nós criada.

Por último, a variável relativa ao *estatuto matrimonial* foi apresentada a partir de uma questão fechada tendo sido fornecida cinco categorias de resposta (solteiro(a), casado(a), divorciado(a), viúvo(a)).

O *PBI* está organizado segundo duas dimensões de avaliação das características parentais, que determinam a qualidade da ligação afectiva entre pais e filhos, sendo estes: o Cuidado («Care») e a Hiper-Protecção («Overprotection»).

A escala é composta por duas sub-escalas constituídas por 25 itens cada, no total perfaz os 50 itens. Quer isto dizer, que cada sub-escala contém o mesmo número de itens formulados com o mesmo conteúdo temático, no entanto numa é avaliada as atitudes e os comportamentos que caracterizam a ligação afectiva das mães com os filhos e noutra dos pais com os filhos, ou seja os mesmos itens são aplicados quer no que respeita à mãe quer no que diz respeito ao pai.

Cada item consiste numa frase ou afirmação que remete para atitudes e comportamentos parentais percebidos (mãe e pai separadamente) formulados quer de forma positiva quer negativa.

Assim, a primeira dimensão – *Cuidado ou Care* – remete para o cuidado parental caracterizado pela afeição, calor afectivo e suporte emocional prestado pelos pais ou prestadores de cuidados, ou seja, está relacionado com a sensibilidade dos pais e a sua capacidade para empatizar com o estado afectivo da criança e deste modo responder de forma contingente às necessidades do seu filho. O contrário desta descrição será um estilo de ligação distante e rejeitante.

Esta dimensão foi operacionalizada em 12 itens ou afirmações formulados de forma positiva (itens 1, 5, 6, 11, 12, e 17) e negativa (itens 2, 4, 14, 16, 18 e 24). A título de exemplo iremos fazer referência a dois itens desta dimensão: “Falava comigo num tom de voz caloroso e simpático” (item 1); “Parecia emocionalmente frio(a) comigo” (item 4) (Anexo B).

A segunda dimensão – *Hiper Protecção ou Overprotection* – tem que ver com o nível de controlo fornecido pelos pais ou prestador de cuidados no sentido de encorajar a independência, a partir do desenvolvimento do processo de autonomia dos filhos. Em oposição, o nível de controlo parental quando demasiado elevado

pode desencadear situações de hiperprotecção, intrusão, elevada proximidade e excessiva obediência prejudiciais para o processo de autonomia.

São 13, os itens que operacionalizam a referida dimensão no sentido positivo (itens 8, 9, 10, 13, 19, 20 e 23) e negativo (itens 3, 7, 15, 21, 22 e 25), que poderá ser clarificado a partir dos seguintes exemplos: “Deixa-me decidir as coisas por mim próprio” (item 15); “Não queria que eu crescesse” (item 8) (Anexo B).

As Regras de Cotação da Escala

O critério de cotação definido para a escala *Parental Bonding Instrument* consiste na avaliação das respostas dos participantes às sub-escalas de tipo Likert que dizem respeito as características parentais (mãe e pai) medidas separadamente.

As respostas dos participantes aos itens que compõem as sub-escalas de tipo Likert, distribuem-se por um contínuo de 4 pontos que vai do extremo positivo (“Concordo Totalmente”) ao extremo negativo (“Discordo Totalmente”). No entanto os itens são cotados em direcções opostas por se tratarem de afirmações que estão formuladas quer de forma positiva quer negativa, de modo a que seja possível quantificar a posição de cada participante relativamente a cada uma das afirmações apresentadas.

Na dimensão *Cuidar*, as respostas aos itens 1, 5, 6, 11, 12 e 17 variam entre 0 e 3, sendo que à pontuação 3 se atribui a cotação “Concordo Totalmente” e à pontuação 0 a cotação “Discordo Totalmente”. Para os itens 2, 4, 14, 16, 18 e 24, o score é invertido (de 3: discordo totalmente a 0: concordo totalmente).

Para a dimensão *Hiper Protecção* o registo de cotação é similar, ou seja, para os itens 8, 9, 10, 13, 19, 20 e 30, a cotação varia entre os 3 «concordo totalmente» e os 0

«discordo totalmente» pontos. O score é invertido (de 3: discordo totalmente a 0: concordo totalmente) para os itens 3, 7, 15, 21, 22, e 25.

A cotação nas sub-escalas do PBI obtém-se somando a pontuação de cada um dos itens constituintes de cada dimensão em ambas as escalas referente quer ao pai quer à mãe, ou seja, faz-se o somatório dos pontos alcançados em cada um dos itens das dimensões Cuidar e Hiper Proteger separadamente para a escala do pai e da mãe.

Posteriormente, comparam-se os scores obtidos para cada uma das dimensões nas sub-escalas definidas quer para a mãe quer para o pai, sabendo que o valor de corte definido é:

- Referente à escala da mãe, para a dimensão Cuidar 27.0 e para a dimensão Protecção 13.5;
- Referente à escala do pai, para a dimensão Cuidar 42.0 e para a dimensão Protecção 12.5.

Por fim, o estilo de ligação afectiva de cada um dos pais é definido segundo quatro quadrantes (atribuição de um valor elevado ou baixo é feito com base no valor de corte):

« <i>Constrangimento Afectuoso</i> » ¹ = Elevado cuidado e elevada protecção	« <i>Controlo Afectivo</i> » ² = Elevada protecção e baixo cuidado
« <i>Parentalidade Óptima</i> » ³ = Elevado cuidado e baixa protecção	« <i>Parentalidade Negligente</i> » ⁴ = Baixo cuidado e baixa protecção

¹ O autor ao definir a categoria «Constrangimento Afectivo» referia-se às situações em que o elevado cuidado, entendido como uma excessiva proximidade afectiva, associado a uma elevada protecção poderá condicionar o desenvolvimento da autonomia;

² A categoria «Controlo Afectivo» diz respeito às situações em que o nível de protecção prestado pelos pais é mais elevado do que o cuidado afectivo prestado ao filho;

Para o tratamento estatístico realizado no âmbito desta investigação recorreu-se ao programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*, Versão 14.0) com o objectivo de efectuar uma Análise Factorial à respectiva escala em estudo, assim como a execução de medidas de estatística descritiva para caracterização da amostra e das variáveis em análise.

De forma a verificar o modo como os itens se associam e quais os factores emergentes na amostra em estudo realizou-se uma rotação varimax. Das possibilidades que se apresentaram considerou-se os 5 factores para a escala referente à mãe e os 4 factores para a escala referente ao pai a melhor opção na criação das várias dimensões, como mostra os índices de validade encontrados, com 0.81 (alfa de Cronbach) para o total da escala.

Para comparação de médias dos scores obtidos para as dimensões em estudo com os grupos experimentais definidos pelas variáveis sócio-demográficas, utilizou-se o T' Student e a Anova One Way, quando validados os pressupostos para aplicação dos testes paramétricos. Quando os pressupostos não foram validados, suportamos dos testes não paramétricos Kruskal-Wallis e Wilcoxon Mann-Whitney. Para os testes aplicados, rejeitamos a estatística teste se o *p-value* for menor ou igual que $\alpha = 0.05$.

³ A categoria «Parentalidade Óptima» define às situações em que o cuidado prestado pelas figuras parentais na ligação afectiva com o filho é superior e concomitantemente encorajador da sua autonomia.

⁴ A categoria «Parentalidade Negligente» ilustra as situações em que o cuidado e a protecção dispensadas na ligação afectiva estabelecida são insuficientes para o normal desenvolvimento psico – emocional da criança.

Procedimentos

A recolha dos dados empíricos efectuou-se nas infra-estruturas das instituições e empresas públicas e privadas que, após o pedido inicial, autorizaram o contacto com os respectivos participantes, que ocorreu durante os meses de Janeiro a Novembro de 2006.

O momento de recolha ficou ao cuidado de um mesmo técnico que realizou todas as sessões de aplicação, fornecendo os esclarecimentos necessários sobre os objectivos e procedimentos da investigação em curso e assegurando as condições de preenchimento individual, o anonimato e a participação voluntária. Na totalidade, realizaram-se várias sessões de recolha que ocorreram com um ou dois sujeitos por aplicação. A duração média de cada aplicação é de 12 minutos.

No início de cada uma das aplicações era proferido um esclarecimento sobre os objectivos gerais em estudo através da leitura da consigne assinalada na página de rosto (ver anexo A): “No âmbito do Mestrado em Psicologia da Gravidez e da Parentalidade a decorrer no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, sob a coordenação da Profa. Doutora Isabel Leal, está a ser desenvolvida uma investigação sobre a representação dos estilos de ligação emocional. Gostaríamos de solicitar a sua colaboração na resposta ao questionário que lhe será apresentado. A sua participação é de extrema importância para o desenvolvimento do presente trabalho, sendo igualmente voluntária. Garantimos o anonimato e a confidencialidade dos dados que nos forem fornecidos, sendo a informação disponibilizada apenas usada para cumprir os objectivos da presente investigação. Por favor, tenha o cuidado de verificar se respondeu a todas as questões apresentadas.”.

Devido à natureza do estudo optou-se por entregar os questionários em mão e fornecer uma breve referência à temática em estudo, de modo a evitar o enviesamento dos resultados.

Num segundo momento de aplicação era assinado o consentimento informado (efectuado na folha de rosto) e novamente voltava-se a referir o facto de não haver respostas certas ou erradas e a necessidade de responder da forma que corresponda, com maior exactidão ao caso pessoal. Nesta fase, os participantes que não queriam responder poderiam devolver de imediato os questionários (Anexo A).

Finalizado o preenchimento, os participantes devolviam os questionários ao responsável pela aplicação que, de imediato os colocava num envelope de papel, ainda em frente ao inquirido. Este último procedimento tinha como finalidade assegurar a manutenção do anonimato.

Para que fosse possível a adaptação da escala à amostra em estudo foi necessário cumprir alguns procedimentos:

O primeiro procedimento consistiu na tradução dos itens: foi realizado por dois psicólogos especializados na área da vinculação que também dominavam a língua inglesa, com objectivo de traduzirem independentemente a escala, de modo a garantir a concordância entre conteúdos e significados. As traduções foram verificadas pelo primeiro investigador que analisou dois aspectos – a equivalência lexical e gramatical – e a validade de conteúdos. Nos casos em que havia dúvidas sobre as traduções, os investigadores envolvidos e os tradutores discutiam novas propostas até encontrarem uma solução de consenso que satisfizesse o conteúdo do item (tomando em consideração o que Parker, Tupling e Brown (1979) privilegiaram como perspectiva teórica na construção da escala). Posteriormente foi realizada a retroversão da escala para confirmar a adequabilidade dos termos portugueses à língua original.

O segundo procedimento foi fazer o *cognitive debriefing* com a população alvo de modo a identificar o nível de compreensão das questões por parte dos participantes, verificando se realmente entendiam os itens da maneira que era suposto. De seguida passou-se o questionário a uma amostra de conveniência. Após a aplicação do questionário original à amostra final (n = 151) verificou-se que a consistência interna apresenta um índice *alpha* de 0.81.

Relativamente ao comportamento dos participantes durante a aplicação da escala, salienta-se que se registou ainda um número significado de participantes, que após a leitura dos itens do referido instrumento, se recusaram a responder por considerarem que se tratava de um assunto íntimo, difícil de abordar.

Durante os momentos de aplicação, notou-se que foram colocadas algumas dúvidas e realizados os mesmos comentários com alguma regularidade.

Para os itens formulados de modo negativo registaram-se limitações quanto ao nível de compreensão.

Observou-se que algumas das dúvidas colocadas não tinham tanto a ver com uma difícil compreensão das afirmações, mas antes com uma dificuldade em optar por uma ou outra resposta, parecendo existir sentimentos de culpabilidade envolvidos na situação de avaliação das atitudes e comportamentos de ambos os pais.

Este facto notou-se com maior clareza nos inquiridos que, ao concederem um dado da experiência real com uma ou outra figura parental procuravam atribuir uma leitura diferente ao seu discurso, por forma a fornecerem uma melhor impressão da relação afectiva com as figuras de ligação.

Resultados⁵

1) Resultados obtidos através da Análise Factorial Exploratória

A apresentação dos resultados inicia com o estudo dos itens que compõem a Escala *Parental Bonding Instrument*, através da Análise Factorial Exploratória. A abordagem utilizada corresponde aquela que fizeram uso no estudo original, a análise em componentes principais com rotação varimax e normalização Kaiser.

A solução encontrada para dois factores na sub-escala referente ao pai explica 19.5% da variância, enquanto que na sub-escala referente à mãe apenas esclarece 12.8% da variabilidade (para a escala original de 25 itens), em que o primeiro factor se refere à *hiper-protecção* e o segundo à dimensão *cuidar*.

Todavia, após uma análise atenta dos scree plot referentes às sub-escalas relativas ao pai e à mãe verificou-se que a percentagem da *variância explicada aumentava para 56% e 61%* respectivamente, se fosse retido *5 factores para a sub-escala da mãe e 3 factores para a sub-escala do pai*.

Deste modo procedeu-se novamente à realização da análise factorial com rotação varimax. Das possibilidades que se apresentaram considerou-se os 5 e os 3 factores a melhor opção na criação das sub-escalas referentes à mãe e ao pai respectivamente, como o demonstra os índices de validade encontrados, com 0.81 (alfa de Cronbach) para o total da escala.

Os cinco factores encontrados para a sub-escala relativa à percepção da ligação afectiva estabelecida com a figura materna permitiram a criação de cinco dimensões, ao invés das duas dimensões definidas na escala original, a qual se designou de: I)

⁵ Os outputs referentes à análise estatística efectuada encontram-se em anexo num suporte informático.

Cuidar Contingente; II) Negação da Autonomia Psicológica; III) Autonomia Instrumental; IV) Cuidar Negligente e V) Comunicação Negativa ou Disfuncional.

	Cuidar Contingente	Negação da Autonomia Psicológica	Autonomia Instrumental	Cuidar Negligente	Comunicação Negativa
Cuidar Contingente					
Item 26	0.595		-0.266		
Item 30	0.577				0.302
Item 31	0.765			0.334	
Item 36	0.602				0.388
Item 37	0.778			0.272	
Item 42	0.579				0.292
Negação Autonomia Psicológica					
Item 33		0.654		0.191	
Item 34		0.673			0.270
Item 35		0.581			-0.410
Item 38		0.701			0.401
Item 44		0.758			-0.118
Item 45		0.771		-0.171	
Item 48	0.364	0.604			
Autonomia Instrumental					
Item 28	-0.442		0.653		
Item 40	-0.485		0.591		
Item 46			0.900		-0.119
Item 47			0.902		-0.134
Item 50	-0.301		0.663		
Cuidar Negligente					
Item 27				0.493	0.399
Item 29	0.349			0.670	
Item 41	0.364			0.551	
Item 49	0.176			0.738	
Comunicação Negativa					
Item 39				0.417	0.634
Item 43				0.368	0.515
Valor Próprio	6.92	3.20	2.28	1.20	1.04
Variância Explicada em %	28.84	13.35	9.53	5.03	4.34

Tabela 1: Lista dos itens com carga factorial por factor resultante da análise em componentes principais com Rotação Varimax. Apresentam-se todos os factores com uma carga factorial superior a 0.45 – Sub-Escala Materna.

No entanto, ao comparar-se os factores que emergiram da análise factorial efectuada relativamente às dimensões definidas pelo estudo original, verifica-se que os factores criados na amostra em estudo não variam muito do original, na medida em que o agrupamento dos itens por factores fez-se de forma semelhante.

A justificação para a formação de um maior número de factores acontece na dimensão originalmente definida por Hiper Protecção pela subdivisão dos itens positivos e negativos que compõem a escala original, em duas dimensões distintas na escala formada.

Para a dimensão originalmente definida como Cuidar observou-se novamente o agrupamento dos itens com posição positiva numa dimensão isolada, todavia os itens com posição negativa deram origem à formação de dois factores independentes.

A medida de adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), medida de homogeneidade das variáveis, indica que a recomendação face à análise factorial é boa (KMO = 0.85).

Verifica-se que os itens referentes a cada uma das cinco dimensões carregam o factor a que pertencem de forma significativa e com uma discriminação relativamente ao valor da segunda carga factorial superior a 15 pontos em todos os itens, excepto no item 27 da dimensão *cuidar negligente* que apresenta uma carga discriminativa relativamente mais baixa em relação à dimensão comunicação negativa. Não obstante, pode-se considerar que os itens aparecem fortemente correlacionados com cada uma das cinco dimensões a que pertencem, ou seja, os itens não se misturam entre as dimensões (Tabela 1).

Do mesmo modo, os três factores encontrados para a sub-escala relativa à percepção da ligação afectiva estabelecida com a figura paterna permitiram a criação de três dimensões, ao invés das duas dimensões definidas na escala original, a qual se designou de: I) Cuidar; II) Autonomia Instrumental; III) Negação da Autonomia Psicológica (Tabela 2).

Todavia, e à semelhança do que aconteceu anteriormente para a escala referente ao pai verificou-se que a dimensão originalmente definida por *Hiper Protecção* se subdividiu em dois factores (um deles com conteúdo positivo e outro com o conteúdo negativo) na amostra em estudo. Veja-se que a dimensão *Cuidar* no presente estudo inclui os mesmos itens que a mesma dimensão no estudo original, sendo a única dimensão que se mantém fiel à escala original.

De acordo com o valor obtido no KMO considera-se que a recomendação face à análise factorial é excelente ($KMO = 0.87 \approx 0.9$).

Deste modo, observa-se que os itens referentes a cada uma das três dimensões carregam o factor a que pertencem de forma significativa e com uma discriminação relativamente ao valor da segunda carga factorial superior a 15 pontos em todos os itens. A excepção do acontece no item 23 da dimensão *negação da autonomia psicológica* que apresenta uma carga discriminativa de 12 pontos de diferença em relação à segunda carga factorial que se situa na dimensão *cuidar*. Todavia, e em semelhança ao ocorrido anteriormente, pode-se considerar que os itens aparecem fortemente correlacionados com cada uma das três dimensões a que pertencem, ou seja, os itens não se misturam entre as dimensões (Tabela 2).

	Cuidar	Autonomia Instrumental	Negação Autonomia Psicológica
Cuidar			
Item 1	0.836	-0.160	
Item 2	0.597	-0.211	
Item 4	0.751		-0.055
Item 5	0.763		0.027
Item 6	0.833	-0.123	
Item 11	0.741		0.053
Item 12	0.792	-0.050	
Item 14	0.620		-0.242
Item 16	0.704		-0.245
Item 17	0.689		0.082
Item 18	0.670	-0.186	
Item 24	0.744	0.024	
Autonomia Instrumental			
Item 3		0.559	0.086
Item 7		0.567	0.288
Item 15		0.651	0.336
Item 21		0.859	0.101
Item 22		0.879	0.017
Negação da Autonomia Psicológica			
Item 8		0.123	0.504
Item 9		0.369	0.595
Item 10		0.264	0.546
Item 13	0.152		0.546
Item 19		0.197	0.717
Item 20		-0.210	0.770
Item 23	0.360		0.460
Valor Próprio	8.35	3.00	1.90
Variância Explicada em %	34.79	13.00	8.00

Tabela 2: Lista dos itens com carga factorial por factor resultante da análise em componentes principais com Rotação Varimax. Apresentam-se todos os factores com uma carga factorial superior a 0.45 – Sub-Escala Paterna.

2) *A Consistência Interna do PBI*

A consistência interna foi encontrada com recurso ao Alfa de Cronbach. Os resultados obtidos para o PBI na totalidade da escala foram de 0.81, após terem sido retirados à escala original os itens 25 e 32 na escala referente ao pai e à mãe respectivamente, por ambos apresentarem uma carga factorial relativamente baixa para os factores a que pertencem.

Na sub-escala relativa às atitudes e aos comportamentos maternos a validade encontrada para as dimensões: Negação da Autonomia Psicológica é de 0.80; Cuidar Contingente de 0.85; Autonomia Instrumental de 0.85; Cuidar Negligente de 0.70 e, por último, a Comunicação Negativa ou Disfuncional é de 0.61.

Na sub-escala relativa às atitudes e comportamentos paternos a validade obtida para a dimensão Cuidar é de 0.92; para a dimensão Negação da Autonomia Psicológica de 0.72 e por último para a dimensão Autonomia Instrumental de 0.83.

3) *Análise Descritiva: Resultados obtidos na Escala sobre Atitudes e Comportamentos Paternos*

3.1) *Análise da Dimensão I. «Cuidar»*

Os resultados obtidos na dimensão Cuidar revelam médias de discordância muito elevadas, entre o discordo moderadamente e o discordo totalmente, em relação aos itens que dão conta de atitudes e comportamentos paternos pouco cuidadores (Tabela 3).

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 1	320	2.15	0	3	2	0.86
Item 2	242	1.62	0	3	2	1.02
Item 4	320	2.15	0	3	2	0.95
Item 5	279	1.87	0	3	2	0.95
Item 6	320	2.15	0	3	2	0.89
Item 11	261	1.75	0	3	2	0.97
Item 12	320	2.15	0	3	2	0.90
Item 14	269	1.81	0	3	2	0.97
Item 16	390	2.62	0	3	3	0.81
Item 17	272	1.83	0	3	2	0.89
Item 18	290	1.95	0	3	2	1.05
Item 24	287	1.93	0	3	2	1.04

Tabela 3: Análise da Dimensão I. «Cuidar»

O item considerado de elevada discordância para os inquiridos é o de não sentir-se desejado pelo pai, 2.62, não só, no que se refere a esta dimensão mas também no que se refere ao total da escala. A elevada concordância face ao comportamento paterno acontece quando os itens assumem uma valência positiva associado ao elevado cuidar (item 1, 6, 12).

Quando se analisa com maior atenção a frequência de respostas dos inquiridos face à dimensão cuidar verifica-se que a maioria dos inquiridos percebe no seu pai atitudes e comportamentos cuidadores. Veja-se que a maioria considera que o pai apresenta um tom de voz caloroso ao conversar (F = 80%), mostra-se afectuoso (F = 79%) e empático face aos seus problemas e preocupações (F= 68%), tece elogios (F = 68%) para além fornecer uma capacidade securizante (F =66%).

Ao correlacionar a variável sexo com os itens da dimensão cuidar verifica-se que os resultados obtidos para cada um dos sexos convergem no sentido dos resultados já mencionados anteriormente para a percentagem global dos inquiridos.

A única exceção acontece nos itens 18 e 24, onde a diferença acima dos 11 pontos percentuais distância o valor percentual obtido pela maioria dos inquiridos homens, daquele obtido pelas inquiridas. Muito embora os resultados obtidos por ambos os sexos face à afirmação: “Não costumava falar muito comigo” (cf. Item 18) siga o sentido da discordância, a percentagem de inquiridas que discorda (70%) é superior à percentagem dos inquiridos (59%).

O mesmo sucede com a afirmação “Não me elogiava” (cf. Item 24) para a qual ambos os sexos discordaram, no entanto o valor percentual das respostas das mulheres (72%) é mais elevado do alcançado pelos homens (62%).

Uma vez analisados os resultados obtidos do cruzamento da variável idade com os itens correspondentes a cada uma das dimensões estudadas foi possível verificar que estes seguem o padrão dos resultados percentuais alcançados para a globalidade dos participantes pelo que seria repetitivo voltar a comentá-los. Veja que, o mesmo sucede com a variável profissão (ver anexo informático onde se encontram os outputs).

3.2) *Análise da Dimensão II. «Autonomia Instrumental»*

Para a dimensão Autonomia Instrumental, a opinião dos participantes face às atitudes e comportamentos paternos situam-se entre o concordo moderadamente e o discordo moderadamente (Tabela 4).

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 3	202	1.36	0	3	1	0.83
Item 7	151	1.01	0	3	1	0.85
Item 15	189	1.21	0	3	1	0.88
Item 21	256	1.66	0	3	2	1.00
Item 22	279	1.82	0	3	2	1.00

Tabela 4: *Análise da Dimensão II. «Autonomia Instrumental»*

Quando se questiona os participantes face à liberdade / autonomia concedida pela figura paterna verifica-se que a média das respostas se situa entre o concordo moderadamente e o discordo moderadamente. Esta maior divergência entre dois pólos de respostas opostos, parece acontecer pelo facto do conteúdo dos dois últimos itens estarem associados à liberdade concedida e os três primeiros itens remeterem para a promoção da autonomia (ver tabela 4). Deste modo verifica-se que estes dois aspectos – liberdade e autonomia – de uma mesma dimensão, são percebidos no pai como realidades distintas, ou seja, a média das respostas em relação aos itens (cf. Itens 3, 7 e 15) que remetem para a atribuição de autonomia e capacidade de decisão (por parte do pai), situa-se no concordo moderadamente, enquanto que a média das respostas face à percepção da liberdade concedida (pela figura paterna), situa-se no discordo moderadamente (cf. Itens 21 e 22).

A resposta às questões relacionadas com a concepção de autonomia mostra que a maioria dos inquiridos concorda, ainda que moderadamente, com as afirmações que apelam para o incentivo do pai às suas auto decisões (cf. item 7: $F = 68$, 45%, item 15: $F = 75$, 50%) enquanto que 29% (cf. item 7: $F = 44$) e 19% (cf. item 15: $F = 29$) concorda totalmente.

Por outro lado, se atendermos à variável sexo, verifica-se que a posição das mulheres face à afirmação “Deixava-me fazer aquelas coisas que eu gostava de fazer” (cf. Item 3) parece mais ténue – sendo que 56% concorda e 42% discorda – enquanto que a maioria dos homens se situa nos parâmetros concordantes face à mesma afirmação (62%).

Ainda nas questões relativas à autonomia, verifica-se que a afirmação: “Gostava que eu tomasse as minhas próprias decisões” (cf. Item 7) reúne o consenso de 80% dos inquiridos do sexo masculino que respondem de modo concordante (a percentagem total das respostas concordo moderada e totalmente) enquanto que apenas 69% das inquiridas aceita modera e totalmente a afirmação. Deste modo

observa-se uma diferença de 11 valores percentuais nas respostas de ambos os sexos a esta afirmação.

O mesmo sucede para a afirmação: “Deixava-me decidir as coisas por mim próprio” (cf. Item 15), onde se verifica uma diferença de 12 valores percentuais na resposta de ambos os sexos, que se situa entre o concordo moderada e totalmente (sexo masculino = 74%; sexo feminino = 65%).

No que respeita às afirmações referentes percepção de liberdade concedida pelo pai, verifica-se que a percentagem de inquiridos que considera (moderadamente) ter tido liberdade (F = 47, 31%) é semelhante à frequência de inquiridos que discorda moderadamente do facto de ter tido liberdade por parte do pai (F = 48, 31%).

No entanto observa-se que a frequência de inquiridos que discorda totalmente da afirmação é maior: “Dava tanta liberdade quanto eu queria” (F = 35, 23.2%), do que aqueles que concordam totalmente com a referida afirmação (F = 19, 12.6%) (cf. Item 21).

Do mesmo modo, se observa que maioria das participantes mulheres discorda moderada e totalmente desta última afirmação (62%) enquanto que 52% dos inquiridos homens consideram ter tido a liberdade pretendida.

No mesmo sentido a maioria dos inquiridos considera que o pai não deixava sair tantas vezes quantas desejadas (62.9%). Veja-se que a percentagem de participantes mulheres que considera ter sido concedida pouca liberdade para sair é superior (68%) à percentagem de participantes homens que sentiram o mesmo em relação ao pai (57%).

3.3) Análise da Dimensão III. «Negação da Autonomia Psicológica»

Na dimensão Negação da Autonomia Psicológica, a opinião dos participantes face às atitudes e comportamentos paternos situam-se entre o discordo moderadamente e o discordo totalmente (Tabela 5).

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 8	103	0.69	0	3	0	0.90
Item 9	175	1.17	0	3	1	0.95
Item 10	88	0.59	0	3	0	0.80
Item 13	91	0.61	0	3	0	0.79
Item 19	113	0.76	0	3	1	0.85
Item 20	94	0.63	0	3	0	0.83
Item 23	153	1.03	0	3	1	1.02

Tabela 5: Análise da Dimensão III. «Negação da Autonomia Psicológica»

Serão nos itens que remetem para a percepção da dependência face à figura paterna onde se observa um nível médio de discordância mais elevado, verificando-se que a média dos participantes discorda totalmente das afirmações relativas à percepção de um sentimento de dependência fomentado pela figura paterna.

Muito embora, a média dos inquiridos não percepcione um nível de dependência em relação ao pai demasiado elevado e impeditivo do processo de autonomia, a verdade é que nas afirmações cujos conteúdos remetem para um controlo, ainda que relativo e de menor intensidade, por parte da figura paterna a média das respostas tende a situar-se no discordo moderadamente. Senão veja-se, quando se pergunta a opinião face à afirmação: “o seu pai controlava tudo aquilo que fazia” (cf. Item 9), a maioria dos inquiridos discorda totalmente ($F = 67\%$), no entanto cerca de 32% dos inquiridos concorda moderada ou totalmente com a afirmação. O mesmo acontece quando se questiona se o pai era hiper protector, embora 70% dos inquiridos discordem moderada ou totalmente da afirmação encontram-se ainda 29% de inquiridos que concordam com aquilo que foi perguntado (cf. Item 23).

Comparativamente, a percepção das mulheres e dos homens face aos itens que compõem referida dimensão é similar, ou seja, tanto uns como outros discordam das afirmações que sugerem a existência de um controlo na relação afectiva com o pai. Embora ambos os sexos discordem das afirmações referentes aos itens 8 e 23, a verdade é que existe uma diferença de 12 valores percentuais (item 8: 88% dos homens para 76% de mulheres) e de 15 valores percentuais (item 23: 78% de homens para 63% de mulheres) na percentagem de respostas, respectivamente.

Muito embora a maioria dos inquiridos de ambos os sexos discorde da afirmação: “Era hiper protector comigo” (cf. Item 23), verifica-se que 35% das inquiridas concorda com o referido enquanto que apenas 20% dos inquiridos aceita essa afirmação.

4) Análise Descritiva: Resultados obtidos na Escala sobre Atitudes e Comportamentos Maternos

4.1) Análise da Dimensão I. «Cuidar Contingente»

A atribuição da denominação Cuidar Contingente a esta dimensão deve-se ao facto desta congregar um conjunto de itens que no seu conteúdo remetem para a percepção de uma ligação afectiva cuidadora e empática com a figura materna.

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 26	377	2.50	0	3	3	0.67
Item 30	322	2.13	0	3	2	0.82
Item 31	386	2.56	0	3	3	0.67
Item 36	324	2.15	0	3	2	0.90
Item 37	380	2.52	0	3	3	0.72
Item 42	330	2.19	0	3	2	0.86

Tabela 6: Análise da Dimensão I. «Cuidar Contingente»

Nesta dimensão, em que as respostas às afirmações se pontuam numa escala de 3 pontos (3: concordo totalmente a 1: discordo totalmente), verifica-se que o nível médio de concordância é muito elevado situando-se entre o concordo moderadamente e o concordo totalmente, em relação aos itens em análise (Tabela 6).

Nos itens cujo conteúdo remete para a capacidade empática e de responsividade materna nota-se que o valor médio de resposta dos inquiridos situa-se no concordo moderadamente – tal como sucedeu na escala referente ao pai em que para as mesmas afirmações obteve-se a mesma pontuação.

Quer isto dizer que, a maioria dos inquiridos percebe, ainda que moderadamente, competências empáticas na mãe, tais como: a capacidade em compreender os seus problemas (cf. Item 30: F = 68, 45%), partilhar um diálogo (cf. Item 36: F = 52, 34%) e por último ajudar a sentir melhor face a um problema (cf. Item 42: F = 60, 39%).

Muito embora a maioria dos inquiridos se situe numa posição de concordância moderada face ao conteúdo destes itens, quando se observa conjuntamente as duas posições de concordância para cada um dos itens verifica-se que a maioria dos participantes percebe capacidades de empatia na mãe.

Os restantes três itens em análise fazem referência à capacidade da figura materna em cuidar, entenda-se este último, como a aptidão da mãe em relacionar-se de modo afectuoso e afectivo com o filho (cf. Itens 26, 31 e 37).

Ao contrário do observado na sub-escala referente ao pai – em que para os mesmos itens o valor médio de resposta às afirmações colocadas se situa na posição 2 (concordo moderadamente) – em relação à figura materna verifica-se que a maioria dos inquiridos a percebe como sendo afectuosa (F = 140, 93%); apresentando um tom de voz caloroso e simpático (F = 140, 93%) e sorridente (F = 139, 91%) (cf: Itens 1, 6 e 12 – escala paterna; Itens 26, 31 e 37 – escala materna).

Quando se compara a variável sexo com os itens relativos à dimensão em estudo verifica-se que as respostas dadas pela maioria dos participantes homens / mulheres se situam dentro dos dois parâmetros de concordância (concordo moderada e totalmente), não havendo registo de valores percentuais acentuadamente discrepantes (acima dos 15 valores percentuais). A exceção acontece na resposta ao item 30: (“Mostrava compreender os meus problemas e preocupações”) em que a percentagem de inquiridos homens que concordam moderada e totalmente (95%) é superior à maioria das mulheres que aceita a afirmação (72%) (diferença de 23 valores percentuais).

4.2) Análise da Dimensão II. «Negação da Autonomia Psicológica»

Na dimensão Negação da Autonomia Psicológica, analisa-se a percepção dos inquiridos relativamente às sete afirmações que remetem para a existência de uma ligação afectiva de dependência face à figura materna, tal como observado anteriormente para o pai.

Nas respostas às respectivas afirmações decorrentes numa escala de 3 pontos (3 = concordo totalmente a 0 = discordo totalmente) foi possível verificar médias de discordância muito elevadas, entre o discordo moderadamente e o discordo totalmente, em relação aos itens em análise (Tabela 7).

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 33	119	0.79	0	3	1	0.90
Item 34	195	1.29	0	3	1	0.96
Item 35	130	0.86	0	3	1	0.89
Item 38	143	0.95	0	3	1	0.94
Item 44	128	0.85	0	3	1	0.81
Item 45	113	0.75	0	3	1	0.84
Item 48	196	1.30	0	3	1	1.03

Tabela 7: Análise da Dimensão II. «Negação da Autonomia Psicológica»

Quando questionados sobre a afirmação: “Não queria que eu crescesse” (cf. Item 33), a maioria das respostas dos inquiridos situa-se entre o discordo totalmente (F = 72, 48%) e o discordo moderadamente (F = 48, 32%), enquanto que apenas 20% se revê nesta afirmação. Do mesmo modo quando se aborda o nível de intrusão por parte da figura materna, a maioria dos participantes tem a percepção que a sua própria mãe não lhe invade a privacidade (F = 114; 76%), enquanto que apenas 19% refere alguma invasão do seu espaço.

Em semelhança ao ocorrido na mesma dimensão mas para a escala referente ao pai, as respostas dos inquiridos dividem-se, quando questionados sobre o nível de controlo materno, sendo que 33% concorda moderadamente e 31% discorda moderadamente com a seguinte afirmação: “Tentava controlar tudo aquilo que eu fazia” (cf. Item 34). No entanto 25% dos inquiridos discorda totalmente desta última afirmação.

Nas questões directamente relacionadas com a percepção da dependência face à figura materna verifica-se que a maioria dos inquiridos percepção a ligação afectiva com a mãe como um factor impulsionador do processo de autonomia. Facto este que parece tanto verdade quanto, se verifica que a maioria dos inquiridos acham que a mãe não os tratam como bebés (F = 114, 71.5%), não fomenta a dependência (F = 123, 81.4%) e pelo contrário incentiva-os a tomarem as suas próprias decisões (F = 126, 83.5%).

No entanto a diferença de opiniões volta novamente a ser ténue, tal como observado anteriormente nesta dimensão para a escala referente ao pai (para o mesma afirmação), quando se coloca a seguinte afirmação: “Era hiper protectora comigo”. Nesta situação, a maioria das participantes parece discordar desta afirmação (F = 88; 58%), enquanto que 41% percepção a mãe como hiper protectora (F = 63).

Ao cruzarmos a variável sexo com a dimensão negação da autonomia instrumental verificou-se que as respostas dadas por ambos os sexos situam-se entre

o discordo moderadamente e o discordo totalmente, não tendo sido registada uma diferença acima dos 15 valores percentuais para as respostas dadas por homens e mulheres.

Por último, considera-se que a referência aos resultados obtidos pelo cruzamento das restantes variáveis com as dimensões relativas à sub-escala materna será repetitivo pelo facto de seguir o mesmo sentido dos resultados obtidos pelos participantes no geral.

4.3) *Análise da Dimensão III. «Autonomia Instrumental»*

Da dimensão Autonomia Instrumental faz parte um conjunto de cinco itens com pontuação numa escala de 3 pontos – com um valor mínimo de 0 pontos para a posição concordo totalmente e máximo de 3 pontos para a posição discordo totalmente – que dizem respeito, como a própria designação indica, à percepção da liberdade e da capacidade de decisão concedida pela figura materna.

Veja-se que o conteúdo dos 2 primeiros itens está francamente relacionado com uma capacidade de decisão e autonomia concedida pela mãe aos filhos. Enquanto que os últimos três itens têm que ver com a liberdade percebida, no sentido comportamental, ou seja, de garantir a concretização de determinadas acções desejadas (Tabela 8).

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 28	183	1.21	0	3	1	0.81
Item 40	183	1.21	0	3	1	0.78
Item 46	246	1.63	0	3	2	0.96
Item 47	251	1.66	0	3	2	0.97
Item 50	153	1.01	0	3	1	0.90

Tabela 8: Análise da Dimensão III. «Autonomia Instrumental»

Nos primeiros dois itens verifica-se que o valor médio das respostas face à afirmação: “Deixava-me fazer aquelas coisas que eu gostava de fazer” (cf. Item 28) mostra-se elevado situando-se no concordo moderadamente, tal como acontece na afirmação: “Deixava-me decidir as coisas por mim próprio” (cf. Item 40) em que a média das respostas localiza-se no nível 1, ou seja, concordo moderadamente.

Quando se observa a frequência das respostas dadas constata-se que a maioria dos participantes considera que a mãe autorizava-os a fazer aquilo que queriam ($F = 98$, 65%), do mesmo modo que deixava que decidissem as coisas por si ($F = 103$, 68%). Apenas 35% e 32% dos inquiridos tem uma percepção discordante face às anteriores afirmações, respectivamente.

Quando se compara os resultados obtidos entre sub-escalas (referente à mãe e ao pai) observa-se que a percepção da autonomia concedida pelo pai é igual à proporcionada pela mãe, ou seja, para os mesmos dois itens, os inquiridos pontuam as afirmações referentes ao pai com concordo moderadamente e para a mãe atribuem a mesma pontuação como observado anteriormente (cf. Itens 28 e 40 – escala materna; Itens 3 e 15 – escala paterna).

No que diz respeito aos últimos três itens referentes à liberdade percebida verifica-se que o valor médio de respostas situa-se no discordo moderadamente, isto é, a maioria dos inquiridos considera que a mãe não concedeu tanta liberdade quanto desejada.

No entanto, ao observar-se atentamente as frequências obtidas verifica-se que as respostas para à afirmação: “Deu-me tanta liberdade quanto eu queria” (cf. Item 46) assumem valores aproximados, ou seja, o somatório dos inquiridos que se posicionaram dentro dos parâmetros concordantes face à afirmação é ligeiramente inferior ($F = 68$, 45%) ao somatório dos inquiridos que se situaram nos dois quadrantes discordantes ($F = 83$, 55%).

O mesmo sucede para a afirmação: “Deixava-me sair tantas vezes quanto eu queria” (cf. Item 47), onde a percentagem de inquiridos que responde dentro dos dois

quadrantes discordantes é ligeiramente superior ($F = 89$, 59%) àquela que se situa dentro dos dois parâmetros concordantes ($F = 62$, 41%).

Os resultados obtidos para os mesmos itens na sub-escala do pai (à excepção do item 50 que na sub-escala do pai foi retirada pelo baixo valor da carga factorial), indicam um valor médio de resposta equivalente – situado no nível 2 (discordo moderadamente) – ao encontrado na sub-escala referente à mãe, embora nesta última se observe a percepção de liberdade no que respeita à escolha da roupa a vestir ($F = 108$, 71%) (cf. Itens 46 e 47 – escala materna, Itens 21 e 22 – escala paterna).

Através de uma análise comparativa é possível verificar que a maioria das mulheres considera não ter tido a liberdade desejada (65%) nomeadamente no que respeita ao sair (71%) por parte da figura materna. Apenas 35% das inquiridas concordam ter-lhes sido cedida a liberdade desejada pela mãe e 29% consideram ter saído quando queriam.

Por outro lado, a maioria dos homens concorda que lhes foi concedida, pela mãe, a liberdade pretendida (57%), mesmo no que se refere às saídas (55%).

4.4) Análise da Dimensão IV. «Cuidar Negligente»

Para a dimensão Cuidar Negligente conflui um conjunto de quatro itens, que pelo seu conteúdo estão associados a uma ligação afectiva, com a figura materna, desafectada, pouco contentora e de fraca contingência às necessidades dos filhos.

Enquanto que na sub-escala referente ao pai, os itens relativos à dimensão Cuidar Negligente aqui tratados, aparecem integrados na dimensão «Cuidar» – constituindo uma valência negativa dessa mesma dimensão (versão original) –, na sub-escala materna estes são tratados de modo independente numa escala de 3 pontos (0 = concordo totalmente e 3 = discordo totalmente) (Tabela 9).

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 27	310	2.05	0	3	2	0.89
Item 29	387	2.56	0	3	3	0.76
Item 41	416	2.75	0	3	3	0.64
Item 49	360	2.38	0	3	3	0.84

Tabela 9: Análise da Dimensão IV. «*Cuidar Negligente*»

No primeiro item verifica-se que o valor médio de resposta situa-se no nível 2, discordo moderadamente, no entanto quando se analisa com atenção a percentagem de respostas verifica-se que 34% discorda moderadamente e 38% discorda totalmente da afirmação: “Não me ajudava tanto como eu necessitava” (cf. Item 27). Ora apenas 28% dos inquiridos se situa nos dois parâmetros de concordância face a esta afirmação, ou seja, não percebem elevado apoio na relação com a mãe.

Não obstante para os restantes itens, a média das respostas situa-se no nível 3, ou seja, no extremo dos dois quadrantes de discordância.

Deste modo face à afirmação: “Parecia emocionalmente fria comigo” verifica-se que a maioria dos inquiridos discordam totalmente ($F = 107$, 71%) e 17% discorda moderadamente ($F = 25$) do referido. Enquanto que apenas 13% das respostas dos inquiridos vão no sentido da concordância.

O mesmo sucede quando se questiona o inquirido sobre a sua percepção face ao facto de ter sido desejado pela figura materna. A maioria dos inquiridos refere que se sentiu desejado pela sua mãe ($F = 142$, 94%), enquanto que uma pequena minoria considera não ter sido desejado ($F = 9$, 6%).

Por último face à afirmação: “Não me elogiava” (cf: item 49), a resposta dominante para a maioria dos inquiridos será discordo totalmente ($F = 87$, 58%), embora 27% discorde moderadamente. Enquanto que apenas 14% considera não ter sido elogiado pela figura materna.

Numa análise comparativa entre sub-escalas verifica-se, relativamente aos itens associados à negligência parental, que as respostas observadas tanto no que se refere à figura materna como paterna vão no sentido contrário, ou seja, observa-se um valor médio de resposta (aos respectivos itens) que assinala a percepção da existência de uma relação cuidadora com ambas as figuras (cf. Itens 2, 4, 16 e 24 – escala materna; itens 27, 29, 41, 49 – escala paterna).

A resposta dada pelos inquiridos, do sexo masculino e feminino, aos itens desta dimensão apontam para a presença de resultados equivalentes, maioritariamente situados entre o discordo moderada e totalmente, sendo que não se registam valores percentuais acima dos 15 pontos nas repostas assinaladas por ambos os géneros.

4.5) *Análise da Dimensão V. «Comunicação Negativa ou Disfuncional»*

Por último, falta atender à dimensão Comunicação Negativa ou Disfuncional que reúne dois itens pontuados numa escala de 3 pontos (0 = concordo totalmente e 3 = discordo totalmente) cujos conteúdos sublinham a dificuldade de comunicação e entendimento na relação afectiva com a figura materna.

Na sub-escala materna, estes itens alcançaram uma carga factorial elevada justificativa da formação de uma dimensão independente, todavia na sub-escala paterna os mesmos itens (formulados para o pai) foram integrados na dimensão cuidar (cf. itens 14 e 18) (Tabela 10).

	ΣN	Média	Mínimo	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Item 39	301	1.99	0	3	2	0.87
Item 43	350	2.32	0	3	3	0.89

Tabela 10: *Análise da Dimensão V. «Comunicação Negativa ou Disfuncional»*

O valor médio de resposta à afirmação: “Parecia não compreender o que eu precisa ou queria” eleva-se nos 2 pontos indicando que a maioria dos participantes

discordo moderadamente do referido (F = 60, 40%). Ao passo que 32% dos inquiridos discorda totalmente da afirmação proferida na escala (F = 49). Minoritariamente, 28% dos inquiridos considera não haver por parte da mãe uma compreensão das suas necessidades.

Ao analisar-se a fluência do diálogo com a figura materna verifica-se que a maioria dos participantes discorda totalmente da afirmação: “Não costumava falar muito comigo” (F = 86, 57%), enquanto que 22% discorda moderadamente (F = 33).

Apenas uma minoria de 21% considera não ter mantido um diálogo frequente com a mãe (F = 32).

Por último, a expressão destes itens na dimensão cuidar na sub-escala paterna é equivalente à obtida na sub-escala materna. Quer isto dizer que para a afirmação: “Parecia não compreender o que eu precisa ou queria”, a maioria dos participantes discordaram do referido tanto para a mãe (79%) como para o pai (62%). No entanto parece haver um maior número de participantes a discorda desta afirmação, com maior certeza, no que se refere à mãe do que ao pai (senão veja-se a diferença 17 pontos entre as percentagens totais de ambos, assinalado anteriormente).

Relativamente à segunda afirmação: “Não costumava falar muito comigo” nota-se que a maioria dos participantes discorda do proferido tanto no que se refere à mãe (79%) como ao pai (65%). Por último, ao cruzarmos a variável género com as respostas assinaladas para os 2 itens em estudo nesta dimensão, sublinha-se que a maioria dos inquiridos homens (cf. item 43 = 84%; item 39 = 75%) e mulheres (cf. item 43 = 74%; item 39 = 70%) discorda, moderada e totalmente, das afirmações em causa.

5) Comparação entre os Scores relativos às Dimensões referentes à Escala Paterna e as Variáveis Sócio – Demográficas⁶

5.1) *Análise de Regressão Linear: Variável Idade*

Para verificarmos o efeito da variável idade na média dos scores, extraídos a partir da análise factorial, dos factores ou dimensões que caracterizam a escala paterna recorreremos à análise por regressão linear por estarmos a tratar de duas variáveis quantitativas.

	β	Idade	
		F	p -value
Cuidar	0.009	0.011	0.917 (N Sg.)
Autonomia Instrumental	0.087	1.127	0.290 (N Sg.)
Negação da Autonomia Inst.	0.183	5.119	0.025 (Sg.)

Tabela 11: Regressão Linear $p = 0.05$

Da comparação entre os scores médios obtidos para a dimensão *cuidar* e a variável idade é possível concluir que o seu efeito não é estatisticamente significativo ($F(1, 147) = 0.011$; $p = 0.917$), assim como a variância explicada pelo modelo de regressão linear é reduzida ($R^2 = 0.000$). O mesmo sucede na dimensão *autonomia instrumental*, onde se verifica que o efeito da variável idade não é estatisticamente significativo ($F(1, 147) = 1.127$; $p = 0.290$). Do mesmo modo a variância explicada para o modelo de regressão linear é reduzido ($R^2 = 0.008$) (ver tabela anterior).

Por último, no que respeita à dimensão *negação da autonomia psicológica* verifica-se que o modelo de regressão linear é estatisticamente significativo ($F(1,$

⁶ Para os testes aplicados, rejeitamos a estatística teste se o p -value for menor ou igual que $\alpha = 0.05$. Os outputs referentes as análises estatísticas efectuadas estão em anexo num suporte informático.

147) = 5.119; $p = 0.025$) embora a variância explicada pelo modelo seja reduzida ($R^2 = 0.034$). Quer isto dizer que a variável idade é significativa para a dimensão em causa. Se atendermos ao coeficiente beta standartizado ($p\text{-value} = 0.025$) verificamos que a variável independente (idade) afecta significativamente a média dos scores para a dimensão negação da autonomia psicológica.

5.2) *Análise Inferencial: Variável Sexo*

Para analisar o efeito da variável sexo nos scores médios obtidos para a dimensão *cuidar*, fomos num primeiro momento verificar se estavam presentes os pressupostos para aplicação de um teste paramétrico. Para o qual se observou que o pressuposto de normalidade não estava presente (K-S p masc = 0.074; p fem = 0.000), tendo por isso sido aplicado o teste não paramétrico para duas amostras independentes.

Deste modo foi possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas entre sexos para a dimensão *cuidar* (Mann-Whitney U = 2107.00; $p = 0.007$; N = 149).

Uma vez validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico t-student (K-S p masc = 0.20; p fem = 0.177) e Levene F (147) = 2.379; $p = 0.125$) podemos afirmar que as diferenças encontradas entre sexos (homens M= -0.2487; SEM= 0.1053) (mulheres M= 0.2088; SEM= 0.1176) são estatisticamente significativas para a dimensão *autonomia instrumental* (T (147) = - 2.848, $p = 0.0025$).

Validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico t-student (K-S p masc = 0.20; p fem = 0.84) e Levene F (147) = 1.044; $p = 0.309$) podemos concluir que as diferenças encontradas nos homens (M= - 0.01088; SEM= 0.1139) e nas mulheres (M= 0.00913; SEM= 0.1170) não são estatisticamente significativas para a dimensão *negação da autonomia psicológica* (T (147) = - 0.121, $p = 0.45$).

5.3) *Análise Inferencial: Variável Estado Civil*

A comparação entre a média dos scores obtidos para a dimensão *cuidar* e a variável estado civil só foi possível por recurso ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis por não estarem validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way. Deste modo, verificou-se que o efeito da variável estado civil na dimensão *cuidar* não é estatisticamente significativo ($H(2) = 0.472$; $p = 0.790$).

Confirmados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p casado = 0.20; p divorciado = 0.20; p solteiro = 0.20) e Levene $F(2, 146) = 0.444$; $p = 0.643$) podemos concluir que existem diferenças estatisticamente significativas, no que diz respeito ao efeito da variável estado civil, na dimensão *autonomia instrumental* ($F(2, 146) = 5.335$; $p = 0.006$). Da comparação múltipla de médias foi possível verificar que o par de médias referentes ao estado civil casado e divorciado são significativamente diferentes ($p = 0.031$).

Em contrapartida, para a dimensão *negação da autonomia psicológica* foi possível concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere à variável estado civil ($F(2, 146) = 0.235$; $p = 0.791$). Veja-se que os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way estavam validados (K-S p casado = 0.11; p divorciado = 0.20; p solteiro = 0.20) e Levene $F(2, 146) = 2.492$; $p = 0.086$).

5.4) *Análise Inferencial: Variável Profissão*

A comparação entre a média dos scores obtidos para a dimensão *cuidar* e a variável profissões só foi possível por recurso ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis por não estarem validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way. Deste modo, conclui-se que o efeito da variável profissões na dimensão *cuidar* não é estatisticamente significativo ($H(4) = 1.100$; $p = 0.894$).

Confirmados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p científicas = 0.20; p intermédias = 0.20; p administrativos = 0.20; p

pnão qualificados = 0.20; p sem prof = 0.20) e Levene $F(4, 144) = 2.198$; $p = 0.072$), concluímos que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito ao efeito da variável profissões na dimensão *autonomia instrumental* ($F(4, 144) = 1.120$; $p = 0.349$).

Pelo contrário podemos concluir que existem diferenças significativas relativamente ao efeito da variável profissão na dimensão *negação da autonomia psicológica* ($F(4, 144) = 4.761$; $p = 0.01$). Foram também confirmados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p científicas = 0.20; p intermédias = 0.20; p administrativos = 0.057; p não qualificados = 0.20; p sem prof = 0.20) e Levene $F(4, 144) = 1.979$; $p = 0.101$).

Da comparação múltipla de médias foi possível verificar que as médias referentes aos especialistas de profissões intelectuais/científicos e técnicos profissionais de nível intermédio são significativamente diferentes ($p = 0.003$), assim como o par de médias de profissões relativas aos especialistas de profissões intelectuais/científicas e pessoal administrativo/serviços ($p = 0.006$).

5.5) *Análise Inferencial: Variável Habilitações Literárias*

A comparação entre a média dos scores obtidos para a dimensão *cuidar* e a variável habilitações literárias só foi possível por recurso ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis por não estarem validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way. Assim, foi possível concluir que o efeito da variável habilitações literárias na dimensão *cuidar* não é estatisticamente significativo ($H(2) = 3.706$; $p = 0.157$).

Os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p primária/preparatória = 0.20; p secundária/profissional = 0.20; p superior = 0.20) e Levene $F(2, 146) = 0.373$; $p = 0.689$) estão validos. Deste modo podemos concluir

que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito ao efeito da variável habilitações literárias na dimensão *autonomia instrumental* ($F(4, 146) = 1.113$; $p = 0.331$).

Em oposição, podemos concluir que existem diferenças significativas relativamente ao efeito da variável habilitações literárias na dimensão *negação da autonomia psicológica* ($F(4, 146) = 5.184$; $p = 0.007$). Foram também confirmados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p primária/preparatória = 0.13; p secundária/profissional = 0.20; p superior = 0.20) e Levene $F(4, 146) = 1.350$; $p = 0.263$). Da comparação múltipla de médias foi possível verificar que as médias referentes ao ensino primário/preparatório e ensino superior são significativamente diferentes das restantes ($p = 0.012$), assim como o par de médias relativas aos ensinos secundário/profissional e superior ($p = 0.048$).

6) Comparação entre os Scores relativos às Dimensões referentes à Escala Materna e as Variáveis Sócio – Demográficas

6.1) *Análise de Regressão Linear: Variável Idade*

Para verificarmos o efeito da variável idade na média dos scores, extraídos a partir da análise factorial, dos factores ou dimensões que caracterizam a escala materna recorreremos à análise por regressão linear.

	β	Idade	
		F	p -value
Cuidar Contingente	-0.089	1.193	0.277 (N Sg.)
Negação da Autonomia Inst.	0.008	0.010	0.922 (N Sg.)
Autonomia Instrumental	0.197	6.036	0.015 (Sg.)
Cuidar Negligente	-0.188	5.447	0.021 (Sg.)
Comunicação Negativa	-0.016	0.040	0.841 (N Sg.)

Tabela 12: Regressão Linear $p = 0.05$

Da comparação entre os scores médios obtidos para as dimensões: *cuidar contingente*, *negação da autonomia psicológica* e *comunicação negativa* –, e a variável idade é possível concluir que o seu efeito não é estatisticamente significativo (como mostra o quadro anterior). Do mesmo modo a variância explicada pelo modelo de regressão linear é reduzida para as referidas dimensões *cuidar contingente* ($R^2= 0.08$), *negação autonomia psicológica* ($R^2= 0.00$) e *comunicação negativa* ($R^2= 0.00$).

No que respeita às dimensões *autonomia instrumental* e *cuidar negligente* verifica-se que o modelo de regressão linear é estatisticamente significativo, embora a variância explicada pelo modelo seja reduzida em ambas as dimensões ($R^2 = 0.039$; $R = 0.035$, respectivamente). Quer isto dizer que o efeito da variável idade é significativo nas duas dimensões em causa.

No entanto, a partir da análise do coeficiente de beta standartizado é possível verificar que o efeito da variável idade afecta de forma significativa a dimensão *autonomia instrumental*.

6.2) Análise Inferencial: Variável Sexo

Para analisar o efeito da variável sexo nos scores médios obtidos para as dimensões em estudo, fomos num primeiro momento verificar se estavam presentes os pressupostos para aplicação de um teste paramétrico. Para o qual se observou que, os pressupostos de normalidade e variância homogénea para aplicação do teste paramétrico t-student, não estavam validados para as dimensões *cuidar contingente*, *autonomia instrumental* e *cuidar negligente*, tendo por isso sido aplicado o teste não paramétrico para duas amostras independentes.

Deste modo foi possível verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas entre sexos para a dimensão *cuidar contingente* (Mann-Whitney U = 2444.00; $p = 0.076$; $N = 151$) e para a dimensão *cuidar negligente* (Mann-Whitney U = 2672.00; $p = 0.72$; $N = 151$).

No entanto, observaram-se diferenças estatisticamente significativas entre sexos no que respeita à dimensão autonomia instrumental (Mann-Whitney $U = 2155.00$; $p = 0.006$; $N = 151$).

Validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico t-student (K-S p masc = 0.20; p fem = 0.20) e Levene $F(149) = 0.192$; $p = 0.662$) podemos afirmar que as diferenças encontradas nos homens ($M = 0.01595$; $SEM = 0.1167$) e nas mulheres ($M = -0.01342$; $SEM = 0.11380$) não são estatisticamente significativas para a dimensão *negação da autonomia psicológica* ($T(149) = 0.179$, $p = 0.429$).

Do mesmo modo podemos concluir que as diferenças encontradas nos homens ($M = 0.03389$; $SEM = 0.1126$) e mulheres ($M = -0.02851$; $SEM = 0.11659$) não são estatisticamente significativas na *dimensão comunicação negativa* ($T(149) = 0.381$; $p = 0.352$). Veja-se que estavam validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico t-student (K-S p masc = 0.20; p fem = 0.18) e Levene $F(149) = 2.670$; $p = 0.104$).

6.3) *Análise Inferencial: Variável Estado Civil*

A comparação entre a média dos scores obtidos para as dimensões: *cuidar contingente*, *cuidar negligente* e *comunicação negativa* –, e a variável estado civil só foi possível por recurso ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis por não estarem validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way.

Deste modo, foi possível concluir que o efeito da variável estado civil não é estatisticamente significativo na dimensão *cuidar contingente* ($H(2) = 3.551$; $p = 0.169$), na dimensão *cuidar negligente* ($H(2) = 3.605$; $p = 0.165$) e na dimensão *comunicação negativa* ($H(2) = 0.257$; $p = 0.880$).

Confirmados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p casado = 0.16; p divorciado = 0.20; p solteiro = 0.20) e Levene $F(2, 148) = 0.313$; $p = 0.732$), podemos concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito ao efeito da variável estado civil na dimensão *negação da autonomia psicológica* ($F(2, 148) = 1.072$; $p = 0.345$).

No mesmo sentido, verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito ao efeito da variável estado civil na dimensão *autonomia instrumental* ($F(2, 148) = 1.048$; $p = 0.353$). Os pressupostos estão validados (K-S p casado = 0.20; p divorciado = 0.20; p solteiro = 0.20) e Levene $F(2, 148) = 0.645$; $p = 0.526$).

6.4) *Análise Inferencial: Variável Profissão*

A comparação entre a média dos scores obtidos, a partir da análise factorial, para as dimensões: *cuidar contingente*, *cuidar negligente* e *comunicação negativa* –, e a variável profissão só foi possível por recurso ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis, por não estarem validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way.

Assim, foi possível concluir que o efeito da variável profissão não é estatisticamente significativo na dimensão *cuidar contingente* ($H(4) = 2.734$; $p = 0.603$) e na dimensão *comunicação negativa* ($H(4) = 3.731$; $p = 0.444$). Enquanto que se observaram diferenças estatisticamente significativas no que respeita ao efeito da variável profissão na dimensão *cuidar negligente* ($H(4) = 23.918$; $p = 0.000$).

Da comparação múltipla de médias por ordem foi possível verificar que as médias referentes aos especialistas de profissões intelectuais/científicos e técnicos profissionais de nível intermédio são significativamente diferentes ($p = 0.001$), assim como o par de médias de profissões relativas aos especialistas de profissões intelectuais/científicas e pessoal administrativo/serviços ($p = 0.005$), e ainda no

grupo de trabalhadores não qualificados e especialistas de profissões intelectuais/científicas ($p = 0.024$).

Confirmados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p científicas = 0.20; p pintermédias = 0.20; p padministrativos = 0.20; p p não qualificados = 0.20; p psem prof = 0.20) e Levene $F(4, 146) = 0.674$; $p = 0.611$), concluímos que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito, ao efeito da variável profissão, na dimensão *negação da autonomia psicológica* ($F(4, 146) = 1.580$; $p = 0.183$).

Do mesmo modo podemos concluir que não existem diferenças significativas na dimensão *autonomia instrumental* relativamente à variável profissão ($F(4, 146) = 0.728$; $p = 0.574$). Note-se que estão validados os pressupostos (K-S p científicas = 0.20; p pintermédias = 0.20; p padministrativos = 0.20; p p não qualificados = 0.11; p psem prof = 0.10) e Levene $F(4, 146) = 1.487$; $p = 0.209$).

6.5) *Análise Inferencial: Variável Habilitações Literárias*

A comparação entre a média dos scores obtidos, através da análise factorial, para as dimensões: *cuidar contingente*, *cuidar negligente* e *comunicação negativa* –, e a variável habilitações literárias só foi possível por recurso ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis por não estarem validados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way.

Deste modo, foi possível concluir que o efeito da variável habilitações literárias na dimensão não é estatisticamente significativo para a dimensão *cuidar contingente* ($H(2) = 0.144$; $p = 0.931$) e para a dimensão *comunicação negativa* ($H(2) = 3.449$, $p = 0.178$).

Não, obstante, observaram-se diferenças significativas do efeito da variável habilitações literárias na dimensão *cuidar negligente* ($H(2) = 12.345$; $p = 0.002$), verificando-se, a partir da comparação múltipla de médias, que o grupo do ensino secundário/profissional e superior são significativamente diferentes ($p = 0.002$).

Os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p primária/preparatória = 0.20; p secundária/profissional = 0.20; p superior = 0.20) e Levene F (2, 148) = 0.098; p = 0.906) estão validos. Deste modo podemos concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito ao efeito da variável habilitações literárias na dimensão *negação autonomia psicológica* (F (2, 148) = 2.866; p = 0.060).

Do mesmo modo, podemos concluir que não existem diferenças significativas relativamente ao efeito da variável habilitações literárias na dimensão *autonomia instrumental* (F (2, 148) = 2.922; p = 0.057). Foram também confirmados os pressupostos para aplicação do teste paramétrico Anova One-Way (K-S p primária/preparatória = 0.20; p secundária/profissional = 0.20; p superior = 0.20) e Levene F (2, 148) = 0.610; p = 0.545).

7) Análise por *Clusters* a partir dos Scores relativos às Dimensões referentes à Escala Materna e Paterna

A análise por Grupos ou *Clusters* – enquanto técnica exploratória de análise multivariada – permitiu-nos agrupar os participantes em grupos homogéneos, em função da média dos scores dos factores ou dimensões, obtidos através da análise factorial, efectuada a cada uma das escalas referentes às atitudes e comportamentos maternos e paternos. Deste modo foi possível através deste método de análise, verificar a posição que cada participante ocupa nos quatro *clusters* ou grupos determinados, bem como o lugar ocupado pela maioria dos participantes.

Para cada uma das escalas materna e paterna foram definidos quatro grupos ou *clusters* aos quais atribuímos a mesma designação – por analogia aos quatro

quadrantes de Parker et al. (1979), anteriormente mencionados – Parentalidade Óptima (elevado cuidar e baixa protecção); Parentalidade Negligente (baixo cuidar e baixa protecção); Constrangimento Afectuoso (elevado cuidar e elevada protecção) e Controlo Afectivo (elevado cuidar e baixa protecção) (ver caracterização do instrumento original no capítulo referente à metodologia).

Na análise de cada uma das escalas atendemos às dimensões ou factores que as caracterizam distintamente, não obstante atribuímos um maior destaque as dimensões: cuidar contingente / negligente e autonomia instrumental / negação da autonomia psicológica –, no que respeita à escala materna e no que refere à escala paterna analisamos com atenção as dimensões: cuidar e autonomia instrumental / negação da autonomia psicológica – de modo a facilitar a comparação com a escala original, da qual fazem parte apenas duas dimensões: *Cuidar e Hiper-Protecção*.

Antes de prosseguirmos com a apresentação dos grupos formados, convém mais uma vez lembrar que uma elevada protecção, tal como definido pelo autor da escala, está associada à intrusão e ao desencorajamento do processo de autonomia. Deste modo, para analisar os dados temos que atender a este pressuposto.

Para a escala Materna, foi possível atribuir ao Grupo 1 – a designação de Parentalidade Negligente devido ao baixo valor encontrado no factor cuidar contingente (-3.366) e à baixa protecção associada a uma elevada autonomia (0.82414).

O Grupo 2 denominou-se de Parentalidade Óptima, pelo elevado valor atribuído ao factor cuidar contingente (0.3353) e pela diminuída protecção. Veja-se que neste caso os participantes percebem as mães como tendo sido cuidadoras (elevado cuidar contingente).

Ao Grupo 3 foi atribuída a designação de Controlo Afectivo, pelo valor relativamente baixo observado no factor cuidar contingente (- 0.62204) e pelo baixo valor obtido na dimensão autonomia instrumental (- 0.40146) sinónimo de uma elevada protecção.

Por último, a designação de Constrangimento Afectivo foi atribuído ao Grupo 4, devido a um razoável valor no que se refere ao cuidar (0.04622) observado através da dimensão cuidar contingente e uma considerável protecção. Neste caso, os participantes percepcionavam as mães como tendo sido cuidadoras (embora menos quando comparadas com as mães à qual era atribuída uma parentalidade óptima) e concomitantemente protectoras.

No que se refere à escala Paterna foi possível atribuir a mesma caracterização, mas pela seguinte ordem: Grupo 1 – Constrangimento Afectuoso, caracterizado pelo elevado cuidar (0.5323) e pela elevada protecção associada a uma baixa autonomia (-0.91873); Grupo 2 – Controlo Afectivo, verifica-se um reduzido cuidar (-0.66206) e uma elevada protecção observada através de uma forte negação da autonomia psicológica (1.5756); Grupo 3 – Parentalidade Óptima, observa-se um elevado cuidar (0.3732) e uma baixa protecção relacionada com uma elevada autonomia (0.6954); Grupo 4 – Parentalidade Negligente, devido a um baixo cuidar (-1.5062) e uma baixa protecção observada pela elevada autonomia psicológica concedida (pelo valor negativo (-0.76079) obtido na dimensão negação da autonomia psicológica).

Dos resultados finais obtidos foi possível verificar que a maioria dos participantes da nossa amostra (44%) percepciona as suas mães como tendo sido cuidadoras e empáticas nos cuidados prestados, ao mesmo tempo que incentivavam os seus comportamentos de autonomia. Deste modo, integram a sua Ligação emocional precoce com a mãe num estilo de «Parentalidade Óptima». Não obstante, 40% caracteriza a Ligação emocional que estabeleceu com a mãe nos primeiros dezasseis anos de vida, num estilo «Constrangimento Afectuoso». Apenas, 12.6% e 2.6% enquadram a ligação com mãe num estilo «Controlo Afectivo» e «Parentalidade Negligente», respectivamente.

Quando cruzamos os dados obtidos através da análise por grupos com a variável sexo, verificamos que a maioria das mulheres considera ter tido um estilo de

«Parentalidade Óptima» na relação com a mãe (42%), enquanto que 40% percepciona ter tido um estilo de ligação com a mãe caracterizado pelo «Constrangimento Afectivo».

No mesmo sentido, a maioria dos homens considera ter tido um estilo de «Parentalidade Óptima» na relação com a mãe (48%), enquanto 41% percepciona um estilo de ligação caracterizado pelo «Constrangimento Afectivo».

Relativamente à Ligação formada com a figura paterna nos primeiros dezasseis de vida verifica-se que a maioria dos participantes considera ter tido um estilo de «Parentalidade Óptima» (39%). Não obstante, verifica-se que 31% dos participantes percepcionaram um estilo de ligação caracterizado por uma parentalidade do tipo «Constrangimento Afectuoso»; 14% considera ter vivido um estilo de ligação «Negligente». Enquanto que apenas 13% dos participantes percepciona um estilo de ligação com a figura paterna assente no «Controlo Afectivo».

Por último, se atendermos à variável sexo verificamos que maioritariamente são os homens que percepcionam um estilo de ligação paterna do tipo «Constrangimento Afectivo» (37%), em relação a 27% das mulheres. Em oposição, são maioritariamente as mulheres que percepcionam um estilo de ligação paterna caracterizada por uma «Parentalidade Óptima» (49%), quando comparado a 27% dos homens. Por último, são também os inquiridos homens que maioritariamente percepcionam ter tido um tipo de «Parentalidade Negligente» (22%), quando comparado a apenas 8% de mulheres que efectuem a mesma observação.

DISCUSSÃO e CONCLUSÃO

Ao recordar o que anteriormente foi proposto, considera-se que a presente investigação tem por âmbito descrever e explorar a percepção dos inquiridos relativamente às atitudes e comportamentos desenvolvidos pelas figuras materna e paterna, caracterizadoras de um determinado estilo de ligação afectiva, essencial para a formação de um espaço emocional de vinculação (pais ↔ filhos).

Neste sentido, o processo de operacionalização da referida questão de investigação fez-se por recurso ao *Parental Bonding Instrument* (PBI), sendo o *objectivo principal em estudo a sua adaptação, fazendo uso de um procedimento de análise factorial exploratória*.

Os resultados obtidos a partir da análise factorial exploratória (com rotação varimax) efectuada ao *Parental Bonding Instrument*, permitiu-nos construir uma escala cuja consistência interna aponta para um elevado coeficiente, indicador da pertinência do instrumento.

Em concordância com o sucedido em algumas investigações anteriores (Murphy, Brewin & Silka, 1997), levadas a cabo por diversos autores, verificou-se no presente estudo que a análise factorial realizada ao modelo de dois factores identificados pela escala original (Parker, Tupling & Brown, 1979), explica de modo insuficiente a variabilidade total das variáveis nos factores (sub-escala referente à figura paterna explica 19.5% da variância e na sub-escala relativa ao materno esclarece 12.8% da variância).

De acordo com as possibilidades apresentadas, a partir da análise da variância explicada, foi possível extrair cinco factores ou dimensões para a sub-escala referente à mãe e três factores ou dimensões para a sub-escala relativa ao pai

(explicando 61% e 56% da variância, respectivamente). A escala total apresenta um índice de validade de 0.81, segundo o alfa de Cronbach.

Assim, para a sub-escala relativa à figura materna foi possível sistematizar cinco dimensões que caracterizam o tipo de ligação afectiva criada na relação mãe – filho, sendo estas: Cuidar Contingente; Negação da Autonomia Psicológica; Autonomia Instrumental; Cuidar Negligente e Comunicação Negativa ou Disfuncional. Ao contrário do sucedido na escala original, da qual faz parte um modelo de dois factores para ambas as sub-escalas relativas à percepção da ligação afectiva com a figura materna e paterna.

Não obstante, as dimensões emergentes na sub-escala referente ao materno aproximam-se em certa medida dos factores formulados pelo estudo original (Parker, Tupling & Brown, 1979), uma vez que os itens misturaram-se de forma semelhante pelos factores. No entanto, a razão pela qual, na presente investigação, se registam um maior número de dimensões tem que ver com a subdivisão das dimensões originalmente definidas.

Veja-se que, as duas dimensões designadas no presente estudo por *Negação da Autonomia Psicológica* e *Autonomia Instrumental* resultam, respectivamente, do agrupamento dos itens negativos e positivos que compõem o factor *Hiper-Protecção* da escala original, em duas dimensões independentes. Do mesmo modo, a dimensão *Cuidar* conceptualizada por Parker, Tupling, e Brown (1979) proporcionou a formação de uma dimensão, que se designou de *Cuidar Contingente*, da qual fazem parte os itens positivos e uma outra denominada de *Cuidar Negligente*, que integra os itens negativos que compõem a referida dimensão na versão original.

Existiu ainda espaço para a criação de uma nova dimensão, que resulta da união de dois itens da dimensão *Cuidar* à qual se chamou de *Comunicação Negativa ou Disfuncional*.

Na sub-escala referente à relação afectiva estabelecida com a figura paterna encontrou-se três factores ou dimensões, em oposição às duas dimensões definidas na escala original. Na presente investigação, a dimensão *Cuidar* integra os mesmos itens da dimensão *Care*, mantendo-se fiel à configuração da escala inicial.

Todavia a dimensão originalmente definida por *Hiper-Protecção* foi dividida em duas dimensões – denominadas de *Negação da Autonomia Psicológica* e *Autonomia Instrumental* – a primeira contendo os itens negativos e a segunda os itens positivos da escala inicial.

Uma vez efectuada a análise factorial exploratória, a primeira questão que se colocou e, para a qual se procurou encontrar um entendimento, foi a subdivisão das dimensões inicialmente construídas na investigação original, em 3 e 5 factores ou dimensões que dizem respeito às duas sub-escalas (referentes à relação com o pai e com a mãe) respectivamente, reestruturadas no presente estudo.

Antes de prosseguirmos atentamente, convém ressaltar que faria sentido a realização concomitante de uma análise factorial exploratória e confirmatória, pelo que nos detivemos apenas na execução da primeira uma vez que – no contexto de um estudo preliminar, como visa ser o propósito desta investigação, integrada por sua vez no âmbito de projecto de investigação de maior amplitude – procurou-se num primeiro momento perceber as correlações observadas entre variáveis originais, estimando quais as características comuns que ligam os factores latentes às variáveis, ou seja, perceber quais os factores emergentes, ao invés de confirmar exclusivamente se a estrutura factorial é idêntica à original.

Retomando o que foi dito no parágrafo anterior, estes resultados analisados à luz das investigações desenvolvidas com base no *Parental Bonding Instrument* confirmam uma discordância comumente partilhada sobre qual será o modelo – de dois ou três factores – de maior adequação na mensuração do referido instrumento

(Cox, Enns & Clara, 2000; Murphy, Brewin & Silka, 1997; Parker, 1990; Sato, Narita, Hirano, Kusunoki, Sakado & Uehara, 1999). Considera-se então que o factor originalmente denominado por *Overprotection* poderá ser melhor definido, se dividido em dois factores independentes, ou seja, uma melhor validade dos factores associados aos comportamentos de ligação/protecção será obtido através do uso de três factores. A comprovar esta posição estão alguns estudos de referência sob a qual faremos menção de seguida.

No estudo desenvolvido junto de uma amostra de estudantes, Murphy et al. (1997) descobriu que o modelo de três factores poderia ser mais vantajoso, na medida em que garante uma maior discriminação das diferenças no grupo e promove um melhor entendimento das diferentes qualidades inerente à dimensão *Overprotection*. Os factores identificados foram denominados do seguinte modo: «Cuidar»; «Negação da Autonomia Psicológica» e «Encorajamento do Comportamento de Liberdade».

Kendler, Sham e MacLean (1997) extraíram um modelo de três factores, – a partir da versão reduzida (de 16 itens) do *Parental Bonding Instrument* – no seu estudo desenvolvido junto de famílias com filhos gémeos (N = 828), a qual denominaram de: (1) Calor (associado ao factor «Cuidar»); (2) Protecção e (3) Autoritarismo. Das duas últimas dimensões verificou-se que o factor relativo à «Protecção» reflecte um estilo de parentalidade controladora e hiper-protectora, enquanto que o factor «Autoritarismo» diz respeito à avaliação de um estilo de parentalidade que encoraja ou enfraquece a capacidade de autonomia dos filhos.

Para avaliar a estrutura factorial do *Parental Bonding Instrument*, Sato et al. (1999) aplicaram o referido instrumento a uma amostra de 418 adultos japoneses e verificaram que o modelo de três factores originalmente identificado por Kendler e colaboradores (1997) mostrou-se superior, quando comparado com o modelo de dois factores.

Dados provenientes de investigações que se debruçaram sobre a análise confirmatória do modelo de três factores, simultaneamente numa amostra clínica e não – clínica, constataram que o modelo factorial sugerido por Kendler e seus colaboradores (1997) apresenta uma maior robustez (Cox, Enns & Clara, 2000).

Do mesmo modo, Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa e Nestadt (2002) reconheceram três factores, através da análise dos componentes principais com rotação varimax, extraídos a partir das respostas de 742 participantes americanos aos 25 itens do *Parental Bonding Instrument*. Aos três factores que compõem as duas sub-escalas (relativas à mãe e ao pai) foram atribuídas as seguintes designações: (1) Cuidar; (2) Comportamento Restritivo e (3) Negação da Autonomia Psicológica.

Não obstante, existe um conjunto de outros estudos que ao (re)examinarem a estruturação factorial conforme definida na escala original, concluíram que o modelo de dois factores apresenta uma elevada consistência interna e propriedades psicométricas válidas (Arrindell, Hanewald & Kolk, 1989; Kazarian, Baker, & Helmes, 1987).

Assim, tal como já tínhamos afirmado anteriormente, o modelo de três factores nomeadamente o modelo conceptualizado por Kendler et al. (1997), parece explicar a presença de dois factores associados à dimensão originalmente definida por *Overprotection*.

Deste modo, os dados que obtivemos da análise factorial realizada à sub-escala caracterizadora da ligação afectiva com a figura paterna vão no sentido dos resultados alcançados nas referidas investigações, que assumem a assunção do modelo dos três factores (Cox, Enns & Clara, 2000; Kendler, Sham & MacLean, 1997; Murphy, Brewin & Silka, 1997; Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa & Nestadt, 2002; Sato, Narita, Hirano; Kusunoki, Sakado & Uehara, 1999).

Efectivamente, os 12 itens que constituem a dimensão *Cuidar* correspondem exactamente à escala *Care* [Cuidar] tal como definida no estudo original e por esse motivo manteve-se a mesma designação. Enquanto que a denominação atribuída aos 7 itens, que compõem a dimensão *Negação da Autonomia Psicológica*, foi inicialmente formulada por Murphy, Brewin e Silka (1997) e usada posteriormente por Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa e Nestadt (2002).

Todavia, a dimensão composta por 5 itens, a qual se designou de *Autonomia Instrumental*, embora seja equivalente à dimensão *Comportamento Restritivo* definido por Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa e Nestadt (2002), por integrarem os mesmos itens, não obteve a mesma denominação por considerar-se que os conteúdos referentes às afirmações que compõem os itens dizem respeito ao encorajamento parental de comportamentos de autonomia e liberdade e não tanto com a restrictividade comportamental.

Quanto aos cinco factores extraídos da análise factorial realizada à sub-escala caracterizadora da ligação afectiva com a figura materna, parece-nos difícil encontrar uma justificação para o elevado número de factores criados, uma vez que a maioria das investigações referidas sugere apenas o modelo de três factores, sendo este o usual para ambas as sub-escalas. No entanto, pode-se pensar que uma das hipóteses explicativas para o sucedido seja a dimensão da amostra, ou seja, se o número de participantes que compõem a amostra fosse superior, provavelmente teríamos todas as células de resposta preenchidas, podendo assim alcançar resultados de maior validade.

Outra explicação poderá estar relacionada com a percepção que os inquiridos têm dos comportamentos e atitudes levados a cabo pelas suas mães. Por outras palavras, o modo como percebem as atitudes e comportamentos das mães distancia-se do modo como percebem as atitudes e comportamentos dos pais, parecendo que na ligação afectiva com a mãe é fraccionado um conjunto de dimensões sujeitas a

análise separadamente. Eventualmente existe um maior número de contactos e interações, em diferentes contextos (a mãe estará possivelmente mais presente, e num leque mais variado de interações), o que potencia uma maior discriminação do sujeito face aos aspectos relacionados com a mãe, conduzindo ao aparecimento de mais factores.

Este aspecto poderá advir de diferenças de ordem cultural, que organizam de modo diferente o papel de mãe ou de pai, e que limitam o desempenho individualizado dessas funções – isto resulta numa representação social diferenciada, e num condicionamento do desempenho individualizado devido às pressões existentes, mas também condiciona as percepções que os filhos realizam face ao desempenho dos pais, ou seja, o estereótipo social influenciará tanto o desempenho do progenitor (a sua representação do que é ser pai ou mãe), como a percepção do filho (como é que deve ser o comportamento característico de um pai ou de uma mãe). As representações sociais e a pressão para estar de acordo com o normativo social poderão levar a que o adulto também responda de acordo com uma desejabilidade social, ou seja, responda de acordo com “aquilo que um pai/mãe deve ser” e não de acordo com a sua percepção individual.

Estes factores estão intimamente relacionados com especificidades culturais e sociais da população observada, influenciando o modo como se organiza a estrutura factorial do questionário para essa população. Este aspecto já havia sido comentado por Masayo, Tanaka, Shono e Kitamura (2006), no que diz respeito à população japonesa, tendo encontrado um modelo de quatro factores, e para a qual realçaram as diferenças existentes ao nível dos papéis parentais definidos socialmente, destacando a importância da cultura.

À semelhança do ocorrido na sub-escala referente ao pai, foi atribuída a designação de *Negação da Autonomia Psicológica*, aos sete itens que compõem a mesma dimensão na sub-escala materna. O mesmo sucedeu para a dimensão

Autonomia Instrumental, que recebeu a mesma denominação em ambas as sub-escalas. As dimensões *Cuidar Contingente* e *Cuidar Negligente* receberam esta designação, por dizerem respeito aos itens positivos e negativos da dimensão *Care* definidos pela escala original.

A dimensão por nós denominada de *Comunicação Negativa ou Disfuncional* é composta por dois itens de posição negativa que originalmente fazia parte da dimensão *Care*.

Ambas as sub-escalas apresentam coeficientes elevados que destacam a pertinência do instrumento. A sub-escala paterna apresenta um coeficiente de 0.92 para a dimensão *Cuidar*, 0.72 para a dimensão *Negação da Autonomia Psicológica* e por último 0.83 para a dimensão *Autonomia Instrumental*.

A sub-escala materna apresenta um coeficiente de 0.80 para a dimensão *Negação da Autonomia Psicológica*, 0.85 para a dimensão *Cuidar Contingente*, 0.85 para a dimensão *Autonomia Instrumental*, 0.70 relativamente à dimensão *Cuidar Negligente* e 0.61 face à dimensão *Comunicação Negativa ou Disfuncional*. Verifica-se que as duas últimas dimensões apresentam uma consistência interna relativamente inferior embora dentro dos valores de referência limite em psicometria, que é de 0.60. Porventura esses valores de referência dizem respeito a dimensões com mais itens, sendo que, para dimensões com 3 ou 4 itens (como é o caso das duas últimas dimensões que estamos a tratar) um valor de 0.55 é aceitável (Maroco & Garcia-Marques, 2006).

Muito embora não seja possível efectuar uma comparação directa com os coeficientes de consistência interna obtidos por Parker, Tupling, e Brown (1979), pelo facto das dimensões, que caracterizam cada sub-escala do presente estudo, não serem idênticas às extraídas no estudo original. A verdade é que será possível analisar a consistência interna de (0.93) na dimensão *Cuidar* da sub-escala paterna – por manter-se fiel à escala inicial – verificando que esta apresenta um valor superior

ao registado na dimensão *Care* relativa às duas figuras parentais (0.88) no estudo original.

Finalizada esta primeira parte dedicada à discussão dos factores extraídos da análise factorial, iremos de seguida centrar a atenção nos resultados obtidos pela amostra em estudo, nas várias dimensões que compõem a escala (re) construída, respondendo deste modo ao segundo objectivo da investigação – Qual o estilo de Ligação emocional percebido com maior frequência para o pai e para a mãe?

Antes de atendermos à questão formulada, fará sentido referir que a reestruturação da escala, a partir da análise factorial realizada, impossibilitou-nos de utilizar os scores totais encontrados na escala original, pelo que nos centramos na média dos scores obtidos (através da análise factorial) para as dimensões de cada escala (materna e paterna). Para dar resposta a esta questão atendemos à análise descritiva dos resultados obtidos em diferentes itens, dada a dificuldade em assumir um valor de corte, a partir da média dos scores, devido à elevada variabilidade encontrada na amostra (pela observação dos desvios-padrão).

Ao analisarmos as respostas concedidas pelos participantes aos itens relativos à dimensão *Cuidar* (referente à sub-escala paterna), observa-se que a maioria dos inquiridos percepção no seu pai atitudes e comportamentos indicadores da existência de uma ligação afectiva e empática nos primeiros 16 anos de vida.

Embora o valor médio de resposta, para os itens de valência tanto positiva como negativa caracterizadores do tipo de cuidado prestado pela figura paterna, se situe a um nível intermédio da escala, onde a posição assumida sugere alguma ambivalência face às afirmações colocadas (que compõem a dimensão *cuidar*). Quando se atende à globalidade dos resultados obtidos, percebe-se que a maioria dos inquiridos, de

ambos os géneros, encontra no pai características de afeição, afecto e suporte emocional.

Ao compararmos os resultados obtidos, a partir da média dos scores, extraídos da análise factorial, para a dimensão Cuidar com as variáveis sócio-demográficas verificamos que os efeitos da idade, estado civil, profissão, habilitações literárias não são estatisticamente significativos, ao contrário da variável sexo, que apresenta significância.

Ao apreciarmos os resultados alcançadas na dimensão relativa à *Negação da Autonomia Psicológica*, percebe-se que a maioria dos inquiridos discorda das afirmações que possam remeter para a existência de uma ligação afectiva de dependência com a figura paterna.

No entanto, se o nível de autonomia é medido pela percepção do controlo dirigido pelo pai, verifica-se então que a maioria das repostas, embora discordantes face a esse facto, apresentam alguma ambivalência. Veja-se que, a maioria dos participantes refere discordar apenas moderadamente da afirmação referente ao controlo paterno percebido. Mas se compararmos os restantes resultados obtidos nesta questão, verificamos que a percentagem de inquiridos que considera que o pai controlava tudo o que faziam é inferior ao número de inquiridos que nega totalmente a percepção desse controlo.

Observamos também que a percepção das mulheres e dos homens face às afirmações que compõem a referida dimensão é similar, convergindo no mesmo sentido das respostas dadas pela maioria dos participantes, o que sugere a existência de uma ligação afectiva com a figura paterna promotora do processo de autonomia.

Da comparação entre as variáveis sócio-demográficas e os scores médios obtidos na análise factorial para a dimensão *Negação da Autonomia Psicológica*, identificou-se que a idade, a profissão, habilitações literárias têm um efeito estatisticamente

significativo, enquanto que o estado civil e o sexo não apresentam significância. Podemos colocar a hipótese que a progressão académica e profissional possa estar relacionada com a autonomia concedida ao sujeito; por outro lado as variações relacionadas com a idade poderão dever-se às mudanças ocorridas a nível social nos anos mais recentes.

Enquanto que a dimensão anteriormente tratada está directamente relacionada com o significado psicológico atribuído ao processo de autonomia, a dimensão que se segue aborda novamente a temática da autonomia mas desta vez com a ênfase colocada nos aspectos comportamentais.

Deste modo, quando se questiona os participantes relativamente à percepção da *autonomia instrumental* concedida pela figura paterna, verifica-se que as respostas obtidas divergem, consoante os itens digam directamente respeito à avaliação da liberdade comportamental ou do poder de decisão atribuído. Por outras palavras, sublinha-se que estes dois pólos – liberdade comportamental e poder de decisão – de uma mesma dimensão, são percebidos pela maioria dos inquiridos como duas realidades – que embora façam parte do processo de autonomia – a analisar distintamente na ligação afectiva com a figura paterna.

Neste sentido verifica-se que a maioria dos participantes considera que o pai lhes possibilitou o exercício da sua capacidade de decisão.

Considerando a variável sexo verifica-se que esta tem um efeito estatisticamente significativo na dimensão autonomia instrumental.

Deste modo, ao cruzarmos a variável sexo com os itens referentes à percepção do poder de decisão concedido pelo pai, observa-se que a maioria dos inquiridos do sexo masculino que, considera ter tido autonomia para tomar as suas próprias decisões é superior, à maioria das inquiridas que usufrui da mesma opinião.

Todavia no que se refere à percepção da liberdade instrumental percebida, verifica-se que a maioria dos inquiridos considera que não lhes foi concedida a liberdade pretendida, nem dada a possibilidade de saírem quando desejassem.

A percentagem de mulheres que percebe a atribuição de uma menor liberdade é superior à maioria dos homens que considera não ter tido a liberdade desejada.

A divergência encontrada no modo como ambos os géneros percebem a liberdade concedida pela figura paterna, poderá ser explicada à luz dos padrões de interação socio-familiares que ocorrem num determinado país.

Em Portugal, só nas gerações relativamente mais novas se começou a observar uma maior atribuição e equivalência de liberdade entre ambos os géneros por parte dos pais, nomeadamente no que diz respeito a um conjunto de situações como as saídas à noite, a escolha da roupa a vestir e a concepção de um poder de decisão sobre aspectos da sua própria vida, antes do alcançar da idade adulta.

Por esse motivo, duas explicações podem ser avançadas, na tentativa de entender a diferença de resultados encontrados em ambos os géneros, quanto à percepção da liberdade atribuída pela figura paterna: uma delas está relacionada com a idade média da amostra em estudo (39 anos) – que embora não se considere elevada –, quando comparada com um outro grupo etário, como a adolescência, poderá prever resultados com uma configuração diferente da apresentada. Outra explicação poderá estar relacionada com a heterogeneidade que define a própria amostra, ou seja, embora a média de idades seja de 39 anos a verdade é que temos participantes com idades muito superiores à média encontrada, sendo habitual nessas faixas etárias mais avançadas ouvir o testemunho de mulheres que, ao recordarem aspectos da sua juventude, referem ter tido pouca liberdade (muitas vezes quando comparadas a um irmão).

Efectivamente, ao interpretarmos os resultados obtidos nas três dimensões que compõem a sub-escala paterna, observa-se que a maioria das respostas dadas pelos participantes sugerem a percepção da existência de uma ligação afectiva e cuidadora com o pai nos primeiros 16 anos de vida. Se considerarmos que as duas últimas dimensões tratadas na sub-escala paterna – *Negação da Autonomia Psicológica e Autonomia Instrumental* – agrupam os itens referentes à dimensão «Overprotection» da escala original, então podemos retirar algumas conclusões sem procurar estabelecer correlações directas, já que tal não é possível devido ao aumento do número de factores no presente estudo.

Não obstante, observa-se que a maioria dos inquiridos apresenta alguma ambivalência, principalmente as participantes do sexo feminino, no que se refere à autonomia atribuída pelo pai nos primeiros 16 anos de vida. Embora no que diz respeito ao poder de decisão atribuído pelo pai, face ao qual a maioria dos inquiridos considera ter sido concedida a autonomia necessária, para tomarem decisões por si próprios.

Ainda assim, quando se analisa os resultados globais relativos ao outro pólo de autonomia – a liberdade instrumental –, verifica-se a percepção de um controlo exercido pela figura paterna face à liberdade concedida nomeadamente no que respeita ao sair.

Uma vez apresentados os resultados globalmente observados nas três dimensões que estruturam a sub-escala paterna, podemos observar à luz dos quatro quadrantes de ligação parental definidos por Parker, Tupling, e Brown (1979), que os resultados alcançados pela maioria dos inquiridos apontam para a percepção de um elevado cuidar e concomitantemente de um baixa protecção, entendida esta última pela assunção de uma maior autonomia, que vai de encontro ao quadrante definido pelos autores de «*Parentalidade Óptima*».

Através da análise de *Clusters*, realizada em função dos scores médios dos factores extraídos da análise factorial, foi possível verificar que a maioria dos

participantes da nossa amostra percebem um desempenho paterno do tipo «*Parentalidade Ótima*» (elevado cuidar, baixa protecção), seguido, de muito perto, do tipo «*Constrangimento Afectuoso*» (elevado cuidar, elevada protecção), utilizando como referência os quadrantes já mencionados por Parker, Tupling e Brown (1979).

A dominância do quadrante «*Constrangimento Afectuoso*» na amostra em estudo vem de encontro aos resultados anteriormente apresentados, que revelam a percepção – por parte da maioria dos inquiridos – de um controlo (elevada protecção) exercido pela figura paterna face à liberdade instrumental (que condiciona o processo de autonomia), que não põe em causa o elevado afecto e cuidado prestado pelo mesmo.

Quando comparamos os dados obtidos a partir da análise por *Clusters* com a variável sexo, verificamos que os resultados obtidos contrariam em certa medida o que anteriormente foi dito, ao apontarem para o facto de serem os homens, aqueles que percebem maioritariamente um estilo de parentalidade do tipo «*Constrangimento Afectivo*», enquanto que a maioria das mulheres considera ter tido na relação com o pai um tipo de «*Parentalidade Ótima*».

Ora, dado que são as mulheres, na resposta a algumas das afirmações colocadas sobre autonomia, aquelas que maioritariamente percebem um menor poder de decisão e de liberdade atribuída pelo pai (quando comparado com os homens), facilmente nos detemos na contrariedade dos resultados. No entanto, estas conclusões apresentam elevada pertinência se pensarmos que na sua origem poderão estar presentes factores de ordem cultural e de diferenciação dos papéis sociais que acarretam comportamentos distintos para homens e mulheres. Quer isto dizer que, estes resultados poderão estar relacionados com estereótipos sociais que têm que ver com uma maior rigidez e controlo – características associadas ao masculino – e que o pai tende a imprimir na relação com os filhos homens, oferecendo à ligação um cunho mais constrangedor e redutor da autonomia. Uma outra hipótese que será avançada para explicar a percepção, por parte dos homens, de uma elevada protecção paterna, prende-se com o facto deste resultado poder dever-se a um processo de

identificação homóloga, entre sujeitos do mesmo sexo, que leva o pai a procurar uma maior proximidade do filho de forma a garantir o processo de identificação deste. Por último, gostaríamos de colocar uma outra hipótese explicativa, que aparece relacionada com o número de participantes homens na amostra ($n = 68$) que é inferior ao número de participantes mulheres ($n = 81$), à qual acresce o facto da maioria dos participantes homens percepcionar um desempenho parental do tipo «*Constrangimento Afectuoso*», ficando as restantes células de resposta referentes às categorias formadas, a partir da análise por *Clusters*, com um número reduzido de participantes, ou seja, a distribuição dos inquiridos homens não é equitativa pelas várias categorias de resposta.

Na fase seguinte, iremos proceder à análise dos resultados obtidos na sub-escala relativa às atitudes e os comportamentos maternos que caracterizaram a ligação afectiva percepcionada pelos filhos nos primeiros 16 anos de vida.

Ao avaliarmos os resultados obtidos em relação à dimensão *Negação da Autonomia Psicológica* percebida, observou-se que a maioria dos inquiridos discordam das afirmações que sugerem a percepção de um estado de dependência face à figura materna.

Estes resultados vão no sentido daqueles que obtivemos para a mesma dimensão mas no que respeita à figura paterna. No entanto quando a autonomia é operacionalizada através da questão relativa ao controlo – “tentava controlar tudo aquilo que eu fazia” (cf. Item 34 ou 9) – verifica-se, do mesmo modo, que as respostas obtidas suscitam alguma divergência entre os participantes em ambas as sub-escalas (materna/paterna).

No entanto, a maioria dos participantes que discorda da afirmação relativa ao controlo exercido pela mãe é ligeiramente superior, à maioria que considera ter

havido um elevado controlo por parte da mãe em relação a tudo aquilo quanto se dispunham fazer nos primeiros 16 anos de vida.

No mesmo sentido, as opiniões dividem-se, quando se pergunta aos inquiridos se percebem a mãe como sendo hiper protectora. Embora a maioria pareça discordar desta afirmação, sublinha-se que uma percentagem aproximada de participantes caracteriza a mãe como sendo hiper protectora (cf. Item 48).

Da análise inferencial realizada a partir dos scores médios obtido, através da análise factorial, para a dimensão *negação da autonomia instrumental* foi possível verificar que nenhuma variável sócio-demográfica se apresenta estatisticamente significativa.

Ainda no mesmo plano, quando falamos de *Autonomia Instrumental* mas desta feita no sentido comportamental, os resultados obtidos vão de encontro aos referenciados anteriormente e por sua vez aos apresentados na mesma dimensão relativa à sub-escala paterna.

Por outras palavras, quando a dimensão *autonomia instrumental* é pensada tendo por base a percepção do poder de decisão ou, por extensão à dimensão anterior, o estado de independência atribuído pela mãe, verifica-se, tal como previamente, que a maioria dos inquiridos considera que lhe foi facultada pela figura materna a autonomia necessária para decidir as coisas por si próprio.

Porém, se a autonomia for percebida através do controlo que é feito da liberdade atribuída, verifica-se que a maioria dos inquiridos que discorda da afirmação: “Deu-me tanta liberdade quanto eu queria” (cf. Item 46) é ligeiramente superior, aqueles que percebem ter tido a liberdade desejada por parte da mãe.

Contrariamente, no que respeita ao modo de vestir verifica-se, que a maioria dos inquiridos considera que lhes foi concedida liberdade para escolherem a roupa que queriam, por parte da figura materna.

Ao compararmos os resultados obtidos entre as sub-escalas materna e paterna (à exceção do item 25 ou 50 que na sub-escala paterna foi retirada pelo baixo valor factorial), sublinha-se que a maioria dos inquiridos percepção a ligação afectiva com ambas as figuras parentais como um factor impulsionador do processo de autonomia, principalmente no que respeita ao desenvolvimento da capacidade de decisão. Todavia, quando a autonomia é percebida através da liberdade atribuída, nomeadamente para sair, verifica-se então que a maioria dos inquiridos percebe algum controlo por parte de ambos os pais.

Apenas a idade e o sexo influenciam a percepção dos adultos em relação às atitudes maternas, que isto dizer que as diferenças observadas na referida dimensão relativamente a estas duas variáveis são estatisticamente significativas.

Da correlação da variável género com os resultados obtidos na dimensão relativa à autonomia instrumental é possível salientar que a maioria das mulheres considera não ter tido a liberdade desejada por parte da figura materna, enquanto que a maioria dos homens apresenta uma posição oposta.

Quando se atravessa o pólo *Protecção*, que tem que ver com o controlo parental percebido no sentido de encorajar o desenvolvimento do processo de autonomia, será para nos aproximarmos de uma outra vertente da ligação a qual se denominou de, *Cuidar Contingente*, entendido como a capacidade parental para prestar suporte emocional, e sobre o qual nos debruçaremos. Deste modo, verificou-se que a maioria dos inquiridos percepção competências empáticas na mãe, tais como a capacidade em compreender as suas preocupações e ser contingente face aos problemas apresentados. No mesmo sentido, a maioria dos participantes percebeu na ligação com a mãe características de afectividade (como o tom de voz calmo e caloroso e sorriso frequente) nos primeiros 16 anos de vida, que não foram tão evidentes quando percebidas no pai (as primeiras respostas situaram-se ao nível do concordo moderadamente para o pai e no concordo totalmente para a mãe).

O efeito das variáveis sócio-demográficas na dimensão cuidar contingente não é estatisticamente significativo. De acordo com Masayo, Tanaka, Shono e Kitamura (2006), este resultado pode ser explicado pelo facto da dimensão cuidar ser menos influenciada por aspectos de ordem social, e resultar de características inerentes à relação mãe-filho.

Ao abordar-se os resultados obtidos na dimensão *Cuidar Negligente* relativa à sub-escala materna, estamos a fazer referência aos itens de valência negativa que compõem a dimensão *Cuidar*, tanto na sub-escala paterna como na escala original.

Neste sentido, os resultados obtidos mostraram que a maioria dos participantes discorda totalmente das afirmações que sugerem a existência de um cuidar negligente por parte da figura materna.

Numa análise comparativa entre sub-escalas, verificou-se que as respostas observadas tanto no que diz respeito à figura materna como paterna vão no mesmo sentido, ou seja, observa-se um valor médio de resposta aos respectivos itens, que assinala a percepção da existência de uma relação cuidadora com ambos os pais.

Da análise inferencial realizada foi possível comparar os scores médios obtidos, a partir da análise factorial, para a dimensão *cuidar negligente* com as variáveis sócio-demográficas, identificando resultados significativos para as variáveis idade, profissão e habilitações literárias. Podemos estabelecer uma conjectura de valor especulativo tendo por base estes resultados, salientando que os sujeitos com maiores níveis de diferenciação (profissional e académica) tenderão a adoptar uma percepção mais minuciosa sobre os comportamentos parentais, e desse modo poderão identificar com maior acutilância as falhas existentes na prestação de cuidados pela mãe.

Da sub-escala relativa à figura materna faz ainda parte uma última dimensão denominada de *Comunicação Negativa ou Disfuncional*, que contém dois itens de valência negativa originalmente pertencentes à dimensão cuidar.

Na sub-escala materna estes itens alcançaram uma carga factorial elevada, razão pela qual se formou uma dimensão independente, apontando para resultados que sugerem uma discordância face às afirmações apresentadas, ou seja, a maioria dos inquiridos considera que a mãe falava e conseguia compreender as suas necessidades nos primeiros 16 anos de vida. Por último, a expressão destes itens na sub-escala paterna é equivalente ao observado na sub-escala materna.

Mais uma vez o efeito das variáveis sócio-demográficas na dimensão não é estatisticamente significativo, provavelmente por características intrínsecas do modelo comunicacional interiorizado na relação intersubjectiva com a mãe, que se mostra independente de outras variáveis culturais.

Da análise de grupos ou *Clusters* efectuada às cinco dimensões que compõem a sub-escala materna, podemos dizer que de um modo geral os resultados obtidos pela maioria dos participantes parecem sugerir a presença de uma «*Parentalidade Óptima*» (elevado cuidar, baixa protecção), logo seguida de uma modalidade parental do tipo «*Constrangimento Afectuoso*» (elevado cuidar, elevada protecção) (Parker, Tupling, & Brown, 1979). Para explicar esta última afirmação, estão os resultados obtidos pela maioria dos inquiridos que percepção a existência de uma ligação segura e cuidadora com a figura materna no decurso dos primeiros 16 anos de vida.

No mesmo sentido, a globalidade dos resultados alcançados parecem apontar para um nível de protecção relativamente baixo, na medida em que a maioria dos participantes percepção atitudes e comportamentos maternos, que influenciaram positivamente o seu processo de autonomia numa fase charneira do desenvolvimento.

Embora a maioria dos inquiridos percepção algum controlo relativamente à liberdade percebida, nomeadamente no que diz respeito às saídas, não convém

descurar o facto de estarmos a falar dos primeiros 16 anos de vida, onde a permissividade parental face a uma maior liberdade ainda é reduzida. E se atendermos à média de idade da amostra (34 anos), percebemos que a maioria dos inquiridos não usufruiu da mesma liberdade que as gerações actuais.

Em síntese, podemos dizer que o modo como a maioria dos participantes percebe as duas dimensões – *Cuidar e Protecção* – que caracterizam o tipo de ligação afectiva, segundo definido por Parker, Tupling, e Brown (1979), estabelecida com as figuras materna e paterna parece inscrever-se num mesmo quadrante denominado de «*Parentalidade Óptima*». Do mesmo modo, para ambas as figuras materna e paterna, verificou-se que o segundo quadrante, com maior percentagem de inquiridos, diz respeito a um estilo de parentalidade do tipo «*Constrangimento Afectivo*».

Em conclusão, da avaliação da percepção individual de cada inquirido em relação às dimensões, que compõem ambas as sub-escalas relativas quer à figura materna quer à figura paterna podemos dizer que, de um modo geral, os resultados obtidos vão no sentido das conclusões alcançadas pela literatura no que respeita a amostras não-clínicas (Barrett & Holmes, 2001; Cox, Enns, & Clara, 2000; Parker, Tupling, & Brown, 1979), uma vez que a maioria das investigações que se dedicaram ao estudo de amostras clínicas, com psicopatologia diagnosticada, encontraram resultados que apontam para a presença de estilos de parentalidade assentes no controlo afectivo, que pressupõe a descrição das figuras parentais como sendo menos cuidadores e mais hiper-protectoras (Favaretto, Torresani, & Zimmermann, 2001; Reti, Samuels, Eaton, Bienvenu, Costa, & Nestadt, 2002; Willinger, Heiden, Meszaros, Formann, & Aschauer, 2002).

As diferenças observadas ao nível da organização factorial entre o nosso estudo e a escala original resultarão de especificidades culturais e poderão inclusive estar

relacionadas com modificações ao nível dos padrões de parentalidade verificadas nos últimos anos – devemos aqui salientar que o estudo original tem data de publicação de 1979, existindo uma diferença superior a 25 anos entre os dois estudos.

Assim, poderemos estar perante uma modificação sugerida pelas diferenças das representações culturais e sociais, mas podemos igualmente observar uma modificação na forma de pensar a parentalidade e de pensar sobre as representações da parentalidade.

Um outro ponto que merece a nossa menção prende-se com o facto destas diferenças não resultarem da interferência de idiosincrasias induzidas por determinado grupo psicopatológico, ou seja, a diferença não resulta de uma deliberada diferença de amostragem, pois procurámos obter uma amostra de tipo normativo – não foram incluídos participantes que apresentassem um historial clínico de doença psiquiátrica. Deste modo as diferenças não deverão reflectir distorções iatrogénicas das práticas selectivas empregues, mas antes ser reflexo de características inerentes a uma amostra normativa distinta daquela utilizada no estudo original – a amostra portuguesa recolhida em 2006 está contextualizada de modo amplamente diferente da amostra original (australiana em 1979).

Parece-nos importante realçar que as conclusões apresentadas na presente investigação fizeram pensar no seguinte aspecto: Não obstante a maioria dos inquiridos manifeste uma tendência para percepcionar um estilo de «*Parentalidade Óptima*» e do tipo «*Constrangimento Afectuoso*» na ligação com as figuras parentais, convém ressaltar que este é um questionário auto-administrado e como tal existem determinados aspectos associados ao modo de funcionamento psicológico e ao recurso que se faz dos mecanismos defensivos para fazer face a determinadas vivências psíquicas, que não é passível de ser controlado num questionário desta natureza (por exemplo, fenómenos de agradabilidade social, idealização das figuras parentais, distorção da percepção ou da representação).

Neste sentido, ao desenvolverem uma investigação centrada na avaliação dos instrumentos de medida dos estilos de vinculação, Manassis, Owens, Adam, West, Adrienne, e Sheldon-Keller (1999) realçaram a validade do *Parental Bonding Instrument*, mas alertaram para a necessidade de controlar o seu uso, principalmente em amostras clínicas, onde parece existir uma tendência para a presença de estilos de parentalidade negligentes. Nestas situações clínicas poderão surgir enviesamentos de diversa ordem, nomeadamente os já referidos fenómenos de distorção da resposta (assentes em idealizações ou outras falhas na representação mental).

Por esse motivo a recolha de informação sobre a percepção do estilo de ligação, estabelecido com ambas as figuras parentais, poderá estar sob influência de fenómenos psíquicos de idealização ou elevada zanga, que não serão detectados na análise das respostas ao *Parental Bonding Instrument*. Deste modo, Manassis, Owens, Adam, West, Adrienne, e Sheldon-Keller (1999) sugerem que o referido instrumento deverá ser aplicado em conjunto com um outro, nomeadamente a *Adult Attachment Interview*, que possa atender a esta limitação, sobretudo junto de populações clínicas.

Outro aspecto que poderá desencadear algum estado de ambivalência no momento de responder, será o facto de pedirmos aos inquiridos para avaliarem o estilo de parentalidade percebido, num período tão extenso como são os 16 primeiros anos de vida, que integram *per si* fases cruciais do desenvolvimento como a infância e o início da adolescência.

No entanto, Parker (2006) assume a seguinte assunção relativamente ao enunciado: “(...) the scale reflects a moment, or product of innumerable specific experiences over time” e acrescenta que “(...) while overprotective parents might manifest quite specific and different overprotective behaviours during differing phases of their child’s development, they maintain a general pattern of overprotectiveness.” (p.12).

De entre os vários elementos focados ao longo da discussão dos resultados, existiram alguns aspectos de carácter metodológico que podemos colocar em questão, devido ao facto de terem introduzido alguns limites ao desenrolar da investigação.

Como tivemos oportunidade de referir, pelo facto do número de inquiridos não se distribuir equitativamente pelas várias categorias de resposta que compõem cada uma das variáveis, poder-se-á questionar se os resultados obtidos permitem descrever e compreender com exactidão o modo como estas variáveis se traduzem na percepção dos adultos face às atitudes e comportamentos parentais. Deste modo, parece-nos importante que em futuras investigações, se dê relevo ao alargamento do número de participantes que integram o estudo.

Do mesmo modo seria benéfico continuar o trabalho de adaptação deste instrumento a outras populações – nomeadamente a sua realização concomitante em amostras clínicas e não-clínicas – cuja importância é evidente não só ao nível da investigação como também da prática clínica.

Salientamos um aspecto também já referenciado e que poderá ter condicionado as respostas dadas pelos inquiridos. O modo como estavam formulados os itens, pela negativa, poderá ter gerado alguma ambiguidade no momento do seu preenchimento.

Por último, consideramos um outro aspecto que contribuiu para que não pudéssemos avaliar, em toda a extensão, o conceito de ligação tal como preconizado pelos autores (Parker, Tupling, & Brown, 1979). Esse aspecto prende-se com a análise factorial realizada, que motivou a extracção de três e cinco factores para ambas as sub-escalas paterna e materna respectivamente, impedindo o recurso aos meios de cotação definidos na escala original.

Embora possa constituir uma limitação para quem vai analisar os resultados, por outro lado a realização da análise factorial veio permitir um novo arranjo da escala,

com a extracção de novos factores consentâneos com as características da nossa amostra, garantindo assim uma maior validade ao instrumento.

O maior número de factores poderá igualmente resultar de uma maior discriminação e diferenciação dos diversos elementos implicados na caracterização do conceito de Ligação.

Do conceito de Ligação foram destacadas duas dimensões pelos autores do PBI – Cuidar e Protecção –, isolando desse modo as características mais pertinentes para a amostra em causa, no entanto vários estudos foram apresentando outros factores, e no nosso estudo surgiu igualmente uma maior discriminação quando comparado com o modelo original. Pensamos que isto resulta de uma precisão na abordagem do conceito de Ligação, que conduz a uma análise aprofundada – divisão nos constituintes fundamentais (com o aperfeiçoamento da metodologia podemos dizer que se começa a observar ao microscópio, aquilo que anteriormente apenas se observava com a vista desarmada), pelo que existirá uma tendência para um aumento do número de factores. Assim sendo o aumento do número de factores vem também contribuir para alargar o campo observação do conceito Ligação.

Quer isto dizer que, esta investigação teve como principal contributo a adaptação de um instrumento psicológico de avaliação, de um conceito essencial em parentalidade que é o *Bonding* o qual se traduziu por *Ligação Emocional*, para a amostra em estudo.

Para além da vantagem directamente visível de dar resposta a uma privação à muito sentida e específica a várias áreas da psicologia, nomeadamente da Psicologia da Gravidez e da Parentalidade, na qual se insere o âmbito desta investigação, que é a falta de instrumentos adaptados.

Por outro lado, acresce a vantagem, de ser uma escala auto-administrada e de aplicação rápida a uma faixa etária acima dos dezasseis anos. Veja-se que não é frequente encontrar uma escala de avaliação da Ligação Emocional, pois a maior

parte está essencialmente direccionada para o estudo da vinculação, nem obter com alguma facilidade um instrumento que seja aplicável à população acima dos dezasseis anos. A única excepção encontrada será a entrevista de avaliação da vinculação para adultos (AAI), todavia consiste num instrumento de aplicação e cotação morosa, colocando algumas limitações quando se procura realizar uma investigação com uma amostra de elevada dimensão.

Assim se recordarmos as conclusões obtidas, não podemos deixar de reconhecer que, no estudo da Ligação Emocional, a avaliação concomitante da percepção dos inquiridos relativamente às atitudes e comportamentos, quer do pai quer da mãe, caracterizadoras da ligação afectiva criada com os filhos constitui uma mais valia, uma vez que os inquiridos podem, eventualmente, perceber estilos de ligação emocional diferentes para cada figura parental. Por consequência, tipos de parentalidade distintos podem ser observados em ambos os pais. Veja-se que a maioria dos instrumentos (tipo escala) que avaliam quer a ligação emocional quer o padrão de vinculação trata em conjunto ambas as figuras parentais, partindo do pressuposto que a ligação que estabelecemos com os progenitores é idêntica.

Para além das vantagens enunciadas, e ainda que os objectivos centrais da presente investigação se tenham situado num plano relativamente afastado da intervenção psicológica, não podemos deixar de considerar que em certa medida as conclusões obtidas podem ter implicações ao nível da prática psicológica.

Num primeiro momento, as conclusões que provêm directamente da análise dos resultados obtidos pela maioria dos inquiridos podem, de algum modo, contribuir para que, com maior facilidade, seja possível distinguir aquilo que é um estilo de ligação óptimo de outras formas menos ajustadas. Esta análise assume relevância

principalmente no exercício da prática clínica psicológica, em que se impõe como fundamental a avaliação do estilo de parentalidade dominante.

Num segundo momento, se recordarmos o que anteriormente foi dito sobre a escassez de instrumentos psicológicos adaptados, percebemos que esta escala poderá constituir uma mais valia, não só ao nível da investigação empírica mas também no contexto da avaliação psicológica, nomeadamente na descrição da percepção do paciente sobre a dinâmica relacional estabelecida com ambas as figuras parentais. E por tratar-se de um instrumento auto – administrado e de aplicação rápida poderá ser de elevada pertinência o seu uso em contexto hospitalar.

Talvez por estas razões uma investigação como a que realizámos possua um impacto directo sobre a clínica – sobre a nossa e a daqueles que também se debruçam sobre as questões levantadas e investigadas aqui, bem como nos pacientes que nos consultam –, mas também um impacto indirecto – aquele que resulta da forma como trabalhos desta natureza poderão conduzir a uma melhoria ao nível da investigação e da prática clínica.

Uma última reflexão. O estudo da Ligação, e a presença em fundo do seu contraponto e complemento dialéctico, a Vinculação, permite-nos perceber que o núcleo do sujeito e das suas representações das relações está fundado nas suas primeiras experiências relacionais, sendo que as relações presentes transportam e contêm traços daquilo que é a matriz da experiência humana. Neste sentido, avaliar no presente, através de um questionário, aquilo que reporta ao passado, por vezes longínquo, das primeiras e fundadoras experiências é sobretudo avaliar a forma como o sujeito guardou dentro de si a representação desses acontecimentos e perceber como isso influi na sua estrutura psicológica e no modo como utiliza esses recursos na sua vida. À medida que a Ligação (investimento pelos progenitores) molda,

influencia e orienta a Vinculação (procura de proximidade pelo sujeito), vai também criar um modelo interno de operar, que mais tarde determinará a forma como o próprio se *liga* ao outro, à vida, ao real, numa sequência sanígena ou patológica (com eventual *Desligamento*, que também poderá ter vários graus ou formatos).

As respostas a um questionário são também uma amostragem, situada no tempo, que capta no momento restrito aquilo que pertence a um contínuo, e desse modo acede igualmente ao que é passado e simultaneamente presente – esta foi a nossa janela de observação sobre a Ligação.

Referências

- Arrindell, W. A., Hanewald, F. P., & Kolk, A. M. (1989). Cross-national constancy of dimensions of parental rearing style: the Dutch version of the Parental Bonding Instrument (PBI). *Personality Individual Difference*, 10, 949-956.
- Barrett, P. & Holmes, J. (2001). Attachment relationships as predictors of cognitive interpretation and response bias in late adolescence. *Journal of Child and Family Studies*, 10, (1), 51-64.
- Bayle, F. (2005). A Parentalidade. In I. Leal (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade* (pp. 317- 346). Lisboa: Fim de Século Edições.
- Bayle, F. (2006). *À Volta do Nascimento*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bion, W. (1962/1991). *O Aprender com a Experiência*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Bowlby, J. (1969/1984). *Apego – Volume I da Trilogia Apego e Perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1973/1984). *Separação – Angústia e Raiva – Volume II da Trilogia Apego e Perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1979). Psychoanalysis as art and science. *International Review of Psycho-Analysis*, VI (1), 3-14.

- Bowlby, J. (1980/1985). *Perda – Tristeza e Depressão – Volume III da Trilogia Apego e Perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1989/2000). *A Secure Base – Clinical Applications of Attachment Theory*. London & New York: Routledge.
- Blatt, S. (2004). *Experiences of Depression. Theoretical, Clinical and Research Perspectives*. Washington: American Psychological Association.
- Brazelton, T. & Cramer, B. (1989/2004). *A Relação mais precoce. Os pais, os bebês e a interação precoce*. Lisboa: Terramar.
- Bretherton, I. (1990). Communication Patterns, Internal Working Models and the Intergenerational Transmission of Attachment Relationships. *Infant Mental Health Journal*, 11, (3), 237-252.
- Benoit, D. & Parker, K. (1994). Stability and Transmission of Attachment across Three Generations. *Child Development*, 65, 1444-1456.
- Cabral, F. & Fleming, M. (2001). Fairbairn e Bion. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 21, 31-34.
- Coimbra Matos, A. (2004). *Saúde Mental*. Lisboa: Climepsi.
- Cox, J., B., Enns, W., M., & Clara, I. (2000). The Parental Bonding Instrument: confirmatory evidence for three-factor model in a psychiatric clinical sample and in the national comorbidity survey, *Soc. Psychiatry Epidemiology*, 35, 353-357.

- Cortesão, E. L. (1989). *Grupanálise – Teoria e Técnica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cubis, J., Lewin, T., & Dawes, F. (1989). Australian adolescents. Perceptions of their parents. *ANZJ Psychiatry*, 23, 35-47.
- Davis, M. & Wallbridge, D. (1982). *Limite e Espaço – Uma Introdução à Obra de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Dias, C. A., & Fleming, M. (1998). *A Psicanálise em Tempos de Mudança – Contribuições teóricas a partir de Bion*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fairbairn, R. (1952/2000). *Estudos Psicanalíticos da Personalidade*. Lisboa: Vega Editora.
- Favaretto, E., Torresani, S., & Zimmermann, C. (2001). Further results on reliability of the parental bonding instrument (PBI) in an Italian sample of schizophrenic patients and their parents, *Journal of Clinical Psychology*, 57, (1), 119-129.
- Fleming, M. (2003). *Dor Sem Nome – Pensar o Sofrimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- Figueiredo, B. (2005). Bonding Pais-Bebé. In I. Leal (Ed.), *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade* (pp. 287- 314). Lisboa: Fim de Século Edições.
- Fonagy, P. (1989). On tolerating mental states: Theory of mind in borderline personality. *Bulletin of the Anna Freud Centre*, 12, 91-115.

- Fonagy, P. (2000). Attachment and Borderline Personality Disorder. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 48 (4), 1129-1146.
- Fonagy, P. (2002). Attachment, the Development of the Self, and its Pathology in Personality Disorders. Consultado em 03 de Setembro de 2002 através de www.psychomedia.it
- Fonagy, P., Steele, M., Steele, H., Moran, G. S., & Higgitt, A. (1991). The Capacity for Understanding Mental States: The Reflective Self in Parent and Child and Its Significance for Security of Attachment. *Infant Mental Health Journal*, 12 (3), 201- 218.
- Grinberg, L. (1976/2001). *Teoria da Identificação*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Goldberg, S., Muir, R., & Kerr, J. (Eds.) (2000). *Attachment Theory – Social, Developmental, and Clinical Perspectives*. Hillsdale, NJ & London: The Analytic Press.
- Golse, B. (2001). *Insistir – Existir – Do Ser à Pessoa*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Golse, B. (Coordenador). (1985/2005). *O Desenvolvimento Afectivo e Intelectual da Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Gonçalves, M. J. (2006). O Bebé na Psicanálise. Da Relação de Objecto à Intersubjectividade. In P. Luzes, M. Ferraz da Costa & J. S. Diniz (Eds.), *Sigmund Freud 150 Anos Depois* (pp. 107-118). Lisboa: Fenda Edições.
- Grotstein, J. S. (1999). *O Buraco Negro*. Lisboa: Climepsi Editores.

- Guedeney, N. & Guedeney, A. (Eds.). (2004). *Vinculação – Conceitos e Aplicações*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Heider, D., Matschinger, H., Bernert, S., Vilagut, G., Martínez-Alonso, M., Dietrich, S., Angermeyer, M. & ESEMeD/MHEDEA 2000 investigators. (2005). Empirical evidence for an invariant three-factor structure of the Parental Bonding Instrument in Six European countries. *Psychiatry Research*, 135, (3), 237-247.
- Kazarian, S. Baker, B. & Helmes, E. (1987). The Parental Bonding Instrument: Factorial Structure. *British Journal Clinical Psychological*, 26, 231-232.
- Kendler, K.S., Sham, P.C., & Maclean, C. J. (1997). The determinants of parenting: an epidemiological, multi-informant, retrospective study. *Psychological Medicine*, 27, (3), 549-563.
- Lacan, J. (1966/1996). *Escritos. Jacques Lançan*. S. Paulo: Editora Perspectiva.
- Leal, I. (Ed.). (2005). *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Lebovici, S. & Stoleru, S. (1985/2004). L'interaction parent – nourrisson. *Nouveau Traité de Psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent*, 1, 319-341.
- Levy, K., Blatt, S. & Shaver, P. (1998). Attachment Styles and Parental Representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, (2), 407-419.

- Luzes, P. (2004). *Do Pensamento à Emoção – Perspectivas Psicanalíticas*. Lisboa: Fenda Edições.
- Main, M. (2000). Recent Studies in Attachment: Overview, with selected implications for clinical work, In S. Goldberg, R. Muir, & J. Kerr. (Eds.), *Attachment Theory – Social, Developmental, and Clinical Perspectives*. Hillsdale, NJ & London: The Analytic Press.
- Manassis, K., Owens, M., Adam, K., West, M., & Sheldon-Keller, E. (1999). Assessing attachment: convergent validity of adult attachment interview and the parental bonding instrument. *Australian and New Zealand journal of Psychiatry*, 33, 559-567.
- Masayo, U., Tanaka, N. & Shono, M. (2006). Factorial Structure of the Parental Bonding Instrument (PBI) in Japan: A study of Cultural, Developmental and Gender Influences. *Child Psychiatry Human Development*, 37, 115-132.
- Maroco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório Psicologia*, 4, (1), 65-90.
- Matsuoka, N., Hiramura, H., Chen, Z., Shikai, N., Kishida, Y., & Kitamura, T. (2006). Adolescents' attachment style and early experiences: a gender difference. *Arch. Women Mental Health*, 9, 23-29.
- Murphy, E., Brewin, CR., Silka, L. (1997). The assessment of parenting using the parental bonding instrument: two or three factors? *Psychological Medicine*, 27, (2), 333-341.

Murray, A. (1943). *Manuel du Thematic apperception test*. Lisboa: Cegoc.

Ogden, T. H. (1986/1992). *The Matrix of the Mind – Object Relations and the Psychoanalytic Dialogue*. London: Karnac Books.

Parker, G. (2006). The Parental Bonding Instrument. Consultado a 3 de Novembro através de <http://www.blackdoginstitute.org.au/research/tools/index.cfm#PBI>.

Parker, G., Tupling, H., Brown, LB. (1979). A parental bonding instrument. *British Journal Medicine Psychology*, 52, 1-10.

Reti, M., Samuels, J., Eaton, W., Bienvenu, O., Costa Jr, P., & Nestadt, G. (2002). Adult antisocial personality traits are associated with experiences of low parental care and maternal overprotection. *Acta Psychiatry Scandinava*, 106, 126-133.

Reti, M., Samuels, J., Eaton, W., Bienvenu, O., Costa Jr, P., & Nestadt, G. (2002). Influences of parenting on normal personality traits. *Psychiatry Research*, 111, (1), 55-64.

Ribeiro, J. L. P. & Sousa, M. (2002). Vinculação e Comportamentos de Saúde: Estudo Exploratório de uma Escala de Avaliação da Vinculação em Adolescentes. *Análise Psicológica*, XX (1), 67-75.

Rosenstein, D., & Horowitz, H. (1996). Adolescent Attachment and Psychopathology. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, (2), 244-253.

Rorschach, H. (1976). *Psychodiagnostic*. Paris: PUF.

- Sato, T., Narita, T., Hirano, S., Kusunoki, K., Sakado, K., & Uehara, T. (1999). Confirmatory factor analysis of the parental bonding instrument in Japanese population. *Psychological Medicine*, 29, 127-133.
- Scinto, A., Marinangeli, MG, Kalyvoka, Daneluzzo & Rossi. (1999). The use of the Italian version of the Parental Bonding Instrument (PBI) in a clinical sample and in a student group: an exploratory and confirmatory factor analysis study. *Epidemiologia e Psichiatria Sociale*, 8, (4), 276-283.
- Schore, A. N. (1994). *Affect Regulation and the Origin of the Self – The Neurobiology of Emotional Development*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Spitz, R. (1945). Hospitalism – An Inquiry into the Genesis of Psychiatric Conditions in Early Childhood. *The Psycho-Analytic Study of the Child*, I, 53-74.
- Spitz, R. (1946a). Hospitalism – A Follow-up Report on Investigation Described in Volume I, 1945. *The Psycho-Analytic Study of the Child*, II, 113-117.
- Spitz, R. (1946b). Anaclitic Depression – An Inquiry into the Genesis of Psychiatric Conditions in Early Childhood, II. *The Psycho-Analytic Study of the Child*, II, 313-342.
- Spitz, R. (1965). *O Primeiro Ano de Vida – Um Estudo Psicanalítico do Desenvolvimento Normal e Anômalo das Relações Objectais*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

- Stern, D. S. (1985). *The Interpersonal World of the Infant: A View From Psychoanalysis and Developmental Psychology*. New York: Basic Books.
- Stern, D. S. (2006). *O Momento Presente na Psicoterapia e na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Viterbo, E. & Renault, M. (1985/2001). John Bowlby. In B. Golse, (Coordenador). (2005/1985). *O Desenvolvimento Afetivo e Intelectual da Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Willinger, U., Heiden, A., Meszaros, K., Formann, A., & Aschauer, H. (2002). Maternal bonding behaviour in schizophrenia and schizoaffective disorder, considering premorbid personality traits. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 36, 663-668.
- Winnicott, D. W. (1956). *Primary Maternal Preoccupation*. In *Trough Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London Karnac Books.
- Winnicott, D. W. (1960). *O Relacionamento Inicial entre uma Mãe e o seu Bebê*. In *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1987/1958). *Through Paediatrics to Psychoanalysis – Collected Papers*. London: Karnac Books.
- Winnicott, D. W. (1988). *Human Nature*. London: Free Association Books.
- Winnicott, D. W. (1997/1965). *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zimerman, D. (2004). *Bion: Da Teoria à Prática – Uma Leitura didáctica (2ª Ed.)*. Porto Alegre: Artmed Editora.

ANEXOS

Anexo A

CARTA DE CONSENTIMENTO INFORMADO

No âmbito do Mestrado em Psicologia da Gravidez e da Parentalidade a decorrer no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, sob a coordenação da Profa. Doutora Isabel Leal, está a ser desenvolvida uma investigação sobre a representação dos estilos de ligação afectiva.

Gostaríamos de solicitar a sua colaboração na resposta ao questionário que lhe será apresentado.

A sua participação é de extrema importância para o desenvolvimento do presente trabalho, sendo igualmente **voluntária**.

Garantimos o **anonimato** e a **confidencialidade** dos dados que nos forem fornecidos, sendo a informação disponibilizada apenas usada para cumprir os objectivos da presente investigação.

Por favor, tenha o cuidado de verificar se respondeu a todas as questões apresentadas.

Obrigado pela sua colaboração.

Assinatura do Participante: _____

Anexo B

PBI

(Adaptado por V. Ramos, & I. Leal, 2006)

Este questionário enumera as várias atitudes e comportamentos dos pais. Deverá colocar uma cruz no quadrado mais apropriado a seguir a cada resposta relativamente ao modo como recorda o seu PAI nos primeiros 16 anos de vida.

Modelo para o Pai

	Concordo Totalmente	Concordo Moderadamente	Discordo Moderadamente	Discordo Totalmente
1. Falava comigo num tom de voz caloroso e simpático.				
2. Não me ajudava tanto como eu necessitava.				
3. Deixava-me fazer aquelas coisas que eu gostava de fazer.				
4. Parecia emocionalmente frio comigo.				
5. Mostrava compreender os meus problemas e preocupações.				
6. Era afectuoso comigo.				
7. Gostava que eu tomasse as minhas próprias decisões.				
8. Não queria que eu crescesse.				
9. Tentava controlar tudo aquilo que eu fazia.				
10. Invadia a minha privacidade.				
11. Gostava de falar sobre as coisas comigo.				
12. Frequentemente sorria para mim.				
13. Costumava tratar-me como um bebé.				
14. Parecia não compreender o que eu precisava ou queria.				
15. Deixava-me decidir as coisas por mim próprio.				
16. Fazia-me sentir que eu não era desejado.				
17. Conseguia fazer-me sentir melhor quando eu estava preocupado.				
18. Não costumava falar muito comigo.				
19. Tentava fazer com que me sentisse dependente dele.				
20. Fazia-me sentir que não conseguia tomar conta de mim sem que ele estivesse presente.				
21. Deu-me tanta liberdade quanto aquela que eu queria.				
22. Deixava-me sair tantas vezes quanto eu queria.				
23. Era hiper protector comigo.				
24. Não me elogiava.				
25. Deixava-me vestir do modo que eu queria.				

(Parker, G., Tupling, H., & Brown, L.B.; 1979)

Este questionário enumera as várias atitudes e comportamentos dos pais. Deverá colocar uma cruz no quadrado mais apropriado a seguir a cada resposta relativamente ao modo como recorda a sua Mãe nos primeiros 16 anos de vida.

Modelo para a Mãe

	Concordo Totalmente	Concordo Moderadamente	Discordo Moderadamente	Discordo Totalmente
6. Falava comigo num tom de voz caloroso e simpático.				
7. Não me ajudava tanto como eu necessitava.				
8. Deixava-me fazer aquelas coisas que eu gostava de fazer.				
9. Parecia emocionalmente fria comigo.				
10. Mostrava compreender os meus problemas e preocupações.				
11. Era afectuosa comigo.				
12. Gostava que eu tomasse as minhas próprias decisões.				
13. Não queria que eu crescesse.				
14. Tentava controlar tudo aquilo que eu fazia.				
15. Invadia a minha privacidade.				
16. Gostava de falar sobre as coisas comigo.				
17. Frequentemente sorria para mim.				
18. Costumava tratar-me como um bebé.				
19. Parecia não compreender o que eu precisava ou queria.				
20. Deixava-me decidir as coisas por mim próprio.				
21. Fazia-me sentir que eu não era desejado.				
22. Conseguia fazer-me sentir melhor quando eu estava preocupado.				
23. Não costumava falar muito comigo.				
24. Tentava fazer com que me sentisse dependente dela.				
25. Fazia-me sentir que não conseguia tomar conta de mim sem que ela estivesse presente.				
26. Deu-me tanta liberdade quanto aquela que eu queria.				
27. Deixava-me sair tantas vezes quanto eu queria.				
28. Era hiper protectora comigo.				
29. Não me elogiava.				
30. Deixava-me vestir do modo que eu queria.				

Idade: _____

Sexo:

M F

Habilitações Literárias: _____

Profissão: _____

Estado Civil:

Solteira(o): Casada(o): Divorciada(o): Viúva(o):